



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**CAMPUS DE BAURU/SP**

**ESCOLAS RURAIS COMO ESPAÇOS FORMATIVOS: vozes de  
professores que atuaram na região de Borebi/SP**

**CLAUDINÉA SOTO DA SILVA**

**BAURU-SP**

**2018**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**CAMPUS DE BAURU/SP**

**ESCOLAS RURAIS COMO ESPAÇOS FORMATIVOS: vozes de  
professores que atuaram na região de BOREBI/SP**

**CLAUDINÉA SOTO DA SILVA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação para Ciência da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru - UNESP, para a obtenção do título de Mestre em Educação para a Ciência.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Edneia Martins Salandim

**BAURU-SP**

**2018**

Silva, Claudinéa Soto da.

Escolas rurais como espaços formativos: vozes de professores que atuaram na região de Borebi/SP / Claudinéa Soto da Silva, 2018  
153 f.

Orientador: Maria Ednéia Martins Salandim

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual

Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2018

1. Educação rural. 2. História oral. 3. Formação de professores. 4. História da educação. 5. História da educação matemática. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE CLAUDINEA SOTO DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.**

Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2018, às 14:00 horas, no(a) Anfiteatro da Pós-Graduação da Faculdade de Ciências - UNESP/Bauru, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARIA EDNÉIA MARTINS SALANDIM - Orientador(a) do(a) Departamento de Matemática / Faculdade de Ciências - UNESP/Bauru, Profa. Dra. IVETE MARIA BARALDI do(a) Departamento de Matemática / Faculdade de Ciências - UNESP/Bauru, Prof. Dr. FILIPE SANTOS FERNANDES do(a) Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de CLAUDINEA SOTO DA SILVA, intitulada "**Sobre Educação (Matemática) no campo: vozes de professores que atua(r)am na região de Borebi/SP**". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. MARIA EDNÉIA MARTINS SALANDIM

Profa. Dra. IVETE MARIA BARALDI

Prof. Dr. FILIPE SANTOS FERNANDES

*Por sugestão da banca de defesa, o título da dissertação foi alterado para Escolas rurais como espaços formativos: vozes de professores que atuaram na região de Borebi/SP.*

*Aos meus pais, esposo e filha que independente de minhas escolhas sempre estiveram ao meu lado apoiando e compartilhando todos os momentos.*

*Aos meus amigos, que acreditaram nos meus objetivos e me incentivaram, com palavras de força, fé e coragem.*

*Aos alunos da EMEF Fausto de Marco (Agudos), formandos 2016 que fizeram parte deste período de minha vida e puderam compreender minha ausência, estimulando e motivando a prosseguir.*

*Aos professores depoentes, colegas de profissão, que mesmo diante dos obstáculos, das dificuldades educacionais conseguem enxergar no fim do túnel uma luz e que fazem do espaço da sala de aula um ambiente rico, mágico, cheio de descobertas, proporcionando um espaço de interação no processo de ensino e aprendizagem.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Primeiramente a Deus, que me concedeu forças, muitas foram as pedras encontradas pelo caminho, mas com todas elas construí meus sonhos.*

*Aos meus pais José Carlos e Maria pelo amor, apoio e compreensão.*

*A Zaíne Alícia por compreender minha ausência, por ser minha filha amada e acima de tudo amiga e companheira.*

*Ao meu esposo Josué, por estar sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis.*

*As amigas Cinira, Rosa, Beatriz, Sara, Gisele Sebastião, Márcia, Patrícia Priscila, Giovana Biazi, Elaine Gomes, Liliene, Maria Lauris, Priscila Kelly, Regina Bianchi e Lúcia Del Rio pela paciência, compreensão, apoio incondicional e acima de tudo amizade.*

*A Sol, que não poderia faltar aqui, mesmo sendo tão pequenina tem um grande coração e todos os dias me recebe com alegria e amor me mostrando que a felicidade consiste nas coisas mais simples.*

*Aos depoentes: Marisa Bueno, Cleonice F. P. Carlos, Maria C. Gallo, Marilene M. Prado, Aparecida F. Pinto e ao senhor Antônio Carlos Vaca que compartilharam suas experiências, confiando e possibilitando a construção deste estudo.*

*A minha orientadora Professora Doutora Maria Ednéia M. Salandim pelo apoio, paciência, compreensão e orientações.*

*A Banca de Qualificação e Defesa: Professora Doutora Ivete Maria Baraldi e Professor Doutor Felipe Santos Fernandes pelas excelentes considerações.*

*A todos os colegas de trabalho, que não foram citados diretamente, mas que contribuíram com uma palavra, mensagem, gesto e que mesmo com a distância e a correria do cotidiano participaram deste momento tão importante.*

*A todos, meus sinceros agradecimentos.*

*“É experiência aquilo que nos passa, ou que nos toca,  
Ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos  
transforma. Somente o sujeito da experiência está,  
portanto, aberto à sua própria transformação.”*

*Larrosa Bondí*

## RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo tecer compreensões sobre escolas rurais como espaços formativos, da região de Borebi- SP dos anos 1980. Para tanto, realizamos seis entrevistas com professores que atuaram em escolas rurais na região de Borebi- SP. A partir dessas narrativas de professores, de estudos da literatura e legislações referentes à educação rural, elaboramos uma análise narrativa (de narrativa) na qual problematizamos esses espaços formativos a partir da formação e atuação de professores dessas escolas, sob um ponto de vista historiográfico. Este estudo está vinculado à linha de pesquisa: Projeto “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores de Matemática no Brasil” do grupo GHOEM – Grupo História Oral e Educação Matemática. Os resultados apontaram elementos relevantes que foram tematizados como a formação de professores nestes espaços, a utilização de livros didáticos, a multisseriação, a municipalização do ensino, a urbanização da educação na região de Borebi-SP – uma região de lutas pela reforma agrária. Essa pesquisa é uma contribuição importante e original para a História da Educação Matemática brasileira.

**Palavras-chave:** Educação Rural; História Oral; Formação de Professores; História da Educação; História da Educação Matemática.



## **ABSTRACT**

This research had as objective to weave understandings about Rural Schools as formative spaces of the Borebi - SP region of the 1980s. Therefore, we performed six interviews with teachers who acted in rural schools in the Borebi- SP region. From these narratives of teachers, studies of literature and legislation concerning rural education, we elaborate a narrative analysis (narrative) in which we problematize these formative spaces from the formation and performance of teachers of these schools, from a historiographic point of view. This study is linked to the research line: Project "Mapping the Training and Performance of Mathematics Teachers in Brazil" of the group GHOEM - Oral History Group and Mathematics Education. The results pointed out relevant elements that were thematized as the training of teachers in these spaces, the use of textbooks, multiseria, municipalization of teaching, urbanization of education in the region of Borebi-SP - a region of struggles for agrarian reform. This research is an important and original contribution to the History of Brazilian Mathematical Education.

**Keywords:** Rural Education; Oral History; Teacher training; History of Education; History of Mathematics Education.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>1. Reflexões sobre o fazer pesquisa e referenciais .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Estruturando um projeto de pesquisa .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 História Oral .....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 Primeiros Contatos .....</b>	<b>21</b>
<b>1.4 Gravação e edição das entrevistas.....</b>	<b>25</b>
<b>1.5 Sistematizando nossas percepções .....</b>	<b>29</b>
<b>2. A - cor- dando as memórias... ..</b>	<b>31</b>
<b>2.1 A-cor- dando à Marisa Bueno... ..</b>	<b>32</b>
<b>2.2 A-cor- dando à Maria Célia Gallo.....</b>	<b>47</b>
<b>2.3 A-cor- dando à Aparecida de Fátima Pinto... ..</b>	<b>61</b>
<b>2.4 A-cor- dando à Cleonice de Fátima Pereira Carlos.....</b>	<b>72</b>
<b>2.5 A-cor- dando à Marilene Marques Prado... ..</b>	<b>78</b>
<b>2.6 A-cor- dando à Antônio Carlos Vaca.....</b>	<b>91</b>
<b>3. Esta história entrou por uma porta .....</b>	<b>.....</b>
<b>E saiu pela outra, .....</b>	<b>.....</b>
<b>Quem quiser que conte outra.....</b>	<b>96</b>
<b>3.1 Sobre as cercanias dos anos 1980: compondo um cenário.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2 A municipalização e a urbanização do ensino em Borebi.....</b>	<b>104</b>
<b>3.3 Escolas rurais como espaços formativos de professores .....</b>	<b>114</b>
<b>Considerações finais: A- cor- dando à Claudinéa... ..</b>	<b>130</b>
<b>Referências .....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>146</b>

## **Introdução**

Um pouco de minha trajetória...

Meu nome é Claudinéa, sou professora efetiva na Educação Básica nos municípios de Agudos-SP, desde 2003 e Borebi-SP desde 2011. Quando concluí o Ensino Fundamental, queria cursar o Magistério, mas em Agudos não havia turmas nas escolas que ofereciam o curso. Dessa forma, soube do CEFAM - Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério - na cidade de Bauru-SP. Prestei um “Vestibulinho” e fui aprovada, cursando o Magistério por quatro anos.

Ao terminar o curso me inscrevi para começar a lecionar na Rede Municipal de Agudos, fiquei por alguns anos como professora eventual e posteriormente fui aprovada em um concurso. Sempre gostei de atuar com crianças em fase de Alfabetização, fico maravilhada com a descoberta da escrita e leitura pela criança e a cada palavrinha que ouço na leitura ou vejo na escrita deles sinto que minha missão foi cumprida e isso é muito gratificante.

Durante alguns anos lecionei sem ter cursado o curso de Pedagogia. No ano de 2006 decidi procurar uma instituição e iniciar meus estudos, pois na Secretaria de Educação de Agudos já haviam alertado os professores para a necessidade de ter graduação para continuar lecionando. Concluí o curso pela Faculdade de Agudos (FAAG), no ano de 2010. No ano seguinte, prestei concurso para professor em Borebi-SP para o qual já havia a obrigatoriedade de ter o curso Pedagogia.

Nesse processo todo havia algo que me inquietava: a Indisciplina na Escola. Eu sempre observava os Sistemas de Ensino nos quais atuava, pois eram realidades diferentes e resolvi fazer uma Especialização, mas queria fazer um curso que atendesse minha necessidade. Em 2014, por intermédio de uma colega de trabalho, soube que a USP- Universidade de São Paulo- Bauru-SP, abriria um curso intitulado “Ética, valores e cidadania na escola” oferecido em parceria com a UNIVESP- Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Fiz uma breve leitura sobre o curso e resolvi me inscrever, fiz a prova e consegui ser aprovada. O curso me possibilitou novas aprendizagens, em cada aula aprendi muito e concluí com um trabalho sobre a indisciplina em sala de aula, tema ainda polêmico entre os docentes. Mas, eu não queria parar e fui incentivada pelo professor tutor do curso a tentar o processo seletivo do Mestrado Docência na Educação Básica na UNESP-Bauru.

Inicialmente achava impossível, porém fui buscar informações e resolvi me inscrever nos Programas Docência na Educação Básica e Educação para Ciência, ambos da Unesp-Bauru. Fui aprovada nos dois, mas nem tudo acontece como queremos e acabei encontrando alguns obstáculos pelo caminho. Na segunda fase do processo seletivo comecei a ter problemas de saúde e acabei passando por uma cirurgia, já estava prestes a desistir quando observei a classificação e que havia sido aprovada para a terceira fase e isso me inquietou, pois ainda estava hospitalizada. Mesmo assim, não podia desistir na reta final, saí do hospital dois dias antes da avaliação e consegui comparecer para a arguição do projeto e fui aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência.

Minha proposta de pesquisa inicial era analisar o material do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, com um olhar para a formação docente indicada por esse material, o qual foi disponibilizado, no ano de 2014, para os docentes do município de Borebi/SP. Tendo em vista que as formações do PNAIC eram repassadas aos docentes por uma professora que participava das orientações em um período de curta duração (uma vez por semana, em duas horas-aula) e percebendo o velho discurso “teoria é distante da prática”, comecei a questionar: Será que os docentes realmente aplicam tais conhecimentos adquiridos nas formações em sala de aula? Quais adequações seriam realizadas, tendo em vista a demanda de alunos provenientes de áreas rurais do município? As necessidades de aprendizagem destes alunos eram contempladas? Esses questionamentos começaram a surgir porque eu observava o número de veículos disponibilizados para o transporte de alunos da área rural para escola urbana do município de Borebi/SP. Essa situação começou a me inquietar e passei a ter outro olhar para a educação rural, devido ao número de alunos que frequentavam a escola urbana e suas necessidades de aprendizagem e, também, porque há no material do PNAIC um livro específico denominado “Educação Matemática do Campo”, mas ainda não percebia isso como um tema para pesquisa.

Ingressei no Programa de Pós-Graduação sob orientação da professora Maria Ednéia Martins Salandim e passei a compor o Grupo de História Oral e Educação Matemática-GHOEM, no qual participei de encontros de estudos, ciclo de Seminários e assim, fazendo muitas leituras e debates, fui conhecendo a História Oral e outras pesquisas do Grupo. No início, confesso que me surpreendi e aos poucos fui compreendendo e percebendo as potencialidades dessa metodologia de pesquisa. Assim, nas primeiras sessões de orientação novas ideias começaram a surgir, sendo que minhas reflexões sobre a elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa narrarei nesse relatório.

Estruturamos esse relatório em três capítulos. No primeiro capítulo, *Reflexões sobre o fazer pesquisa e referenciais*, tratamos mais propriamente de nossas reflexões sobre a estruturação de nosso projeto de pesquisa e ao modo como agimos, metodologicamente, na condução da pesquisa e para a organização de um texto analítico. Em um novo capítulo, *Acor-dando às memórias*, apresentamos as seis textualizações das entrevistas com professores que atuaram em escolas rurais em Borebi-SP. No terceiro capítulo, *Esta história entrou por uma porta, e saiu pela outra, quem quiser, que conte outra*, abordamos elementos disparados pelas narrativas, e os articulamos com a literatura de referência e legislações, como o papel de um livro didático nessas escolas, a multisseriação e a urbanização dessas escolas e como esses elementos nos ajudam a pensar sobre a formação e atuação de professores em escolas rurais na região de Borebi. Para finalizar, apresentamos algumas considerações que não finalizam nossas reflexões, mas que são, nesse momento de conclusão do material para defesa de mestrado, nossas contribuições para História da Educação Matemática brasileira.

## **CAPÍTULO 1**

### **1. Reflexões sobre o fazer pesquisa e referenciais**

Nesse capítulo trago reflexões, que não são só minhas, mas são junto com meu grupo de pesquisa, sobre o modo como fomos estruturando o projeto e ao modo como construímos e percebemos a metodologia e a análise. Organizar um relatório desse modo foi muito importante para mim, uma vez que pensava que tais considerações não compunham a dissertação. Minhas primeiras ideias, e muitas delas ainda arraigadas nesse texto, era de que devíamos apresentar o objetivo da pesquisa – sem tematizar como se chegou a ele –, tratar da metodologia da pesquisa a partir de autores de referência e formatar a minha pesquisa de acordo com essa Metodologia. Além disso, pensava em apresentar os dados da pesquisa e uma análise fundamentada teoricamente. No entanto, ao ir estudando e exercitando o fazer pesquisa qualitativa, fui tendo novas compreensões sobre o que já havia lido sobre esse tipo de pesquisa e o quão fundamental é o processo nesse fazer.

#### **1.1 Estruturando um projeto de pesquisa**

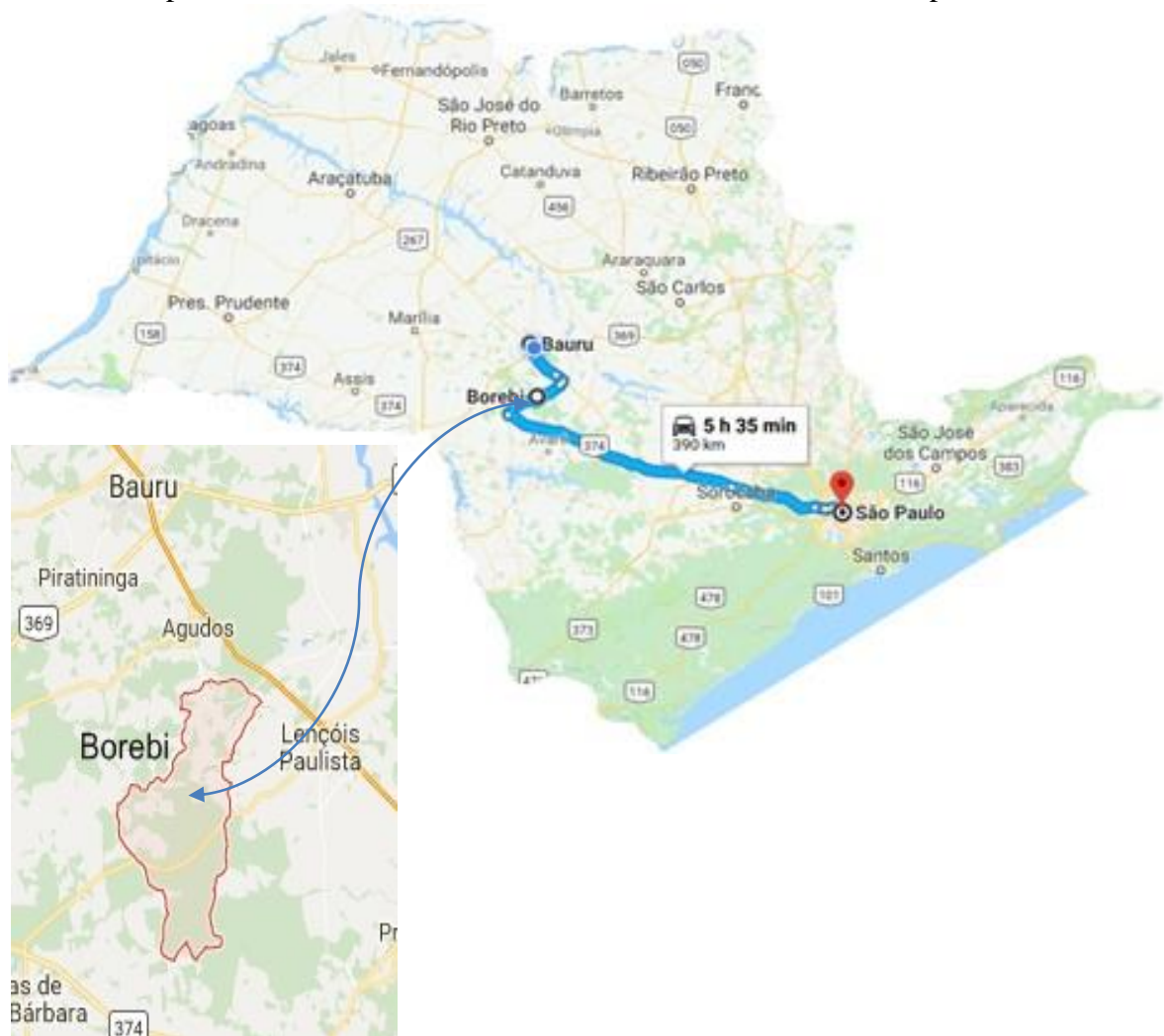
Como já dissemos<sup>1</sup> na Introdução a esse relatório, a estruturação do projeto dessa pesquisa deu-se a partir de reflexões que trago sobre minha prática docente e de Especializações que cursei. Com meu ingresso na Pós-Graduação, nas sessões de orientações e nos grupos de estudos e nos debates no GHOEM, me dispus a fazer uma reestruturação do projeto de pesquisa, a partir da percepção de Borebi-SP como potencial para se tematizar a formação e atuação de professores, sem distanciar-se muito de minhas ideias iniciais. Mas, afinal, quem é Borebi?

Borebi é, atualmente, um município do interior do Estado de São Paulo, distante cerca de 300 km da capital e 40 km da cidade de Bauru/SP. O mapa, a seguir, nos ajuda a dizer um pouco mais sobre sua localização geográfica.

---

<sup>1</sup> Usarei nesse relatório a terceira pessoa do plural quando o contexto for de uma reflexão mais coletiva com a orientadora ou o grupo de pesquisa e na primeira pessoa do plural quando tratar mais especificamente de reflexões e marcas da pesquisadora Claudinéa.

**MAPA 1:** Mapa do Estado de São Paulo com recorte destacando o município de Borebi.



Fonte: Produzido pelo autor baseado em mapa disponível em: <https://mapasapp.com/mapa/sao-paulo/borebi-sp/>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

É um município relativamente novo, criado nos anos de 1990, quando deixa de ser Santa Maria de Borebi - distrito municipal<sup>2</sup> de Lençóis Paulista-SP, passando a chamar-se Borebi - palavra de origem indígena que significa "Poço das Antas" - quando de sua emancipação, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Lei 6.645, em 9 de janeiro de 1990. Já em 1992 aconteceu a primeira eleição municipal tendo como prefeito a partir de 01 de janeiro de 1993, o senhor Antônio Carlos Vaca, que atualmente (Gestão 2017-

<sup>2</sup> Um povoado, que não a sede do município, com maior concentração populacional.

2020) é novamente o prefeito municipal e um de nossos depoentes. Com uma área de aproximadamente 350km<sup>2</sup>, é considerado um município de extensão média no Estado, com uma população (em 2017) com cerca de 2.500 pessoas – figurando entre os menos populosos municípios paulistas. O município tem sua economia baseada no plantio e cultivo de cana-de-açúcar, laranja e eucalipto, sendo essas produções controladas por grandes fazendas e grandes empresas. Há conflitos rurais na região, mais intensos a partir dos anos 1990, relativos à reforma agrária, com assentamentos e acampamentos de lutas por novas redistribuições de terras<sup>3</sup>.

Mas a sensibilização para perceber as potencialidades dessa região para uma pesquisa foi lenta. Sou pedagoga e professora que atende e convive, em escola urbana, com estudantes de zonas rurais do município de Borebi que vivem em grandes fazendas, pequenas propriedades de assentamentos rurais ou não e também estudantes que vivem nos acampamentos vinculados ao Movimento dos Sem Terra (MST) – esses últimos com maior instabilidade na frequência escolar, uma vez que suas residências estão à mercê de ordens judiciais de desocupação. Também sabia que a cidade de Borebi foi destacada como uma das menos violentas do Brasil em 2013 com taxa de homicídio zero<sup>4</sup>, associando isso ao fato de ser pouco populosa. Mesmo vivendo todas essas contradições do lugar, a princípio não fazia muito sentido, para mim, problematizar, na pesquisa, esse lugar “tão pequeno”. Aos poucos fui percebendo as contradições da Borebi-SP, com muitas desigualdades sociais, carência de infraestrutura, saneamento básico e escolas nas áreas rurais, principalmente nos assentamentos. Tudo isso foi se tornando mais claro à medida que colocamos nosso foco nas questões educacionais.

Passamos a pensar sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos provenientes das áreas rurais em escolas urbanas atuais e como isso se dava antes, quando havia escolas rurais – se é que existiram – em Borebi<sup>5</sup>. Quais professores atuavam nessas escolas? A quais séries atendiam? Quais eram suas formações?

---

<sup>3</sup> Um estudo sobre esses assentamentos da região pode ser visto em SOUZA, A.L. de, CARMO, M.S do.. Produção Agroecológica e Políticas Públicas no Assentamento Loiva Lourdes- Borebi-SP. Revista Alamedas, Unioeste, campus Toledo, vol. 4, n. 1, 2016. E também em <http://www.mst.org.br/2015/08/02/sem-terra-ocupam-fazenda-grilada-pela-cutrale-em-sao-paulo.html>

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sao-paulo-ainda-tem-25-cidades-com-homicidio-zero,1068405>. Acesso em 07/01/2018.

<sup>5</sup> Atualmente (em 2017) não existem escolas rurais em funcionamento no município ou na região, os alunos que residem nos assentamentos, sítios ou fazendas deslocam-se diariamente até a escola urbana (EMEF Professora Iracema Leite e Silva) para estudar. Essa escola é municipal, atende alunos do 1º ao 9º ano, em regime de colaboração com o Estado, pois o prédio pertence a EE Iracema Leite e Silva, que atende no período noturno alunos do Ensino Médio. Além dessa escola, há no município uma Creche<sup>5</sup> e uma EMEI<sup>5</sup> (Escola Municipal de Educação Infantil) que funcionam em prédios distintos, atendendo a população urbana e rural. O município



Desse modo, fomos sendo sensibilizados para a elaboração de um projeto de pesquisa no qual a intenção não seria mais olhar para um material específico, mas problematizar, a partir de narrativas de professores que atuaram com a população rural na região de Borebi/SP, questões relativas a esses espaços formativos, relativos à atuação e formação de professores que neles atuaram. Como as escolas rurais da região foram fechadas antes dos anos 2000, o fim do nosso período de tematização foi determinado, ficando seu início para ser determinado em função do tempo nos quais professores que entrevistáramos atuaram<sup>6</sup>.

Assim, conhecendo os trabalhos desenvolvidos pelo grupo GHOEM, vinculamos esta pesquisa à linha de pesquisa Projeto “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores de Matemática no Brasil”, do Grupo História Oral e Educação Matemática, GHOEM. As pesquisas vinculadas a esta linha têm trazido para o debate acadêmico elementos de Educação (Matemática) como formação e atuação de professores em diferentes regiões geográficas, períodos, contextos, cenários, níveis e tipos de escolarização (educação básica, ensino superior, educação rural, ensino técnico etc.). Com Garnica (2013, p.44) fomos compreendendo a ideia desse mapeamento:

O mapeamento – ao fim e ao cabo, é um conjunto de narrativas que permitem outras narrativas, num processo constante de criação de narrativas – que propomos é aberto, fluido, de difícil configuração, amplo, dinâmico... e, ainda assim, nos permite compreensões, nos permite elaborar discursos sobre um tema – a formação de professores de Matemática no Brasil – que é mais direção que ponto de partida. É um mapeamento (em sentido amplo) que não se permite a ilusão de mapear (em sentido estrito).

Ao ir me sensibilizando com a temática da educação rural, surgiram alguns questionamentos: O que os docentes que atuaram em escolas rurais na região de Borebi-SP podem nos contar sobre esse espaço formativo? Como eles o percebem? Como era estruturado? A qual público atendia? Não há mais escolas rurais no município? Quando foram fechadas?

Nesse cenário inicial de sensibilização com o tema, a pesquisa foi sendo elaborado, configurando, em uma versão final, com o objetivo de tecer compreensões sobre as escolas

---

atende diariamente, entre Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, cerca de 650 alunos que residem nas áreas urbana e rural, nos períodos diurno, vespertino e noturno. Os estudantes de áreas rurais são transportados por peruas e micro-ônibus que prestam serviço à Prefeitura.

<sup>6</sup> Embora o município de Borebi tenha surgido nos anos 1990, mantivemos o interesse pela região da hoje Borebi, considerando a década de 1980.

rurais como espaços formativos na região de Borebi- SP, a partir de narrativas de professores que atuaram nesse contexto nas cercanias da década de 1980 – uma vez que havíamos localizado uma escola rural instalada nessa década. Vale destacar que nos anos 1980 Borebi ainda era um distrito do município de Lençóis Paulista/SP.

## **1.2 História Oral**

No desenvolvimento dessa pesquisa nos aproximamos tanto da História quanto da História Oral. Sobre a História Oral, uma das primeiras observações que queremos fazer é que aqui a mobilizamos como metodologia para realização de entrevistas para uma pesquisa de viés historiográfico. No entanto, essa metodologia tem sido utilizada para realização de entrevistas para pesquisas sem pretensões historiográficas e mesmo em situações que não envolvem pesquisas acadêmicas, como em entrevistas que visam constituir história de lugares e comunidades. A História Oral criará apenas fontes historiográficas e construirá outras, possibilitando questões geradoras e abordagens de análise. “Por produzir fontes historiográficas, a história oral, mesmo quando utilizada para outros fins que não uma operação historiográfica, estará sempre potencialmente relacionada à escrita da história”. (GARNICA, 2015, p. 41).

E o que temos entendido por História? Aprendermos com Garnica e Souza (2012) a diferenciar História como fluxo dos acontecimentos, no tempo, e Historiografia, como registro desse fluxo: como um estudo do homem no tempo e o espaço, vivendo em comunidade. Mas, destacam esses autores que, no entanto, é bastante usual usarmos o termo História no sentido de Historiografia - como também usaremos muitas vezes aqui nesse relatório. Garnica e Souza nos ajudam a refletir sobre a não linearidade do movimento histórico – ao qual temos acesso a partir de resíduos e de questões do presente – e sobre a impossibilidade do registro único do passado. Assim, desenvolvemos essa nossa pesquisa com a ideia de conhecermos sobre os espaços formativos rurais da região de Borebi, a partir de algumas fontes às quais tivemos acesso como livros de ponto de uma escola, fotos, mapa de região dos anos 1990, livros didáticos e, a partir de fontes que constituímos em situações de entrevistas com professores que atuaram em escolas rurais nesse contexto.

Realizamos as entrevistas mobilizando referências da História Oral, tanto por estarmos inseridos em um Grupo que vem mobilizando essa metodologia também com essa finalidade, quanto por ir, aos poucos, percebendo e reconhecendo o quão fundamental são as

vozes desses professores para nos auxiliarem na compreensão desses espaços formativos que tematizamos.

Os pesquisadores que mobilizam a História Oral interessam-se também por grupos e populações coadjuvantes, analisando e compreender a história de outro ângulo, com um olhar mais preciso da realidade. “Utilizada mais comumente na História e nas Ciências Sociais, a história oral traz consigo uma intenção comum a qualquer área que dela se utiliza: a valorização de narrativas orais como fontes de pesquisa.” (SILVA e SOUZA, 2007, p. 141).

Assim, Garnica (2015, p. 40-41) afirma que:

Os registros de narrativas orais são fontes historiográficas. (...) Narrativas orais tornadas narrativas escritas são fontes historiográficas legítimas. A história oral é um modo de produzir narrativas orais e com essa finalidade tem sido mobilizada por inúmeros agentes, dentro e fora da academia. Na academia ganha contornos mais rígidos, inscreve-se numa determinada ordem de discurso e passa a ser vista como metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa.

Dessa forma, as narrativas permitem a interpretação livre pelo leitor e possibilitam a aproximação da experiência narrada pelo depoente e a apresentação de informações e significados socialmente vividos e que não foram registrados.

Como narrar é uma das maneiras de constituir as coisas (os “acontecimentos”, as “experiências”), o trabalho com as narrativas em história oral, incluindo todos os seus procedimentos, acaba sendo “um exercício de tornar explícitas (ou, de outra forma, menos ‘racional’ – sensíveis!)” as “aproximações” com as formas como as coisas são constituídas. (SILVA e SOUZA, 2007, p. 144).

Ao narrar, o depoente não apenas descreve o que viveu, mas problematiza-o, passa a perceber o passado e suas experiências. Neste sentido, Martins-Salandim (2007, p. 21) ressalta:

O alcance da História Oral é muito maior do que o da autobiografia publicada, pois o pesquisador pode escolher quem entrevistar e o que a ele perguntar. A entrevista ainda possibilita levantar documentos escritos e fotografias cujo acesso, de outro modo, seria sensivelmente mais difícil ou até mesmo impossível.

A história oral, conforme apontam Garnica e Souza (2012), enquanto método qualitativo nos permite compreender e constituir registros historiográficos para pesquisas de diversas áreas. “A história oral cria fontes que diversas tramas qualitativas de pesquisa

permitem explorar” (p. 97). Assim, a história oral contribui para o desenvolvimento de procedimentos metodológicos que possibilitam produzir novos conhecimentos que anteriormente não eram valorizados. Martins-Salandim (2007, p. 19) afirma que:

A narrativa, além de expressar diferentes dimensões acerca da experiência vivida, também media a própria experiência e configura a construção social da realidade. Por considerarem a subjetividade as investigações narrativas se diferenciam das posturas positivistas que prezam pela defesa de uma ligação entre despersonalização e objetividade, apostando na neutralidade do pesquisador.

Podemos afirmar que a história oral é uma metodologia de pesquisa que envolve a criação de fontes a partir da oralidade e analisa coerentemente sua fundamentação, indicando questões geradoras de pesquisa e abordagens de análises. Assim, Alberti, Fernandes e Ferreira (2000, p. 13) ressaltam:

O desafio da história oral nesse sentido é mostrar, diferentemente do que costuma ser consagrado, que a memória não é apenas ideológica, mitológica e não confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades.

A história oral possibilita ao pesquisador interpretar os testemunhos orais, refletindo e analisando as informações, respeitando as memórias dos depoentes. As entrevistas de história oral também permitem explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados “(...) oferecem uma rica evidência sobre os verdadeiros significados subjetivos, ou pessoais, de eventos passados (...)” (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000, p. 51).

Assim, para nossa pesquisa, foram realizadas seis entrevistas com professores que atuaram com alunos que residiam em áreas rurais no município de Borebi-SP, nas proximidades dos anos 1980. Adotamos alguns protocolos utilizados em História Oral conforme aponta Martins-Salandim (2007, p. 26) “(...) seleção dos depoentes, elaboração de um roteiro para entrevistas, entrevistas gravadas e/ou filmadas, transcrição das entrevistas, textualização, conferências, assinatura de carta de aceite pelos depoentes e análise”.

Para a viabilidade desta pesquisa e elencando as discussões e estudos realizados pelo GHOEM- Grupo de História Oral e Educação Matemática utilizamos os procedimentos de seleção dos depoentes, uma sondagem de possíveis entrevistas a serem gravadas que se constituíram como registro da pesquisa, posteriormente a transformação do documento oral em escrito: a transcrição literal, a textualização e a “legitimação” (o documento textualizado

retorna aos depoentes para conferência e posterior cessão de direitos de uso pelo pesquisador) e assim, o momento de análise, no qual buscamos a consonância aos objetivos propostos.

A realização de entrevista pensada na história oral não possui, portanto, somente o intuito de obter informações acerca de um dado tema, mas coloca-se como um meio de produzir documentos históricos (orais e escritos) a serem disponibilizados ao público, independente de áreas. (SILVA e SOUZA, 2007, p. 157).

Dessa forma, ouvir e registrar histórias de professores vai se configurando como essencial nessa pesquisa e para o modo como vamos compreendendo o que é isso a História Oral. Cabe ressaltar o que Martins-Salandim (2007, p. 170) diz:

É nesse sentido que concebemos a metodologia de pesquisa História Oral como potencialidade para pesquisas em Educação Matemática, por propiciar compreensões que não seriam possíveis apenas a partir de registros escritos. As fontes, em História Oral, são produzidas não apenas por – ou a partir de – pessoas já consideradas centrais pelos documentos oficiais ou por eles referenciadas, mas por uma vasta gama de atores que vivenciaram uma determinada situação: para a História Oral, todos são atores – e autores – em potencial.

As fontes orais possuem informações tão relevantes quanto os registros escritos, portanto, conhecer, interpretar, analisar e refletir sobre as informações que elas nos fornecem podem revelar aspectos que não foram observados socialmente e culturalmente, contribuindo com novos conceitos e conhecimentos historicamente construídos. Alberti (2004, p. 22) ressalta:

A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento. Quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamentos do passado, porque fascina com a experiência do outro.

Enquanto nos aprofundávamos no referencial da História Oral e sobre sua mobilização em pesquisa já realizadas por membros do Ghoem, realizamos entrevistas com professores que atuaram no município ou na região de Borebi-SP. Por meio de conversas informais entre a pesquisadora e professores da escola na qual atua, alguns nomes de docentes que atuaram em escolas rurais foram surgindo, inclusive professores em atuação na escola urbana de Borebi. Dessas conversas, soubemos que já não havia mais escolas em

funcionamento em zonas rurais na região e tivemos as primeiras informações de como era a atuação nessas escolas.

Tendo realizado seis entrevistas, constituído então, narrativas, negociado com cada depoente o teor da textualização final, iniciamos uma análise dessas fontes visando sistematizar nossas compreensões sobre Educação que vêm sendo praticadas nesse contexto rural, a fim de comunicar significados que produzimos e apresentar aspectos relevantes que possam contribuir com a história da Educação Matemática. Mas antes, vamos apresentar como foram estas etapas.

### **1.3 Primeiros Contatos**

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisadora teve contatos com alguns docentes que atuaram em escolas rurais da região de Borebi-SP. Assim, pensamos primeiro em perfis de depoentes que, julgávamos, poderiam trazer contribuições para nossa questão de pesquisa. Queríamos ouvir professores que tivessem atuado em escolas rurais, por um período mínimo de 6 meses (excluindo assim aqueles que, porventura, tivessem atuado devido à pequenas licenças do professor da escola); seria interessante encontrar professores que tivessem atuado em mais de uma escola ou em diferentes períodos.

Após elencar o perfil dos depoentes, fizemos contatos com professores e funcionários da escola urbana atual e uma das sugestões foi que olhássemos documentos no acervo de registros da escola EE Iracema Leite e Silva (a qual atualmente atende 120 alunos do Ensino Médio no período noturno). Poucos foram os documentos encontrados pois, segundo a diretora<sup>7</sup>, houve um período de fortes chuvas e o local onde tais documentos estavam arquivados foi atingido e quase nada restou. Pudemos ter contato apenas com uma caixa onde estavam guardados documentos de registro de compra do lote onde essa escola estadual foi construída, alguns desenhos manuscritos de parte da escola a ser construída e alguns livros ponto nos quais estavam registrados os horários de entrada e saída dos professores, data e local de trabalho.

Diante de poucos documentos, o que chamou mais atenção foi o livro ponto, no qual encontramos nomes de professores e as localidades em que atuavam – uma vez que as escolas isoladas (rurais) eram vinculadas à uma escola urbana na qual já havia a figura do diretor.

---

<sup>7</sup> Rosangela Isabel de Andrade Bueno.

Figura 1: Livro Ponto EEPsG Profª Iracema L. Silva- Borebi/SP.

**LIVRO PONTO DOS DOCENTES**

ESCOLA E.P.S.G. "PROFª IRACEMA LENTE E SILVA"

CIDADE Borebi

LIVRO N.º 002/95 ANO 1995

**TERMO DE ABERTURA**

Contém este livro 100 folhas, por mim abertas, numeradas e rubricadas, e destina-se ao registro do "Ponto do Pessoal Docente" da EEPSG "PROFª IRACEMA LENTE E SILVA".

Fonte: Acervo da EE Iracema L. Silva- Borebi/SP.



Figura 2: Registro de frequência: Profª Marisa Bueno.

**FOLHA DE FREQUÊNCIA**

PROF. Marisa Bueno  
 SITUAÇÃO PI  
 CARGA SUPLEMENTAR \_\_\_\_\_ CATEGORIA ACT R.G. 14.804.506 PADRÃO \_\_\_\_\_  
 DISCIPLINA(S) Comum-EEPR(E) Fazenda Turvinho II JORNADA REDUZIDA DE TRABALHO DOCENTE \_\_\_\_\_  
 SEDE DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA EEPSA "Profa Traema Leite e Silva" HORÁRIA 125  
 MÊS/ANO Julho 195

ASSINATURAS	DIAS		JORNADA PREVISTA UE / SCF				AUSÊNCIAS											NATUREZA		
	MÊS	SEM.	JORNADA DIÁRIA	SUBSTITUIÇÕES	REC. REP.	TOTAL GERAL	HORAS - AULA UNIDADE ESCOLAR - LOCAL								TOTAL					
							1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	H. A.	U.E. LOCAL	OUTRAS U.E.		GERAL	
<u>MBueno</u>	01	S																		
<u>MBueno</u>	02	D																		
<u>MBueno</u>	03	2º	04			04														
<u>MBueno</u>	04	3º	04			04														
<u>MBueno</u>	05	4º	04			04														
<u>MBueno</u>	06	5º	04			04														
<u>MBueno</u>	07	6º	04			04														
	08	S																		
	09	D																		
<u>MBueno</u>	10	2º	04			04														
<u>MBueno</u>	11	3º	04			04														
<u>MBueno</u>	12	4º	04			04														
<u>MBueno</u>	13	5º	04			04														
<u>MBueno</u>	14	6º	04			04														
	15	S																		
	16	D																		
<u>MBueno</u>	17	2º	04			04														
<u>MBueno</u>	18	3º	04			04														
<u>Conselho serie/classe</u>	19	4º	04			04														
	20	5º	04			04														
	21	6º	04			04														
	22	S																		
	23	D																		
	24	2º	04			04														
	25	3º	04			04														
	26	4º	04			04														
	27	5º	04			04														
	28	6º	04			04														
	29	S																		
	30	D																		
	31	2º	04			04														

5 OBSERVAÇÕES - Recesso Escolar de 20 a 30/07.  
Nos dias 10 a 14/07, Reposição da grex. (03 a 07/07)  
Nos dias 17 e 18/07, Reposição da grex. (30 e 31/07)

9 Jose Roberto de Jesus R.G. 19.887.494 SECRETÁRIO DE ESCOLA  
Edina Romelia Dodina Borebi R.G. 10.486.197 DIRETOR DE ESCOLA

Fonte: Acervo da EE Iracema L. Silva- Borebi/SP.



Nesse registro, encontramos o nome da professora Marisa Bueno, como alguém que atuou na escola rural da Fazenda Turvinho II<sup>8</sup>. De posse do nome da professora, fomos em busca de um contato inicial e foi, novamente, através de conversas informais com funcionários da escola que descobrimos que essa professora atua, na Educação Infantil<sup>9</sup> do município de Borebi-SP. Já no primeiro contato com a depoente, ela citou nomes de outros professores que não constavam no livro ponto que encontramos, mas que haviam atuado em escolas rurais da região.

A professora Marisa Bueno foi a primeira entrevista e sua entrevista tornou-se o pilar necessário para encontrarmos outros docentes que atuaram nas escolas rurais da região de Borebi. Ela nos indicou a professora Aparecida de Fátima Pinto, que atua no município de Borebi no Ensino Fundamental, a professora Marilene Marques Prado que atua no Conselho Tutelar de Borebi e a professora Maria Célia Gallo, que atualmente está aposentada e que contribuiu com sua entrevista nos indicando a professora Cleonice de Fátima Pereira Carlos, aposentada e que exerce docência na Educação Especial no município de Agudos e o professor Antônio Carlos Vaca, aposentado e atual prefeito de Borebi- SP<sup>10</sup>.

Nosso segundo contato foi o do professor Antônio Carlos Vaca, sendo que, devido suas atividades, tivemos dificuldades para o agendamento para uma conversa inicial e para uma posterior entrevista, uma vez que o contato era sempre com sua secretária e não havia uma disponibilidade na agenda dele para conversarmos. Diante disso, enviamos ao professor uma carta de apresentação com os dados da pesquisadora, objetivos da entrevista e interesses acadêmicos, o qual foi entregue na Prefeitura. No mesmo dia recebemos uma resposta, na qual ele solicitava que enviássemos um roteiro – o que fizemos rapidamente –, mas não houve retorno sobre a possibilidade de fazermos a entrevista.

Como não recebemos resposta do segundo entrevistado, tentamos contato com outros professores indicados por Marisa<sup>11</sup> através das redes sociais ou pessoalmente. Todos se mostraram interessados em contribuir com a pesquisa e verificamos a disponibilidade de cada um de forma que não tumultuasse a rotina pessoal dos envolvidos, visto que alguns deles ainda atuam na docência. Com as professoras Maria Célia Gallo e Cleonice de Fátima Pereira Carlos, o contato inicial foi através das redes sociais (Facebook e WhatsApp), com a professora Marilene Marques Prado foi por telefone, com Aparecida de Fátima Pinto foi

---

<sup>8</sup> Um mapa com a localização de algumas das fazendas nas quais os professores depoentes atuaram foi inserido no início de cada textualização do capítulo 2 (Mapa 2).

<sup>9</sup> EMEI José Leite de Campos.

<sup>10</sup> Gestão 2017/2020.

<sup>11</sup> Professora Marisa Bueno.

pessoalmente e com o senhor Antônio Carlos Vaca entrei em contato com sua secretária por telefone, esclarecendo que estava aguardando uma possível entrevista, visto que já havia enviado o roteiro. Ela me atendeu prontamente e a entrevista foi realizada ao final de todas as outras.

#### **1.4 Gravação e edição das entrevistas**

As entrevistas foram marcadas em locais e horários definidos pelos depoentes a fim de possibilitar maior comodidade e liberdade para se expressarem. Dois dos depoentes nos solicitaram um roteiro antes da entrevista, a fim de melhor se organizarem com as informações. Embora, concordando com Thompson (1992) que o roteiro deve ser como um mapa na cabeça do entrevistador, para que possa recorrer a ele com segurança, havíamos elaborado uma versão escrita desse roteiro e a qual enviamos aos depoentes que solicitaram.

Sendo o momento da entrevista, muitas vezes, preocupante para o pesquisador - uma vez que está produzindo uma fonte histórica, tem uma questão de pesquisa específica que está problematizando, sente responsável pelo bem-estar do depoente, quer ser um bom interlocutor, além de se responsabilizar por todo o aparato de gravação e do caderno de campo – adotamos a postura mencionada por Thompson (1992, p. 257): “Deixo que a entrevista flua. Nunca procuro controlá-la. O menos que se pode fazer é orientá-la e procuro fazer o menor número possível de perguntas (...). Todo o tempo necessário, toda fita necessária e poucas perguntas”.

É necessário, portanto, deixar o depoente livre para mergulhar em seu passado e assim, acordar as lembranças, tecendo-as como partes de suas vidas e guardadas em seu íntimo, restando ao entrevistador a tentativa de auxiliá-lo nesse processo, colocando questões, provocações, apresentando artefatos disponíveis e que podem disparar essas lembranças como fotos, recortes de jornal, um livro etc. Este é um momento da produção das fontes é muito importante, uma vez que as narrativas nos possibilitam ir além das informações, elas nos permitem compreendê-las e identificar aspectos que anteriormente não eram tão visíveis à luz de outras fontes históricas.

Neste sentido, Garnica (2007, p. 64) conclui:

Sempre existirá uma distância entre o que vivo e o que me é narrado como vivido pelo outro. As formas de narrar vão se modificando e o modo de perceber- tanto o que é narrado quanto o modo de narrar- dos sujeitos vão se configurando junto a essas alterações nas formas de narrar.

Cada indivíduo terá uma percepção diferente ao se colocar na posição de narrador, principalmente no que diz respeito à experiência, ela não surtirá as mesmas emoções e sentimentos, pois cada um extraiu daquele acontecimento o que foi essencial. Assim, conforme Thompson (1992) a entrevista nos permite obter informações históricas importantes, desde que se tenham os objetivos definidos de onde se pretende chegar.

Martins-Salandim (2007, p. 24) reforça que:

Compreendemos que, em História Oral, produzimos fontes – registros dos relatos das memórias dos professores – que já nasceram com a intenção de serem documentos, ou seja, foi a partir de indagações de um pesquisador que tal relato materializou-se como parte das respostas as estas indagações.

Thompson (1992) afirma que sendo a entrevista uma forma de testemunho, elas contêm informações relevantes, assim como outras fontes. “Essa capacidade de fazer conexões entre esferas distintas da vida constitui uma força intrínseca da história oral no desenvolvimento da interpretação histórica”. (THOMPSON, 1992, p. 327). Assim, como é apontado por Martins-Salandim (2007, p. 21):

A História Oral também não deve ser vista apenas como forma de preencher lacunas em trabalhos que utilizaram outras fontes, mas como elemento vital para a constituição de versões dessa história. A entrevista, técnica também adotada em História Oral, nela se diferencia quanto ao uso e abordagem, pois tem como pressuposto que se está produzindo uma fonte, um documento.

Assim, fomos percebendo mais claramente a narrativa como uma fonte de informação e problematização relevante e fundamental para nossa compreensão, interpretação e análise histórica. Buscamos tornar nossos objetivos bem claros e definidos também para nossos depoentes, visando estabelecer, para o momento da entrevista, confiança, respeito e diálogo que possibilitam a segurança ao narrar. O momento da gravação é singular, em cada entrevista: alguns mostravam-se ansiosos, outros verbalizavam estar inseguros, outros se mostravam bastante sérios e outros mais descontraídos.

Após a realização das entrevistas, elas foram transcritas e textualizadas – uma edição no texto resultante da gravação oral, no qual fazemos adequações para que o texto se torne mais fluido e para que marcar excessivas de oralidade sejam eliminadas. Nas textualizações que produzimos, incluímos notas de rodapé que explicam alguns termos – destacando que

zeramos as notas a cada nova textualização visando que cada uma delas possa ser lida isoladamente desse em relação a esse relatório. Incluímos também fotos cedidas pelos depoentes ou que fizemos de materiais por eles cedidos. Também incluímos, no início de cada textualização, uma apresentação do depoente, dos caminhos para encontrá-lo e das negociações para a gravação das entrevistas e das edições dos textos dela decorrentes, além de mapas que nos ajudam a indicar a localização geográfica das fazendas citadas nas entrevistas.

A composição do nosso mapa deu-se a partir das informações presentes nas textualizações, e isso é uma diferenciação em relação aos mapas produzidos por Martins-Salandim (2012), para a qual “O objetivo destes mapas /.../ é o de destacar, de um ponto de vista plástico, visual, o campo que percebemos quando de nossos levantamentos iniciais”. Das quinze diferentes fazendas citadas, conseguimos compor um mapa ilustrativo no qual indicamos a localização. Muitas foram as nossas dificuldades para localizá-las: algumas tiveram o nome modificado, outras passaram ou passam por processos de reforma agrária, outras, por sua grande extensão, abrangem áreas de mais de um município, outras pertencem a outros municípios mais distantes etc. Enquanto enfrentávamos esse impasse de localizar as fazendas, pedido também feito pela banca de qualificação, nos atentamos a detalhes de grande mapa do município de Borebi e que está afixado em uma parede da escola na qual a pesquisadora atua – vale destacar que nunca tínhamos sido sensíveis a esse mapa.

Os detalhes que nos chamaram a atenção foram de nomes de fazendas no município e outras de seu entorno – algumas delas citadas nas entrevistas. Conversando com a diretora dessa escola sobre o uso de tal mapa pela escola, soubemos que servia para orientar as trajetórias dos motoristas que fazem o transporte escolar no município e para o estabelecimento das rotas de cada um. Como havia uma indicação que tal mapa era do ano de 1994 e como soubemos que fora elaborado pela Prefeitura do município, fizemos contato com a Prefeitura solicitando uma cópia. Essa solicitação movimentou os funcionários da Prefeitura, uma vez que o original do mapa não foi encontrado: eles então fizeram uma cópia do exemplar disponível na escola e nos entregaram um arquivo em CD e uma versão impressa em formato real. Posteriormente, fomos por eles informados de que uma atualização desse mapa está, agora, em andamento.

Para compor nosso mapa, nos valem de informações e a base de um mapa disponível na página [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao\\_municipal.html](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html), do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) do Estado de São Paulo, o qual está disponível para *download* e que traz todos os municípios paulistas. Fizemos um recorte desse mapa e

mantivemos apenas os municípios do entorno de Borebi, aos quais pertencem as fazendas citadas nas entrevistas: Borebi, Agudos, Bauru, Iaras, Lençóis Paulista, Paulistânia, Cabrália Paulista e Piratininga. Nesse recorte, fomos inserindo números, inspirados em Martins-Salandim (2012), para indicar a localização, aproximada, de cada fazenda, a partir do mapa de Borebi que encontramos. Os nomes dessas fazendas foram indicados na legenda do nosso mapa. A ordem da numeração deu-se de acordo com a ordem com que os nomes das fazendas aparecem no conjunto das narrativas, sendo que repetimos um mesmo mapa em todas as seis narrativas, uma vez que elas podem ser lidas em ordem aleatória, e, inclusive, desvinculadas desse relatório.

As textualizações, ainda sem a inclusão dos mapas que foram inseridos antes de cada uma delas, foram devolvidas aos entrevistados para adequações, quando enviamos também uma carta de cessão de direitos sobre o áudio e a textualização para serem assinadas pelos depoentes. Fizemos um esforço de esclarecer cada etapa aos depoentes a fim de que nenhuma dúvida se tornasse um obstáculo para ambos, depoente e pesquisador, explicando que apenas a textualização seria publicada no corpo da dissertação. Sobre a produção e concordância com a textualização, Souza (2006, p. 45) diz:

A noção de textualização coloca-se aqui como transformar em texto (escrito) e envolve dois momentos distintos: a transcrição (que fixa pela escrita os dizeres, pausas, entonações e vícios de linguagem, aproximando-se ao máximo do registro do oral) e a textualização, propriamente dita, que seria o processo de transformar o discurso em uma narrativa mais corrente (com ou sem o estilo pergunta-resposta) e sem os vícios que marcam a espontaneidade das construções nos momentos de fala. Um trabalho conjunto é efetivado, nesse processo, com a negociação quanto a este último texto, possibilitando correções, inserções e reformulações. A concordância com a versão final a ser disponibilizada tem sido registrada por meio de cartas de cessão assinadas pelos entrevistados (cuidado comum entre historiadores) ou garantida pela construção de uma relação de confiança e harmonia entre pesquisador e entrevistado (como tem sido feito por alguns sociólogos).

Alguns depoentes solicitaram um período maior para conferência das textualizações e mostraram-se preocupados com o conteúdo, incluindo e excluindo trechos. Outros, porém, solicitaram agendarmos horário para detalhar melhor alguns tópicos que julgaram relevantes e que precisavam ser apontados na entrevista. Com a professora Marisa, tivemos outros encontros nos quais ela nos auxiliou com nomenclaturas e localização de algumas fazendas citadas no conjunto de textualizações. Todos os depoentes assinaram a carta de cessão de

direitos e ainda se colocaram à disposição para esclarecimentos. Essas cartas constam como apêndices desse relatório.

## **1.5 Sistematizando nossas percepções**

Durante a realização das entrevistas, edição das textualizações e leitura dessas narrativas resultantes, foi possível observar alguns elementos que se destacavam em todas elas e outros muito particulares de uma dada entrevista, além de anseios e dificuldades encontradas pelos depoentes ao lecionar em escolas rurais.

Assim, recebidas as textualizações já conferidas pelos professores depoentes, estávamos amadurecendo um modo de analisar esse material, tendo em vista nossa questão de pesquisa. A nós, alguns elementos das narrativas já iam sendo ressaltados à medida que gravávamos as entrevistas ou quando a textualizávamos, como por exemplo, o acesso e o papel do livro didático de Matemática nessas escolas, a precariedade predial, as dificuldades de acesso à escola – muitos desses elementos já destacados por Martins-Salandim (2003), quando entrevistou professores que atuaram em escolas rurais, também do estado de São Paulo, nas décadas de 1950, 1960 (nessa nossa pesquisa estamos com foco em período nas cercanias dos anos 1980).

Mas como sistematizar nossas percepções a partir de alguns elementos particulares e outros comuns nas narrativas? Mobilizando as ideias de Cury (2013), começamos a pensar em como elaborar a nossa narrativa:

(...) contar uma história, narrar-se é contar nossa história ou uma história da qual também somos, fomos ou nos sentimos personagens. As narrativas, então, oferecem em si a possibilidade de uma análise, se concebermos análise como um processo de produção de significados a partir de uma retroalimentação que se iniciaria quando o ouvinte/leitor/apreciador de um texto se apropria deste texto, de algum modo, tecendo significados que são seus, mesmo que produzidos de forma compartilhada, e constrói uma trama narrativa própria que será ouvida/lida/vista por um terceiro, retornando ao início do processo. (CURY, 2013, P. 160).

As narrativas trazem uma tessitura de informações que podem ser interpretadas conforme os objetivos do leitor. “O método narrativo de conhecimento parte do princípio de que as ações humanas são únicas e irrepetíveis. Sua riqueza de matizes não pode, então, ser exibida em direções, categorias ou proposições abertas”. (CURY, 2013, p. 164).

Conforme Cury (2013), a análise narrativa (de narrativa) abre para a possibilidade de uma nova narrativa a partir do produto da análise, apresentando elementos comuns que tornam os dados significativos. Neste tipo de análise o pesquisador constituirá significados às experiências dos depoentes, buscando aspectos unificadores e de alteridade. “E tal análise não será tomada como um julgamento de valor do outro a partir do que foi relatado, mas como um arazoado das compreensões em uma trama de escuta atenta ao que foi dito sem fixar um cenário definitivo”. (CURY, 2013, p. 158).

Para Martins-Salandim (2007, p. 19):

Esses professores-depoentes, nossos colaboradores, permitem que, a partir de suas narrativas, uma outra narrativa seja constituída: uma narrativa em interlocução, trama em que se mesclam memórias e outros tantos resíduos filtrados pelo tempo, e em cuja elaboração opera o passado vivido pelo sujeito e o presente que re-elabora e situa, ao mesmo tempo, depoentes e pesquisador.

Assim, iniciamos a escrita de nossa narrativa, contemplando as problematizações que fizemos a partir de alguns elementos que percebemos como relevantes nas narrativas para tecer compreensões sobre a educação no meio rural na região de Borebi/SP dos anos 1980. É a partir destes elementos e de suas problematizações que estamos compondo essa história: anseios e dificuldades dos professores; estratégias para ensinar na escola rural, com destaque aqui para a mobilização do livro didático; a municipalização da educação em Borebi; a formação de professores que atuaram nas escolas rurais e as turmas multisseriadas.

No capítulo seguinte apresentaremos as narrativas dos seis professores na ordem em que elas ocorreram.

## Capítulo 2

### A - cor- dando as memórias...

*O ato de narrar está, portanto, entre as faculdades humanas mais antigas e é instrumento importante de sobrevivência, mas também de transmissão e preservação de heranças identitárias e de tradições, sob a forma de registro oral ou escrito, caracterizando-se, principalmente, pelo movimento peculiar de contar, transmitir com palavras as lembranças da memória no tempo. (CURY, 2013, p. 153)*

Neste capítulo apresentaremos as narrativas dos professores que contribuíram com esta pesquisa. Optamos por usar a palavra “a-cor-dando” separada, com o intuito metaforicamente de ir além do sentido de despertar, mas de dar cor, dar vida às memórias dos depoentes, pois cada um tem sua particularidade e, as experiências, não são as mesmas para os diferentes indivíduos.

Assim, para cada entrevista apresentada utilizaremos o termo: “A- cor- dando” precedido do nome do depoente, valorizando suas memórias como algo histórico, constituído de vida.



## 2.1 A-cor- dando à Marisa Bueno...

*“Gosto muito de estar com minha família, amo a natureza e passei esse amor aos meus filhos. Nas horas vagas cultivo mudas de árvores frutíferas, minhas orquídeas, cactos e suculentas...”*

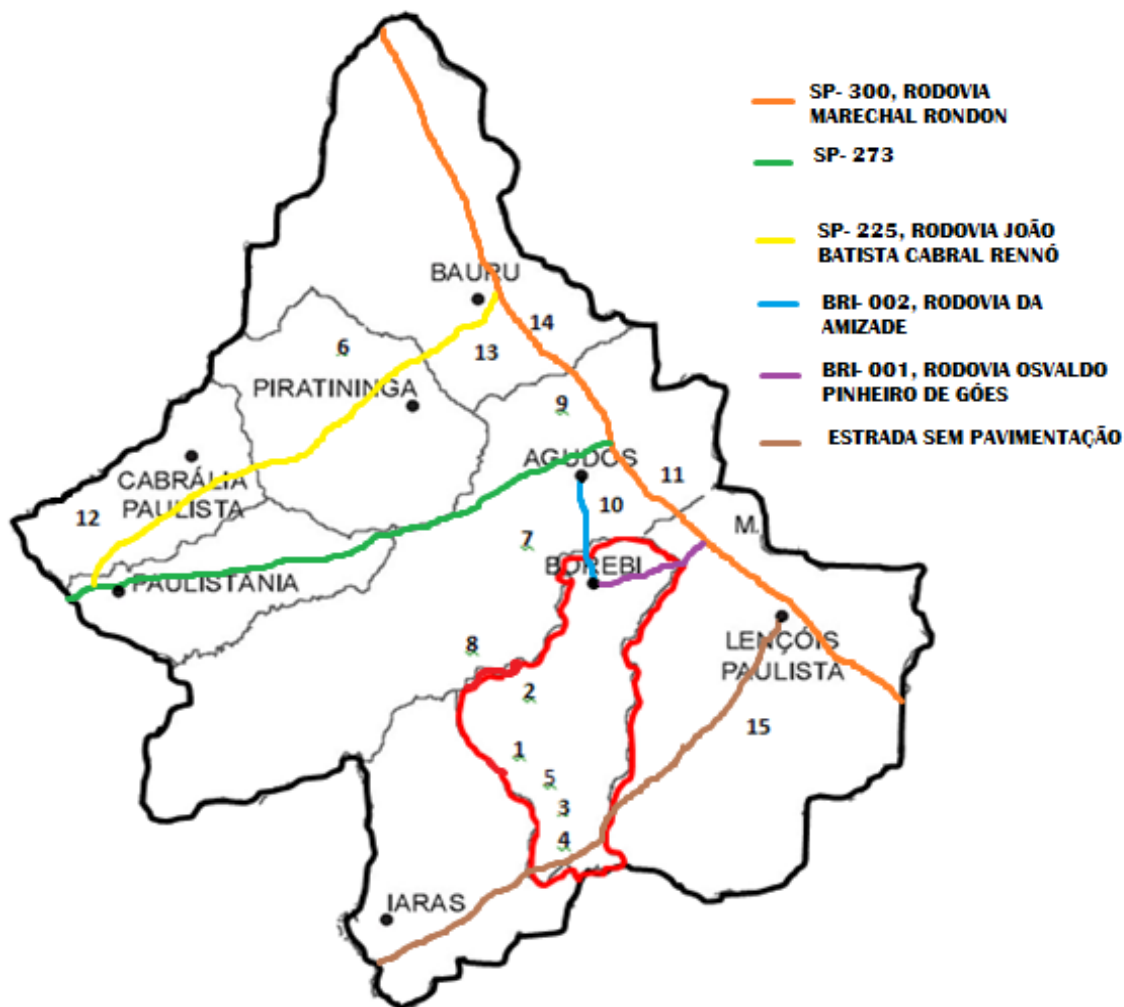
Marisa Bueno atuou na escola rural da Fazenda Turvinho II: seu nome constava nos poucos arquivos que restaram na escola estadual EE Iracema Leite e Silva de Borebi-SP – escola na qual atua, 2017, como professora da Educação Infantil da rede municipal de ensino (em um mesmo prédio funcionam duas escolas – uma vinculada à rede municipal e outra à rede estadual de ensino). Conseguimos marcar uma apresentação inicial em horário de ATPC- Aula de trabalho pedagógico coletivo, para que pudéssemos esclarecer os objetivos e as contribuições que a entrevista iria proporcionar para a pesquisa acadêmica. Dessa forma, a professora pontuou algumas questões sobre sua atuação na escola rural do Turvinho II e percebemos que ela se enquadrava nos perfis de depoentes que havíamos estabelecido.

Inicialmente a professora não acreditava que sua história seria importante, mas aceitou marcarmos uma entrevista. A entrevista foi realizada na escola em que a docente atua, de acordo suas disponibilidades de horário. Solicitamos autorização da direção e agendamos a entrevista. No dia e horários marcados, me desloquei até o local combinado e percebi muito nervosismo por parte da depoente, nos dirigimos a uma sala fornecida pela direção da escola para a entrevista, após ligar o gravador esse nervosismo aumentou, ela começou a falar sempre na direção do gravador e observando que estava tensa, tentei deixa-la mais à vontade, demonstrando-lhe liberdade para se expressar.

Após este momento de tensão notei que a depoente já estava mais tranquila para narrar sua história. Como aponta Larrosa (2002, p. 21): “A experiência é o que nos passa, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca.” Observei que a depoente se expressou como o autor destaca, pois, ao narrar sua história havia um certo contentamento, alegria e um brilho nos olhos em poder compartilhar momentos que podiam ter sido esquecidos no tempo e no espaço, ela narrava com ternura, saudades e demonstrando toda alegria de poder ter vivido aqueles momentos, deixando-se encantar pelas memórias daquele período.

A seguir, apresentamos um mapa da região geográfica de Borebi, na qual indicamos várias das fazendas citadas na textualização dessa entrevista, a qual inicia-se logo após.

Mapa 2- Ilustrativo: Localização de Fazendas na região de Borebi-SP.



- 1- Fazenda Turvinho II
- 2- Fazenda Santo Antônio do Caçador
- 3- Fazenda Luna (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 4- Fazenda Capim (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 5- Fazenda Santo Henrique
- 6- Fazenda São José (\* Não identificada a localização correta no município).
- 7- Fazenda Santa Izabel
- 8- Fazenda Geada
- 9- Fazenda Água do segredo
- 10- Fazenda Santa Rita de Cássia
- 11- Fazenda Espadilha
- 12- Fazenda Santo Antônio (\* Não identificada a localização correta no município).
- 13- Fazenda Jiboia (\* Não identificada a localização correta no município).
- 14- Fazenda Globo ou Sobar
- 15- Fazenda Aripa (\* Não identificada a localização correta no município).

Fonte: Produzido pelo autor baseado em mapa disponível em: [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao\\_municipal.html](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html). Acesso em 29/01/2018 e <https://www.google.com.br/maps/@-22.6256128,-47.9554795,8.13z>. Acesso em 01/04/2018.

Meu nome é Marisa Bueno. Comecei a trabalhar, em 1985, na escola particular Prevê- Bauru como secretária onde também fiz o Magistério. Logo após, continuei substituindo aulas no município de Borebi-SP<sup>1</sup> e em 1993 surgiu a primeira classe em zona rural, nesse município, para eu lecionar.

Fiquei com um pouco de receio por ser distante, aproximadamente 45 km da cidade, mas assim mesmo fui conhecer e gostei. Assumi e lá eu fiquei de 1993 a 1998. O nome da fazenda é Turvinho II<sup>2</sup>, fica no município de Borebi-SP e é propriedade da *Lwart*<sup>3</sup>. Lá era uma escola multisseriada, onde tinha 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> série, aquele tempo ainda era série e os alunos iniciavam sem fazer a pré-escola.

Figura 1: Escola da Fazenda Turvinho II- Borebi/SP



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Era bem difícil: tinha que ensinar desde pegar no lápis, desde o rabiscar até escrever o nome, mas eles se desenvolviam rápido. A maioria tinha vontade de aprender, não tinha muito problema de indisciplina, eles ajudavam até na merenda: lavavam, cortavam os legumes, ajudavam preparar, lavavam a louça da merenda, cada um lavava seu prato, seu talher, seu copo e era bem gostoso.

<sup>1</sup> Município brasileiro do estado de São Paulo, com população estimada em 2,5 mil habitantes. Possui uma área de 348 mil km<sup>2</sup>, faz divisa com os municípios de Avaré, Iaras, Agudos e Lençóis Paulista.

<sup>2</sup> Fazenda Turvinho II, possui extensão territorial de 27 mil hectares. O Grupo *Lwart* ao adquirir a propriedade denominou-a Turvinho II devido ao fato do Rio Turvo passar pela propriedade, a principal atividade econômica é o cultivo do Eucalipto. Anexo, recorte do Mapa 2 com localização da Fazenda Turvinho II.

<sup>3</sup> Grupo *Lwart* com sede no município de Lençóis Paulista-SP atua na área de coleta e refino de óleos lubrificantes usados e na produção de celulose de mercado.

Eu trabalhava sozinha na Turvinho II, não tinha auxiliar, era sozinha mesmo. Eu tinha todas as funções, desde fazer a merenda, limpar a escola; geralmente, a gente limpava às sextas-feiras, após o recreio. Quem não queria ajudar ficava brincando, eu sempre levava uma caixa de brinquedo, de jogos pedagógicos, os meninos jogando bola, e as meninas e meninos que queriam, participavam da limpeza.

No início foi um pouco difícil, porque não tinha uma escola com prédio próprio, trabalhei na área da sede da fazenda, enquanto isso o administrador e os funcionários foram reformando e transformando uma casinha em escola, depois ficou muito bom. Eles construíram três banheiros, um quarto para eu dormir e uma cozinha. Eu dormia lá, era muito distante, 45 km, vinha embora na sexta-feira. Quem me levava era o motorista do caminhão com o qual eu pegava carona, um caminhão da *Lwart*.

Eu ia de carona, com um veículo da prefeitura que seguia para Botucatu-SP<sup>4</sup>, até a *Lwart* e de lá o caminhão me levava junto com os tratoristas para trabalhar. Eu ficava lá a semana toda e na sexta-feira eu voltava de carona com um caminhão de madeira. À tarde, às vezes, eu ganhava um dinheirinho extra: quando tinha pouco caminhão eu media o caminhão, eles mesmos mediam, mas eu fazia a nota para *Lwart* e ganhava um dinheiro extra, muitas vezes à tarde, período que eu estava de folga.

Em 1995 eu comecei a faculdade em Aparecida de São Manoel<sup>5</sup>. Eu ia com a perua que levava estudante até Lençóis Paulista<sup>6</sup> e de lá eu pegava um ônibus de Agudos<sup>7</sup>, na rodovia, e seguia para faculdade onde eu fiz Pedagogia.

Mesmo assim, eu continuei lecionando na fazenda, eu lecionava pela manhã, fazia Pedagogia à noite e voltava para fazenda à noite. Eu saía da fazenda, seguia para a faculdade e voltava para a fazenda, às sextas-feiras voltava para Borebi, mas passava em Agudos. Eu voltava com o ônibus do Mirtão<sup>8</sup>, que era um ônibus que fazia o transporte de Agudos até Aparecidinha, e em Agudos eu esperava o ônibus que vinha de Bauru<sup>9</sup> ou eles me esperavam: quem chegasse primeiro esperava e dava certo. Daí vinha para casa, como não tinha carro era só de carona mesmo. Não era fácil não, mas deu tudo certo. Quando eu tinha que fazer algum

---

<sup>4</sup> Município brasileiro localizado no centro do estado de São Paulo, área de 1, 5 mil Km<sup>2</sup>, com população de 140 mil habitantes.

<sup>5</sup> Distrito pertencente ao município brasileiro do estado de São Paulo, São Manoel.

<sup>6</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo, com população estimada em 67 mil habitantes e com extensão territorial de 810 mil Km<sup>2</sup>.

<sup>7</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo, com população de 37 mil habitantes e extensão territorial de 997 mil Km<sup>2</sup>.

<sup>8</sup> Motorista e proprietário do ônibus que transportava estudantes de Agudos-SP até o distrito de Aparecida em São Manoel/SP.

<sup>9</sup> Município brasileiro, localizado no estado de São Paulo, com população de 370 mil habitantes e extensão territorial de 668 mil Km<sup>2</sup>.

trabalho ou alguma coisa da faculdade eu sempre entrava no grupo de Agudos. Porque era mais fácil eu me locomover até Agudos do que até outra cidade.

A escola que eu trabalhava, na Turvinho II, era uma casinha pré-montada, de madeira - antigamente essa era a casa do administrador da fazenda - eles tiraram as paredes da sala e de um quarto e montaram uma sala de aula, pois antes eram dois quartos, sala, cozinha e banheiro. O banheiro eles tiraram uma porta que era para sala e fizeram porta de acesso para o quarto, uma suíte para eu ficar lá.

Do lado da cozinha, eles cortaram um pedacinho da cozinha e fizeram dois banheiros. Nós fizemos um refeitório, onde eles tomavam a merenda. O pátio era um grande gramado, uma área em frente da escola. Nesse gramado eu dava as aulas de Educação Física. Eu também dava aula de Arte, de tudo - não tinha outro professor especialista. A merenda era preparada todos os dias, a prefeitura mandava. Mas não tinha condições da prefeitura ficar mandando os alimentos, então nós fizemos uma horta. A *Lwart* designava um funcionário para fazer a horta, eles adubavam, o resto era com a gente: manter o canteiro e replantar era eu e os alunos mesmo e dali a gente tirava cenoura, às vezes os alunos iam lá e eles adoravam comer cenoura. Era o que eu lembro que eles mais gostavam da horta, e nunca tinha cenoura para merenda, não chegava produzir, porque os alunos comiam a cenoura pequenininha.

Esta escola era vinculada à EMEF Iracema Leite e Silva<sup>10</sup> de Borebi, da diretoria de ensino de Lençóis Paulista - já era vinculada a esta escola, porque nessa época Borebi não era mais distrito<sup>11</sup>. Lá eu tinha vários níveis de aprendizagem, não tinha educação infantil, era a partir da 1ª série, mas eu tinha que ensinar a parte da educação infantil também, porque eles chegavam sem nenhuma noção da escrita.

Eu tive um aluno que me marcou muito. Ele chegou lá na 2ª série, ele já era repetente da 2ª série (não era ano), ele fez a 2ª, 3ª e 4ª série. Quando ele veio para Lençóis Paulista fazer a 5ª série, ele fez uma provinha, passou em primeiro lugar e ganhou um curso de informática - naquele tempo era o auge, era caríssimo. Ele ganhou porque ele foi o primeiro aluno da sala, ele ficou comigo por três anos.

Cheguei a ter mais de 40 alunos, porque naquele tempo não desmembrava a turma, depois é que começou a desmembrar. A Neia<sup>12</sup> foi diretora durante a maior parte do tempo, faziam visita e a Edneia (Neia) foi só uma vez, quem ia muito era a supervisora Maria

---

<sup>10</sup> Escola municipal de Ensino Fundamental do município de Borebi-SP.

<sup>11</sup> Borebi-SP foi distrito de Lençóis Paulista-SP até 09 de Janeiro de 1990 (Lei estadual nº 6.645/90) quando o município foi criado.

<sup>12</sup> Ednéia Padilha, diretora da EMEF Iracema Leite e Silva.

Teresa<sup>13</sup> de Lençóis. Ela comparecia todos os anos e falava para Neia que estava tudo em ordem, o único problema era a estrada.

Eu fazia a parte de matrícula e trazia os documentos das crianças para tirar cópia aqui e retornava para os responsáveis. Os alunos não tinham acesso, vinham aqui na cidade uma vez por ano, na semana das crianças: no começo era na semana das crianças, mas depois eu falei para o Vaca<sup>14</sup> - aquele tempo ele era prefeito - para deixar passar essa época, porque a gente visitava o zoológico, o *shopping* e o aeroporto. Fazíamos os três passeios num dia só em Bauru. Então os alunos aproveitavam bem, não tínhamos problemas de horário, porque à tarde eu estava livre e íamos aos três lugares e eles não davam trabalho. Eu sempre levava duas mães, porque elas também não conheciam, para elas era interessante. Eu combinava de ir com duas mães para ajudar a olhar as crianças e também para elas conhecerem o zoológico que era novidade para elas, não tinham carro nada. Era bem legal o passeio.

As crianças eram carentes e a merenda, quando sobrava, geralmente eu pedia para eles trazerem uma latinha ou uma vasilha - geralmente levavam latinha de leite ninho ou chocolate - para levar o restante da merenda. Havia uma família de uma fazenda chamada Pinus Pires<sup>15</sup> que eles trabalhavam na coleta da resina do pinho e essa resina não dava muito dinheiro. Eles tinham muita dificuldade financeira, às vezes tinha umas alunas que falavam: “Tia, à tarde só tinha farinha para a gente comer”. Então, o que sobrava da merenda eles levavam para comer com a família, tratar dos outros irmãos.

No começo eu tinha um pouco de dificuldades, mas como eu também estudei em fazenda, eu já conhecia o ritmo, já sabia como era. Eu estudei na Fazenda Boi Pintado<sup>16</sup> e na Fazenda Santo Antônio do Caçador<sup>17</sup>, que ficam na região de Borebi. Fiz até o terceiro ano no sítio - o primeiro, segundo e terceiro, não fiz educação infantil, naquela época no sítio não se fazia. Quando eu estudei tinha que levar o lanche, que geralmente era uma marmitinha. Ia a pé, atravessava rio, corria de vaca brava que tinha na estrada. A gente ia atravessando no meio de sítio, de fazenda para chegar na escola.

Quando fui trabalhar na fazenda, era o mesmo sistema de quando eu estudava, não mudou muito, só que no meu tempo de aluna não tinha o quarto ano, ou melhor, a quarta série. Na escola era primeira, segunda e terceira série, eu não fiz a 4ª série, isso é novidade -

---

<sup>13</sup> Maria Teresa da Silva Coelho Jacon, supervisora de ensino que inspecionava as escolas rurais do município de Borebi-SP.

<sup>14</sup> Antônio Carlos Vaca, prefeito do município de Borebi-SP.

<sup>15</sup> Fazenda localizada na região de Borebi-SP, cuja economia era a extração de resina.

<sup>16</sup> Fazenda localizada no município de Borebi-SP.

<sup>17</sup> Fazenda localizada no município de Borebi-SP.

acho que quase ninguém sabe disso, mas eu não fiz a 4ª série. Perdi meu pai aos 10 anos, eu tinha só a 3ª série, então eu fui trabalhar em Botucatu, numa casa de família como babá e nessa época eu já tinha 11 anos. Voltei a estudar à noite e fui trabalhar durante o dia como babá de três crianças: eram duas gêmeas e uma menininha com um ano de diferença, as gêmeas eram recém-nascidas. Eu fiz uma prova de reclassificação escolar e passei, uma não, eram quatro provas, naquela época era uma redação, uma prova de Língua Portuguesa, de Matemática e uma que não me lembro muito bem, eu acho que englobava Geografia, História e Ciências. Passei! Lembro que fui elogiada na redação, foi excelente minha redação e comecei a fazer Supletivo<sup>18</sup> da quinta série em Botucatu, no Cardoso de Almeida<sup>19</sup>.

Era uma escola boa, tanto é que lá eu fiz a quinta, sexta, sétima e na sétima série eu fiquei para recuperação em Matemática, por causa de 0,25 pontos o professor me deixou. Que absurdo! Mas na época valia tudo, né. Ele me deixou de exame, fiz e graças a Deus passei, não tive problema e vim para Bauru morar com a minha prima e trabalhar de babá para cuidar da minha priminha e continuei estudando.

Fiz o Supletivo no Prevê Objetivo<sup>20</sup> e terminei o primeiro e segundo grau. Como não saí com nenhuma formação, o que eu ia fazer? Eu gostava muito do Magistério, sonhava desde pequena em ser professora. Então eu fiz, no Prevê Objetivo, o terceiro e quarto ano do Magistério Especial<sup>21</sup> e lá mesmo eu fiquei empregada. Trabalhei dois anos no Prevê Objetivo, na escolinha como auxiliar de sala<sup>22</sup>, eu não pagava porque eles me contrataram. O Supletivo eu pagava, mas quando comecei a fazer o Magistério me deram uma sala de aula sem eu ser formada, foi um desafio grande, mas deu tudo certo, depois comecei a lecionar.

Comecei a substituir aqui em Borebi mesmo, quando faltava professor, teve greve e, às vezes eu dava aula pela manhã, à tarde e à noite, porque aqui também tinha Supletivo - mas tinha outro nome, não lembro o nome<sup>23</sup>. A professora do Supletivo faltava bastante, principalmente às sextas- feira. Para mim era ótimo, pois eu dava aula de manhã, à tarde e à noite, às vezes lançavam aulas para o outro dia.

Quando entravam em greve era ótimo! Porque eu trabalhava o mês inteiro, substituía os professores, eu comecei aqui como eventual. Eu me formei em 1986 e comecei no Prevê

---

<sup>18</sup> Modalidade de ensino que compreende a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento dos estudos em caráter regular. Art. 38- LDBEN 9394/96.

<sup>19</sup> EE Cardoso Almeida, localizada no município de Botucatu- SP.

<sup>20</sup> Escola privada que oferecia cursos supletivos de 1º e 2º Graus.

<sup>21</sup> Segundo a professora, os alunos que cursaram o Ensino Médio, faziam dois anos de aperfeiçoamento para o Magistério (3º e 4º ano) com disciplinas específicas (Didáticas e Metodológicas).

<sup>22</sup> Auxiliava as professoras em sala de aula e as substituía, e auxiliava na secretaria da escola com a documentação.

<sup>23</sup> EJA-Educação de Jovens e adultos;

Objetivo em 1985, trabalhei lá antes de me formar, só que eu não era registrada. Naquele tempo podia trabalhar sem registro, depois de dois anos trabalhei com registro.

Quando me formei passei a trabalhar dois períodos no Prevê Objetivo. Em 1989 eu vim para Borebi - como começaram a subir as mensalidades - a diretora retirou um período meu, fiquei só um período. Como eu pagava aluguel de casa, passagem de ônibus para trabalhar, o custo de vida ficou muito alto e difícil, então eu pedi a conta e vim substituir em Borebi. Fiquei com um pouquinho de medo, porque lá era Educação Infantil e aqui Ensino Fundamental. Eu só queria substituir primeira e segunda série, depois comecei a substituir a quarta série.

Um dia teve uma licença, era minha vez de pegar na atribuição, era uma licença de agosto até o final do ano. A professora da sala tirou licença maternidade, era de uma quarta série, e até a Leila<sup>24</sup> falou: “Marisa você vai pegar”. A sala era da filha dela, a Rúbia<sup>25</sup>, olha que responsabilidade. Insisti: “Eu não quero Leila, eu não vou dar conta”. E ela dizia: “Não, você vai, é a sua vez e você está preparada”. Tinha um diretor na época, com necessidades especiais, ele era deficiente físico, tinha um braço só, não lembro o nome dele e ele dizia: “Você vai, eu te ajudo”. A Heleninha<sup>26</sup> também falou “Eu te ajudo também”, ela é cunhada da Lucia<sup>27</sup>.

No começo eles me ajudaram e deu tudo certo. Foi uma ótima experiência, acho que isso foi em 1992. Em 1993 peguei aula na escola rural e fiquei 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998 foi meu último ano na Turvinho II<sup>28</sup>. A Marilene<sup>29</sup> assumiu em 1999. Em 1996 eu tive um aborto e como abortei de quatro meses tive direito a quinze dias de licença e nesses dias não teve aula, porque não tinha professor que me substituísse e pela distância ninguém quis substituir. Depois que passou o período da licença me chamaram na escola e falaram se eu queria me substituir aos sábados, para os alunos não perderem esses dias, como uma reposição de aulas. Eu fui, dava aula de segunda a sábado, sábado era para repor a licença. De segunda a sexta eu trabalhava normal e aos sábados eu me substituía e ganhava essas aulas aos sábados à parte.

Na escola da Turvinho II estudavam alunos das fazendas vizinhas: o perueiro passava e os levava. A maioria era de acampamento, o pessoal trabalhava no corte da

---

<sup>24</sup> Leila Ayub Vaca, primeira dama do município de Borebi-SP, Gestão 2017- 2020.

<sup>25</sup> Rubia Maria Ayub Vaca, filha do prefeito do município de Borebi-SP.

<sup>26</sup> Helena M. C. F. Daniel, professora que atuava na unidade escolar de Borebi-SP.

<sup>27</sup> Lucia Ângela Del Rio Daniel, secretária da Educação do município de Borebi-SP, Gestão 2017-2020.

<sup>28</sup> A fazenda recebeu este nome, devido ao fato do Rio Turvo passar pela propriedade, portanto o Grupo Lwart ao adquirir a propriedade denominou-a Turvinho II.

<sup>29</sup> Marilene Marques Prado, professora que atuava na unidade escolar de Borebi-SP.



madeira, a família toda trabalhava no corte da madeira, matando formiga, trabalhava no eucalipto para a *Lwart*. Eles eram contratados temporários, prestavam serviço e moravam no acampamento, que era como faziam os do Movimento dos Sem-terra, mas não eram do movimento, prestavam serviço para a *Lwart*. Eles ficavam lá por muitos anos, e como havia muitas fazendas vizinhas e tinha veículo que os levava para o campo para trabalhar, a maior parte dos alunos eram da Turvinho II.

Os acampamentos eram bem precários, a casinha de madeira coberta com telha, a água era encanada de uso coletivo e abastecia todas as casinhas. Não tinha água dentro dos “barraquinhos”, era uma torneira para todos. O banheiro era aquela casinha de madeira com um buraco no chão sem vaso sanitário, a fossa<sup>30</sup>. Quando enchia uma, fechava, abria outra. Geralmente, duas ou três famílias faziam uma casinha e usavam até encher. Raramente as famílias iam embora, ficavam sempre os mesmos lá. Eles tinham vários filhos de idades diferentes. Então, quando um saía da escola entrava o outro irmão, era o que mantinha a escola aberta.

Eu fiquei seis anos trabalhando lá e na divisa de Borebi e Iaras<sup>31</sup>, em 1996 ou 1997, começou o movimento do MST<sup>32</sup> na região. A gente ficava um pouco assustada, porque eles destruíram o reflorestamento da *Lwart*, invadiram fazendas, a Luna e a Fazenda Capim<sup>33</sup> que eram bem próximas também. Eu fiquei com um pouco de receio, porque era gente de fora que veio e eles estudaram um ano comigo na Turvinho II, outros foram estudar em Iaras.

Os integrantes do MST ficavam acampados na estrada, depois começaram a derrubar o eucalipto e a entrar na fazenda. Naquele tempo ninguém mexeu com eles, deixou lá, a *Lwart* até tentou tirar, em vão. Passou um ano, eles foram para a Fazenda Capim, até eles conseguiram se estabelecer lá, mas foi um processo muito lento, era bem o início do MST, estão até hoje lá, agora chama-se Assentamento Zumbi dos Palmares e uma parte ficou Fazenda Santo Henrique.

O maior desafio para mim neste período, foi quando um trator passou, chacoalhou uma árvore, um enxame de abelhas se espalhou e entrou na escola. Nós entramos embaixo das mesas, das carteiras, mas mesmo assim as abelhas ferroaram um menino. Ele era alérgico e começou a inchar. Esse foi o maior medo que passei lá na fazenda, falei para o rapaz da

---

<sup>30</sup> Buraco feito no chão, substituindo vaso sanitário, feito em lugares sem rede de esgoto.

<sup>31</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo, com população de 6 mil habitantes e extensão territorial de 400 mil Km<sup>2</sup>, faz divisa com o Borebi/SP.

<sup>32</sup> Movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST, movimento social brasileiro.

<sup>33</sup> Fazendas localizadas no município de Borebi-SP, divisa com Iaras.

perua: “Vamos levar, vamos entregar as crianças agora e ir na casa da mãe dele, pegá-la e levar para Lençóis Paulista/SP, no consultório médico”.

Nós fomos ao médico, a mãe dele estava trabalhando e não quis parar o serviço para acompanhar. Eu pedi os documentos para a irmã dele e o levamos até o posto de saúde em Lençóis Paulista/SP, no Ubirama<sup>34</sup>. Ele foi medicado na hora, eu comprei os medicamentos que faltavam, que o médico receitou e o levamos de volta para a fazenda. Ele melhorou, mas foi um susto muito grande.

No começo quando fui para a Turvinho II eu levava a merenda para duas semanas, 15 dias, depois eu comprei um carro, em 1996 comprei um fusca e eu mesma levava. Toda segunda-feira eu passava na creche pela manhã e a “tia” da creche já me entregava a merenda. Foi quando melhorou muito. Passou a ter sobremesa, porque eu já levava frutas para a semana toda. E eu continuei ficando durante a semana lá, porque o gasto era muito grande se eu viesse todo dia, dava 90 km por dia, além de a estrada ser ruim. Quando chovia não conseguia passar e fusca já tem problema de platinado, motor, tanto que eu acabei aprendendo até a consertar sozinha.

Eu saí da Turvinho II, porque em 1999 municipalizou<sup>35</sup> a educação em Borebi/SP e várias salas de aula fecharam e eu perdi a sala para a Marilene que estava na minha frente na escolha na atribuição. Ela tinha mais pontos que eu, mais tempo de serviço e ela pegou. Ela pegava sempre aqui na cidade, mas como fecharam salas, não sobrou e ela pegou a fazenda, ficou lá acho que por dois anos. Depois ela saiu e a Mônica<sup>36</sup> pegou, daí já era municipalizado, não era mais do Estado. A Mônica prestou concurso, passou e foi para lá. Depois ela teve uns probleminhas de saúde e a Cidinha<sup>37</sup> assumiu. Mas a escola funcionou por mais uns três ou quatro anos depois que eu saí.

A escola fechou porque esses alunos do acampamento se mudaram, a *Lwart* reduziu a mão de obra, porque é tudo mecanizado agora, o plantio de eucalipto é realizado por máquina, acabou a mão de obra braçal. Tudo passou a ser mecanizado e eles saíram desse acampamento, ficou só o caseiro e alguns moradores das fazendas vizinhas que são os que vêm hoje estudar em Borebi/ SP.

---

<sup>34</sup> Bairro localizado no município de Lençóis Paulista-SP.

<sup>35</sup> Lei 9394/96- Institui sobre a municipalização do ensino no Artigo 11.

<sup>36</sup> Mônica Rodrigues de Lima, professora que assumiu a sala posteriormente.

<sup>37</sup> Aparecida de Fátima Pinto, professora que assumiu a sala e permaneceu na escola da fazenda TurvinhoII até seu fechamento.

No ano seguinte, depois que saí da Turvinho II fui para Pederneiras<sup>38</sup>, trabalhei um ano em 1999. Em 2000 eu peguei aula na fazenda novamente, na Fazenda Santo Antônio do Caçador<sup>39</sup>, que também fica no município de Borebi/SP. Trabalhei na Fazenda Caçador, que era uma escola mais precária, tinha morcego, não era forrada, os alunos maiores é quem espantavam os morcegos, porque eles sujavam a escola. A escola tinha cerca de arame farpado em volta e fazíamos jardim. Lá trabalhei por um ano, era a mesma rotina. A prefeitura levava a merenda, eu levava o pão e tinha uma pessoa que preparava, ela era voluntária, a Cleuza<sup>40</sup>. Ela morava na fazenda e gostava de colaborar.

Os alunos buscavam a merenda na casa da Cleuza: pegavam o caldeirão de sopa, panela de arroz, feijão e mistura. Como ela preparava tinha arroz, feijão, uma carne e salada todos os dias, a gente fazia um suco, muitas vezes com aqueles pacotes de suco que vinham na merenda. De sobremesa o que eles mais gostavam era a “melequinha” que nós inventamos, até hoje meus filhos fazem em casa, misturar chocolate no leite em pó e comer, eles adoravam e muitas vezes era isso, quando podia fazia doce de abóbora que eles levavam da casa deles e eu fazia doce.

Pela manhã o motorista do ônibus passava na padaria, naquele tempo era circular para Borebi/SP, todos os dias ele trazia o pão, eu esperava cedo, pegava o pão e seguia para lá, entrava às sete horas. Eu ia e voltava todos os dias. E um grande desafio nesta escola foi um aluno com necessidades especiais que eu tive o Edgar, não lembro a deficiência dele, só lembro que ele ficava nervoso e era difícil, ele não frequentava APAE<sup>41</sup>. Naquele tempo não era para ficar na minha escola, mas não tinha transporte que o levasse para a APAE.

Lá na Fazenda Caçador eu fiquei por um ano em 2000, eu saí de lá, porque eu perdi a sala, outra professora pegou, esqueci o nome dela. Ela já tinha dado aula, ela gostava de lá. Essa escola era vinculada à escola EE Padre Aquino<sup>42</sup> de Agudos/SP, mas ela está localizada no município de Borebi/SP. No ano seguinte, quem assumiu foi a Vera<sup>43</sup>, mas sabe quando assume e não vai? Depois eu acabei assumindo a sala, acabei ficando no ano seguinte, mas depois foi para a atribuição e perdi de novo.

---

<sup>38</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo, com população de 42 mil habitantes e extensão territorial de 729 mil km<sup>2</sup>.

<sup>39</sup> Nome da fazenda onde se localizava a escola rural no município de Borebi-SP.

<sup>40</sup> Moradora da fazenda, mãe de aluno da escola rural.

<sup>41</sup> Associação de Pais e amigos excepcionais.

<sup>42</sup> EE Padre João Batista de Aquino, localizada no município de Agudos-SP. A escola da fazenda Caçador localizava-se no município de Borebi-SP, era vinculada a escola estadual mais próxima de sua localidade e todo o custeio com merenda e transporte eram fornecidos pela prefeitura municipal de Agudos-SP.

<sup>43</sup> Professora que assumiu as aulas posteriormente.

Então, assumi sala em Bauru, trabalhei no Luíz Braga<sup>44</sup>. Não, mintos! Eu fui para uma fazenda em Piratininga<sup>45</sup>. Não, naquele ano acho que fiquei em Agudos substituindo. Em 2001 fiquei em Agudos substituindo, em 2002 que eu fui para uma fazenda em Piratininga. Já havia me acostumado tanto em fazenda que fui para a fazenda São José<sup>46</sup>, trabalhei o ano todo em Piratininga. Eu gostava de pegar aula na fazenda, porque era sala livre.

Se a gente pegasse na cidade era sala de outro professor e quando chegava trinta e um de dezembro perdia, porque ele voltava e não recebíamos as férias. Assim eu ganhava direto, ganhava até fevereiro e no início do mês, pegava outra sala e não perdia o vínculo. Era interessante porque eu não quebrava pagamento.

Naquela época levava três meses para receber se você perdesse o vínculo tinha que passar pelo médico, fazer as avaliações médicas e levava cerca de três meses para voltar a receber o pagamento e se pegasse sala livre não, ficava direto. Na fazenda era sempre sala livre e não se perdia o vínculo. Continuava recebendo normalmente, além de ganhar o auxílio transporte que era valor fixo de cento e vinte e oito reais, independente da quilometragem, para todo professor que dava aula em fazenda. Se passasse de vinte quilômetros, se não me engano, quanto à distância da cidade até a fazenda, então recebia cento e vinte e oito reais.

Quanto ao material didático era só o mimeógrafo, não havia cópia, era só no mimeógrafo. Então, eu repartia a lousa ao meio para duas turmas, de um lado para uma turma, outro lado para outra. Os alunos da terceira e quarta série copiavam muito de livros ou faziam atividades no livro, porque tinha validade por dois anos - como é hoje também. Já os alunos da primeira série eles tinham praticamente que copiar, muitas coisas tinham que ser passadas no caderno e os da segunda série, faziam no livro que era levado embora no final do ano.

À tarde eu não tinha aulas e já preparava os cadernos e às sextas-feiras eu pegava estêncil<sup>47</sup> e deixava preparado para rodar no mimeógrafo da escola Padre Aquino à noite, por que lá na Fazenda Caçador, não tinha mimeógrafo. Os cartazes para a sala de aula eu confeccionava na cartolina, cartaz, alfabeto, alfabeto móvel<sup>48</sup>, era tudo em cartolina. Para as aulas de Matemática tinha o material dourado e números. Eu tinha uns números de plástico que eu mesma comprava, não era de EVA, eu tenho até hoje e estou usando com minha turma na Educação Infantil.

---

<sup>44</sup> EE Prof<sup>o</sup> Luiz Braga, localizada no município de Bauru-SP.

<sup>45</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo com população de 12 mil habitantes e extensão territorial de 402 mil km<sup>2</sup>.

<sup>46</sup> Fazenda localizada no município de Piratininga- SP.

<sup>47</sup> Tipo de papel fino utilizado como matriz para impressão em mimeógrafo.

<sup>48</sup> Consiste em reproduzir as letras do alfabeto repetidamente em recortes de papel para serem utilizadas no processo de alfabetização na formação de palavras pela criança.

Os materiais que recebíamos eram réguas, tesouras e material dourado também. Agora outras coisas, eu tinha que comprar como número e letra de plástico, alfabeto de madeira e deixava na escola durante o ano em que estava dando aula, depois no final do ano eu levava tudo embora. O próprio perueiro no final do ano ele me ajudava guardar na perua e trazia tudo.

Lá na fazenda tinha livro didático para os alunos desde a primeira série e era consumível<sup>49</sup>, já os livros da segunda, terceira e quarta série eram válidos por dois anos. Eu trabalhava com esses livros e outros também, usava muito mimeógrafo, rodava muitas atividades.

Os livros que recebíamos eram para todas as disciplinas (Língua Portuguesa, Geografia, História, Matemática e Ciências) e de diferentes editoras como: Moderna, Scipione, Ática. Um livro que utilizei muito foi o “Mundo mágico”<sup>50</sup>, é um livro bom, até hoje vejo professoras utilizando, ele é de Matemática, não consegui encontrar livro igual, acho que nem tem mais dele.

Atualmente eu trabalho com a Educação Infantil no município de Borebi/SP, sou concursada e atendo algumas crianças de áreas rurais, trabalho com a Etapa 1<sup>51</sup>. Tenho uma aluna que reside na fazenda e não fez o maternal, ela entrou este ano. A faixa etária é de três anos e meio a quatro anos e ela entrou sem fazer maternal por escolha da família ou talvez pela distância, essa menina mora na fazenda Santa Isabel<sup>52</sup>. A família dela achou que era muito nova para ir até a escola de perua já que mora bem distante daqui. Ela é ótima aluna e está se desenvolvendo muito bem, já sabe a letra inicial do nome, sabe pegar no lápis, tem coordenação motora, ela está indo bem e acompanhando os outros alunos.

Percebo que há muita diferença na disciplina, porque criança de fazenda tem outro comportamento, não sei se é a educação ou porque não tem contato com muita criança, o comportamento é bem diferente, são mais disciplinados. Com relação ao desenvolvimento cognitivo, não muda muito, dependerá da criança, algumas das áreas rurais tem dificuldade ou aprende com facilidade, eu não vejo diferença. Quando eu dava aula nas fazendas eu gostava muito, apesar das dificuldades de transporte, distância, merenda que tinha que fazer, a higiene

---

<sup>49</sup> Livros distribuídos pelo governo do estado que podem ser preenchidas as atividades no próprio livro, pois não será reutilizado no ano seguinte por outros alunos.

<sup>50</sup> Livro 4, não consumível: Mundo Mágico- Matemática: Mariana Andrade e Lídia Maria de Moraes.

<sup>51</sup> Nomenclatura utilizada na Educação Infantil do município de Borebi-SP para designar faixa etária dos alunos, sendo Maternal- 2 a 3 anos, Etapa I- 3 a 4 anos e Etapa II- 4 e 5 anos.

<sup>52</sup> Fazenda localizada no município de Agudos-SP, porém a escola mais próxima está localizada no município de Borebi-SP, dessa forma os alunos que residem nesta fazenda deslocam-se diariamente até o a escola.

do prédio, que tinha que manter, eu ainda prefiro aquele período por conta da disciplina dos alunos.

O calendário escolar era o mesmo para todas as escolas, a cultura rural, o plantio, a parte da agricultura e criação de animais era a parte que os alunos mais gostavam. Então, eu puxava mais para esse lado tentando adequar à realidade deles. Acredito que temos que adaptar, porque na cidade é uma realidade diferente, além do tempo que gastam no transporte, já chegam aqui cansados. É difícil ter um atendimento diferenciado, aqui para esses alunos é fora da realidade. A escola da zona rural é bem melhor, só que não tendo demanda de alunos, eles acabam se deslocando para cidade.

Tudo mudou muito e alguns trabalhos passaram a ser mecanizados nas fazendas, não tem muita mão de obra braçal como tinha, as máquinas tiraram muitos empregos. Antes era tudo com mão de obra das famílias que trabalhava na lavoura, era trabalho braçal desde o plantio. Hoje não. Hoje até para tirar leite é mecanizado, tem máquinas que plantam as mudas... Eu presenciei essa mudança, era o tempo que eu estava na Fazenda Caçador e muitas famílias foram para a cidade porque não tinha trabalho. Eu acho que foi pior para os jovens, para as crianças, porque eles não tinham muito que fazer na cidade já que eles estavam acostumados na zona rural. Foi ruim para eles e para as famílias, pois muitos eram analfabetos.

Eu tive um aluno que quando era dia de fazer compras, ele seguia com a família para o mercado, ele estava na segunda série e eu marcava todos os dias de prova para a família já saber e marquei prova em um dia que a família iria até a cidade, mas eu não sabia. Como as provas eles não perdiam, as famílias tinham muita responsabilidade em mandar as crianças para a escola. A família do menino foi até a cidade fazer compras e ele não foi, e era ele quem lia os rótulos para fazer as compras. Quando chegaram em casa, a mãe foi fazer salada e colocou detergente, porque no lugar do vinagre ela comprou detergente. Era aquele detergente vermelho de maçã, ela não sabia ler e eles foram comer perceberam que estava errado. No dia seguinte, o menino me contou o que aconteceu, cortou meu coração. Era ele quem lia os rótulos para ajudar a família fazer compras.

Eu aproveitava essa situação de ir ao mercado, porque trabalhava com embalagem, brincava de mercadinho e de lojinha fazia essa parte para eles conhecerem mesmo os produtos de supermercado. E, geralmente, o passeio que faziam era no supermercado, uma vez no mês eles iam fazer compras com a família, quando recebiam o pagamento e para eles esse era

passaio. Nós brincávamos de mercadinho, trabalhando com valores dos produtos, nomes, preços e eles pegavam bem, gostavam.

Eu acho que tem que abordar sobre as questões da reforma agrária, mas sem afirmar se está certo ou errado. Não podemos julgar, mas temos que abordar porque está dentro da escola, muitos alunos são desse movimento- MST. Então, precisa falar sobre questões de higiene e o que precisam aprender para melhorar de vida, já que eles têm muitas dificuldades financeiras e a maioria que está no movimento não possui renda. Eles recebem do INCRA<sup>53</sup>, se não me engano, uma cesta básica e bolsa família<sup>54</sup> ou bolsa escola<sup>55</sup>. A vida deles é muito precária, acredito que não se alimentam direito, não dormem bem. É impossível dormir bem num barraquinho coberto com lona, que muitas vezes voa com a chuva ou com o vento.

Certa vez um aluno falou que tomou chuva, que não tinha roupa para ir à escola, o caderno molhou, o barraco descobriu, estragou tudo. Não deu para levar caderno para a escola os que levou, estavam molhados. Acredito que na mentalidade dos pais e o que passam para os filhos é que querem a terra que vão plantar, colher, criar e tudo mais para melhorar de vida, esse é o sonho da família e deles também.

---

<sup>53</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

<sup>54</sup> Programa social desenvolvido pelo Governo Federal de distribuição direta de renda, que busca garantir às famílias vulneráveis o direito a alimentação, educação e saúde.

<sup>55</sup> Programa do Governo Federal que possibilitava condições para que as famílias brasileiras em situação de pobreza tivessem acesso à alimentação, saúde e pudessem melhorar suas condições de vida através da educação. Este programa foi abolido e substituído pelo Programa Bolsa família.

## 2.2 A-cor- dando à Maria Célia Gallo...

*Gosto muito jogos de raciocínio, de ler, leio muito. Músicas, gosto de ouvir no carro, dirigindo e cantando alto...*

Nossos primeiros contatos foram através das redes sociais, Maria Célia foi indicada pela professora Marisa Bueno, nossa primeira depoente, e prontamente esteve disposta a colaborar com a pesquisa. Marcamos a entrevista em sua residência. Chegando ao local, fui muito bem recebida pela entrevistada que de imediato já me forneceu um álbum de fotografias das escolas em que atuou na Fazenda Geada<sup>1</sup> e Fazenda Santo Antônio do Caçador<sup>2</sup>, na região de Agudos/ SP e Borebi/SP. Apresentou-me algumas fotos, apontando alunos e em cada uma era algo que recordava, uma lembrança que se despertava colorindo os momentos fotografadas por ela com o objetivo de eternizá-los.

Realizamos nossa entrevista e a depoente se mostrou interessada em contribuir fornecendo as fotos para uso na pesquisa, as quais apresentarei. Atualmente está aposentada e desenvolve trabalho voluntário no Abrigo Vicentino<sup>3</sup> em Agudos/SP, onde realiza visitas aos internos, participa na organização de eventos para angariar fundos para a entidade e auxilia na distribuição de cestas da Empresa Duratex<sup>4</sup>, pois esta faz doações ao abrigo. Também exerce atividade voluntária na Associação do Câncer<sup>5</sup> em Agudos/SP há dezoito anos, participando de eventos, auxiliando na confecção de produtos artesanais e às segundas- feira trabalha em um bazar beneficente da entidade. Gentilmente nos concedeu a entrevista, nos forneceu fotos de sua atuação em algumas escolas rurais.

A seguir, apresentamos um mapa da região geográfica de Borebi, na qual indicamos várias das fazendas citadas na textualização dessa entrevista, a qual inicia-se logo após.

---

<sup>1</sup> Fazenda localizada no município de Agudos-SP.

<sup>2</sup> Fazenda localizada no município de Borebi-SP. Anexo recorte do Mapa 2, localização da fazenda na Linha 5, Coluna B.

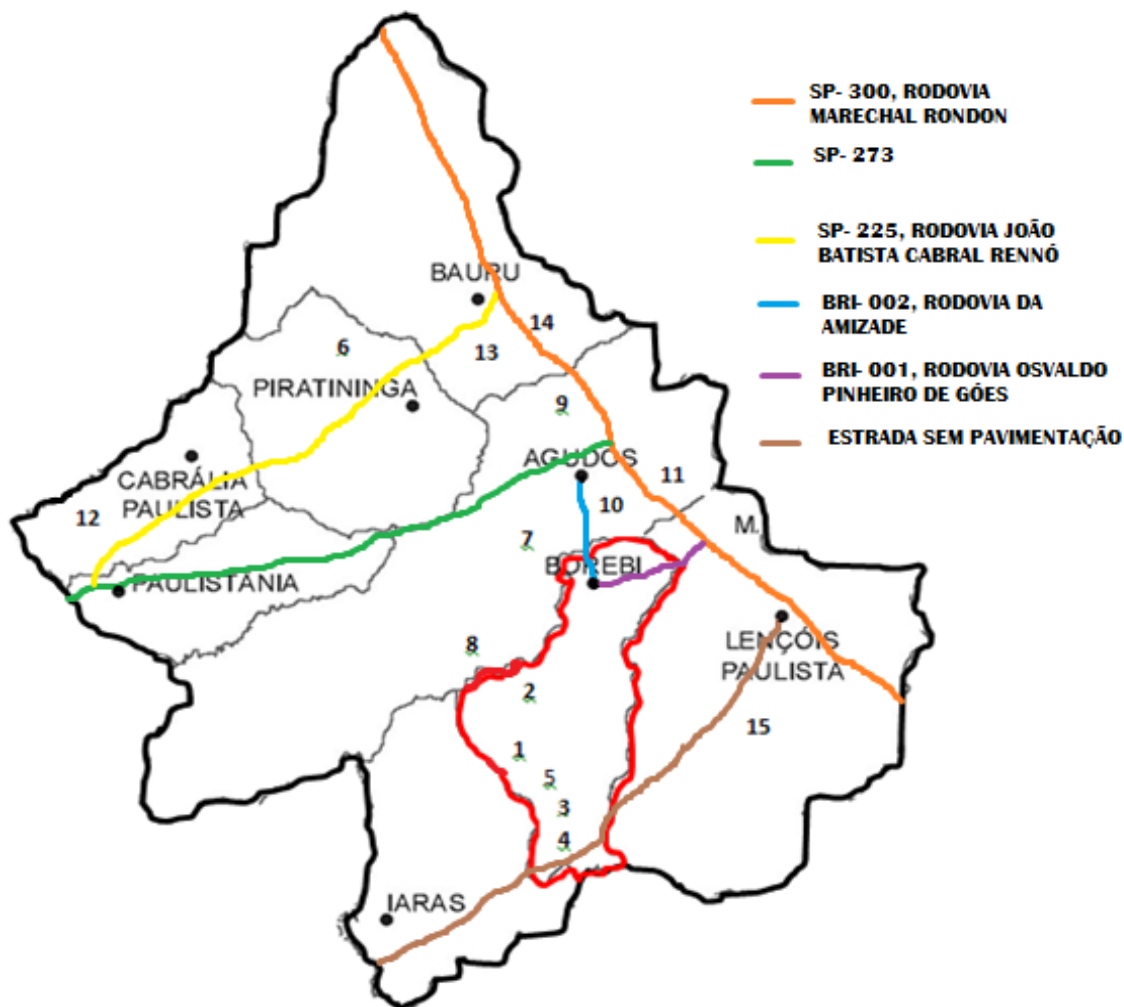
<sup>3</sup> Abrigo Vicentino em Agudos/ SP, acolhe idosos de ambos os sexos.

<sup>4</sup> Duratex SA. Indústria e Comércio de painéis de madeira, louças e metais sanitários.

<sup>5</sup> Entidade que atende os munícipes portadores de câncer em Agudos/SP.



Mapa 2- Ilustrativo: Localização de Fazendas na região de Borebi-SP.



- 1- Fazenda Turvinho II
- 2- Fazenda Santo Antônio do Caçador
- 3- Fazenda Luna (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 4- Fazenda Capim (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 5- Fazenda Santo Henrique
- 6- Fazenda São José (\* Não identificada a localização correta no município).
- 7- Fazenda Santa Izabel
- 8- Fazenda Geada
- 9- Fazenda Água do segredo
- 10- Fazenda Santa Rita de Cássia
- 11- Fazenda Espadilha
- 12- Fazenda Santo Antônio (\* Não identificada a localização correta no município).
- 13- Fazenda Jiboia (\* Não identificada a localização correta no município).
- 14- Fazenda Globo ou Sobar
- 15- Fazenda Aripa (\* Não identificada a localização correta no município).

Fonte: Produzido pelo autor baseado em mapa disponível em: [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao\\_municipal.html](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html). Acesso em 29/01/2018 e <https://www.google.com.br/maps/@-22.6256128,-47.9554795,8.13z>. Acesso em 01/04/2018.

Meu nome é Maria Célia Gallo. Fiz o curso de Magistério na EE João Batista Ribeiro<sup>6</sup>, concluí em 1979. Comecei a lecionar no ano de 1991 como professora estagiária na EE Nilza Maria Santarém Paschoal<sup>7</sup>. Em 1992 consegui uma sala na atribuição do Estado na escola da Fazenda Água do Segredo<sup>8</sup> no período da manhã. Diariamente eu ia com o ônibus do Prata<sup>9</sup> as sete horas e chegava lá às oito horas. Em 1999 me formei no curso de Pedagogia pelo IMES- Instituto Municipal de Ensino Superior<sup>10</sup> na cidade de Aparecida de São Manuel<sup>11</sup>.

No primeiro ano em que lecionei em escola rural, ia e voltava com o ônibus do Expresso de Prata, por que passava perto da escola. Já nos outros anos, dependia da perua e tinha que sair mais cedo de casa, saía por volta das quatro e vinte da manhã para começar a lecionar às oito horas, a maior parte do tempo ficava na estrada esperando o perueiro. Tive várias formas de locomoção até a zona rural.

Eu passava por todas as fazendas, o perueiro levava algumas professoras e alunos na Fazenda Santa Rita de Cássia<sup>12</sup> e me deixava na estrada de terra. Um tratorista subia me buscar porque a perua não descia até à escola, principalmente se chovesse por que de um lado tinha uma parede de barranco e do outro um buraco, parecendo um abismo. O tratorista, seu Gilberto, tinha necessidades especiais, era deficiente físico, tinha uma perna só. Eu descia com ele de trator e quando era meio dia eu subia ficava lá esperando o Senhor Leonel<sup>13</sup> chegar. Às vezes quebrava a perua e eu ficava esperando até consertar. Acabamos criando um código que funcionava assim, se eu saísse da escola e arrumasse uma carona, para avisar ele que eu já tinha ido embora deixava um sinal na pista, eu sempre levava um pedaço de giz e escrevia “Já fui” e colocava a data embaixo. Eu tinha que escrever bem grande no asfalto, tinha que fazer isso ou então amarrava alguma coisa na árvore para ele saber que eu já tinha passado por ali, geralmente não acontecia, eu tinha que esperar mesmo, por volta das catorze e trinta, quinze horas. Veja só, saía de casa quatro e meia da manhã e chegava às dezesseis horas, não era fácil.

---

<sup>6</sup> Escola localizada no município de Agudos/SP.

<sup>7</sup> Escola estadual localizada no município de Agudos/SP.

<sup>8</sup> Fazenda localizada no município de Agudos, SP- 300, Rodovia Marechal Rondon- km 328. Especializada em produtos agropecuários.

<sup>9</sup> Expresso de Prata, empresa de transportes rodoviários localizada no município de Bauru/SP.

<sup>10</sup> Atualmente denominado IMESSM- Instituto de Ensino Superior de São Manoel/SP, Entidade de Ensino superior mantida pela Instituição Toledo de Ensino (ITE) Bauru/SP.

<sup>11</sup> Distrito pertencente ao município de São Manuel- SP.

<sup>12</sup> Fazenda localizada no Distrito de Domélia, pertencente ao município de Agudos/SP, principal atividade econômica é o plantio de cana de açúcar.

<sup>13</sup> Perueiro que fazia o transporte dos alunos daquela região.

O espaço escolar não era assim como a gente tem noção, o único lugar em que eu tive uma escola com prédio que lembrava escola foi na Fazenda Água do Segredo, na verdade era uma garagem, um cômodo, não tinha fogão, o fogão foi colocado, mas também não usava porque quem fazia a merenda era uma senhora que morava lá na fazenda.

Eu tive muita sorte, porque em poucos lugares que lecionei tinha que fazer a merenda. Na Fazenda Geada<sup>14</sup> eu fazia, tinha que distribuir material para todas as crianças, depois fazer o leite, eu levava o pão, eles tomavam e enquanto isso, eu passava a matéria para cada um na lousa e pegava os pequenos do primeiro ano e dava aquele “empurrãozinho” com alfabetização e ia fazer a merenda. Depois voltava para encerrar a atividade com eles e tudo isso perdia muito tempo.

A escola nesta fazenda funcionava meio no “tranco” porque além de não ter espaço físico adequado, tinha que trabalhar com quatro turmas e fazer a merenda. Lógico que não saia uma coisa muito bem-feita, a sorte é que os mais “adiantadinhos” ajudavam os mais “atrasadinhos”. Eles mesmos se dividiam e se ajudavam e não davam muito prejuízo, porque a gente só ensinava o essencial e não ficava fazendo pesquisa, nem tinha como fazer, era só o básico mesmo.

Já na Fazenda Espadilha<sup>15</sup> foi mais fácil, porque apesar de eu ter que fazer a merenda, como o perueiro ficava lá – essa era a última escola que ele tinha que ir – então, enquanto eu estava dando aula, ele fazia a merenda, era meu ajudante e “atrapalhante”. Porque às vezes ele queria ajudar os meninos com a tabuada, em Matemática ele era bom e também ajudar na parte da merenda. Como a merenda naquele ano era aquela pré-cozida, era mais fácil, só colocar água e ficar mexendo. O perueiro fazia isso para mim e nas outras escolas eu sempre tive uma mãe de aluno que fazia, graças à Deus.

O maior desafio para o professor em escolas rurais era dar conta de quatro turmas distintas, fazer a merenda, manter a escola limpa e pelo menos uma vez por semana lavar por que se não ninguém aguentava andar lá dentro, tinha muito barro. A supervisora, às vezes, ia lá, mas acredita que só uma vez eu peguei supervisão e ainda levei uma bronca porque tinha uma menina de batom na sala, com tanta coisa para eu me preocupar, vou me preocupar com o batom da menina, se a mãe dela deixou ela usar, pode isso? A Mônica<sup>16</sup> era a supervisora,

---

<sup>14</sup> Fazenda localizada no município de Agudos/SP, com extensão territorial de 800 alqueires, não foram encontrados registros de atividade econômica.

<sup>15</sup> Fazenda localizada no município de Agudos/SP. Não foram encontrados registros de atividade econômica.

<sup>16</sup> Mônica Tiszolczki Venturini, atualmente exerce o cargo de professora de Ciências na rede estadual.

não tinha o que fazer. Com tanta coisa para eu fazer, vou me preocupar com o biquinho cor de rosa da menina? Foi em uma das fazendas das fotos que ela apareceu. As fazendas das fotos são Geadá, a primeira e Santo Antônio do Caçador, a segunda.

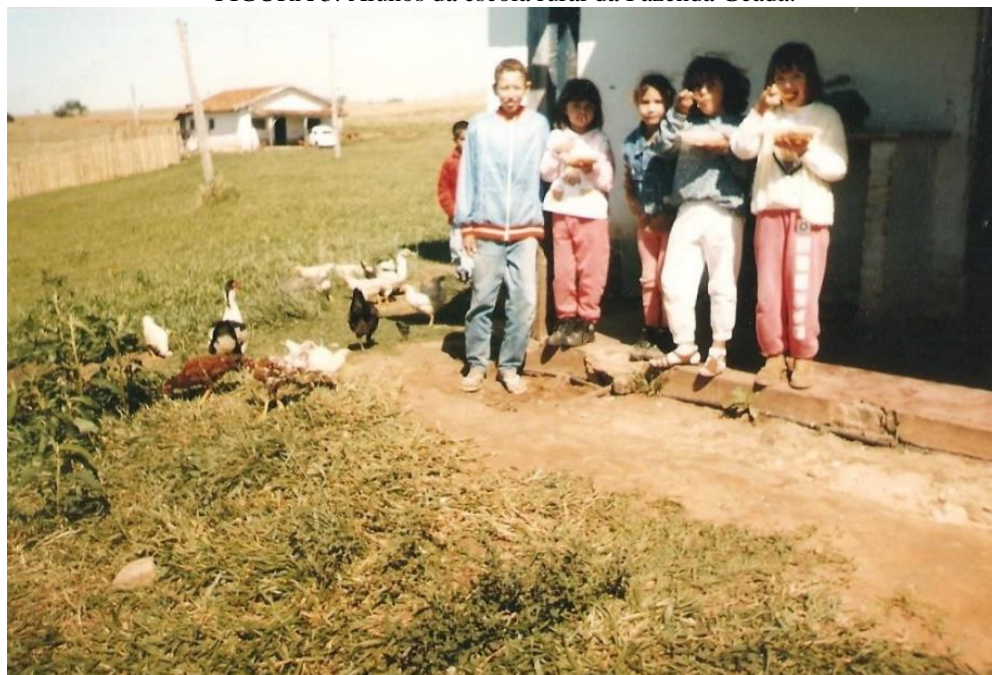
FIGURA 2: Escola rural da Fazenda Geadá.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

Quando tinha campeonato os alunos não queriam perder nada. Resolveram comer em pé do lado de fora da escola para acompanhar tudo e eu registrei. As galinhas que aproveitaram para ciscar o que caía no chão.

FIGURA 3: Alunos da escola rural da Fazenda Geada.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

FIGURA 4: Alunos da escola rural da Fazenda Geada Campeonato de pipas.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

Eu aprendi muita coisa com as crianças, mais com eles do que eles comigo, porque tinha atividade de Ciências que eles estavam além, pois estavam sempre trabalhando com os animais e eles ensinavam várias coisas para a gente. A vivência deles tanto com a vegetação e quanto com os animais era muito rica, pois eles conviviam ali, então sabiam de tudo, havia crianças que conheciam os ossinhos de uma vaca, por exemplo. Sabia nome de tudo quanto é



parte que tinha no boi, porque eles ajudavam matar, eles limpavam, eles assistiam o nascimento dos bezerros, dos porquinhos e para eles era uma alegria. Sabiam até em quantos dias se chocava um ovo, tinham tudo na ponta dos dedos, muita coisa que nunca imaginei aprender, eles me ensinaram, então era uma troca.

Tudo isso ajudava bastante, porque na hora em que eu estava, por exemplo, com a criança da primeira série, a da terceira e quarta terminavam as atividades deles, pegava um livrinho, fazia alguma coisa lá no cantinho como olhar um mapa, para não ficar ocioso, eu dava atividade já tinha um roteirinho para aquele que já tinha terminado.

FIGURA 5: Alunos da escola rural da Fazenda Geada. Cantinho da Leitura.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

Eu fazia uma pauta para cada série, hoje você vai fazer isso, isso e isso. Então, dependendo do material que eu tinha ali exposto se terminasse a Matemática, eles pegavam o caderno de Ciências e iam fazer outra atividade que dava para fazer sem muita orientação. Eu tinha que ter mais tempo com os pequenininhos, fase de alfabetização.

No último ano que trabalhei em fazenda eu não tinha primeira e segunda série, já ajudava bastante, mas tinha o Branco<sup>17</sup> para alfabetizar na terceira série, ensinava-o e as meninas da segunda e terceira, fazer o quê? Elas tinham mais paciência com ele, porque os meninos brigavam e chamavam de burro. Os cantinhos na sala funcionavam mais para isso, quando uma atividade que eles precisavam de orientação terminasse eles partiam para o cantinho, que sempre tinha uma leitura para eles, um livrinho, escrever sobre o que tinha lido

---

<sup>17</sup> Aluno que segundo a professora demonstrava dificuldades de aprendizagem.

ou fazer um resumo, um joguinho de Matemática, pesquisar alguma coisa nos cartazes de Ciências, História e Geografia, essas coisas.

FIGURA 6: Cantinho da Geografia na escola Fazenda Caçador



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

FIGURA 7: Cantinho da Matemática na escola Fazenda Caçador.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Galo

Na maioria das vezes os cantinhos davam certo, principalmente na alfabetização, porque a sala inteira brincava e estava se alfabetizando, gravando a ortografia, trabalhava mais a ortografia com os joguinhos e funcionava. Quando tinha algumas figuras de meninas loirinhas, bonitinhas eles queriam colocar e pesquisavam também outras figurinhas que queriam e fazíamos a fichinha, eu fazia, eles colavam, fazia as letrinhas.

Como algumas coisas não tínhamos disponível, como impressora, eu sempre fazia impressões coloridas na papelaria de Agudos, mas eu mesma custeava para deixar mais bonito e atrativo para os alunos.

No cantinho da Matemática sempre tinha disponível jogos de tabuada, contador de tampinhas, tampinhas para contagem, caixas desmontáveis, sucatas diversas que utilizávamos para algum jogo, para fazer cálculos das operações matemáticas, sequências, formas, espessuras e cores, blocos lógicos, material dourado e também sólidos geométricos.

Havia muita diferença dos alunos das escolas rural e urbana, a diferença era no respeito. Os alunos da zona rural tinham muito mais respeito, agora não sei hoje em dia, mas naquela época demonstravam muito mais respeito, embora fossem um pouco mais arteiros. Na verdade, arteiros eles eram em todos os lugares, mas eu quero dizer que o aluno da zona urbana, respeita menos porque não sabe dar o valor que o da zona rural dava nas pequenas coisas. O aluno da zona rural tem que “viajar” para chegar à escola, e não eram todos que iam de perua. Para ir até a escola, o aluno da cidade tem o limite de um quilômetro de sua casa até a escola a pé. Já na zona rural, é o dobro. Os alunos tinham a obrigação de andar até dois quilômetros se a escola fosse longe da casa, não tinha direito a perua. Então, para eles era mais sacrificado, às vezes eles pegavam a perua num determinado lugar, mas para chegar até o local já tinham andado muito, poucos o transporte pegava na própria casa. O interesse dos alunos era maior, mas o rendimento por conta das crianças já chegarem cansadas saindo cedo de casa, depois de ter que trabalhar em casa ajudando a mãe deixar a casa em ordem para poder ir para roça ajudar o pai. Tinha menina que chegava meio mole por que a mãe tinha neném e eles tinham que cuidar da casa para a mãe.

Nem todos os alunos moravam perto da escola, porque moravam apenas duas ou três famílias na fazenda onde se localizava a escola. Às vezes essas famílias não se davam bem, moravam e trabalhavam na fazenda, mas não se davam. Nem sempre os colegas de trabalho se dão bem então, se os maridos não se davam as mulheres também não podiam conversar. Uma coisa que era interessante, era que a fazenda que tinha escola, tinha menos criança



matriculada, você acredita? Assim, numa média de vinte alunos da escola da fazenda, tinha uns quatro propriamente, o resto vinha tudo de outras fazendas da redondeza.

Os livros que a gente utilizava eram aqueles que o Padre Aquino<sup>18</sup> refugava, eu usava muito um livro de Matemática que tinha tudo passo a passo, era Mundo Mágico<sup>19</sup>, usava os quatro volumes, era muito bom por que tudo era bem explicadinho, os alunos usavam sozinhos.

FIGURA 8: Capa e ficha catalográfica do livro Mundo Mágico.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Esse livro ainda é usado, se pesquisar na *internet* tem tudo passo a passo como ele explica. Quando em Agudos foi implantado o Sistema SESI<sup>20</sup>, eu usava este material para passar aos alunos alguns conceitos, porque no material do SESI não tem muito e eles aprendiam.

A diretoria de ensino mandava para escola rural muito material, mas o que acontecia? Chegava à EE Padre Aquino para ser distribuído, mas nunca chegava em nossas mãos porque o pessoal da escola tomava posse, então sobravam os livros velhos e usados. Certa vez, até que por um descuido alguém comentou em uma reunião que houve na diretoria

<sup>18</sup> EE Padre João Batista de Aquino, localizada no município de Agudos/SP.

<sup>19</sup> Livro 4, não consumível: Mundo Mágico- Matemática: Mariana Andrade e Lídia Maria de Moraes.

<sup>20</sup> Sistema SESI de Ensino- SSE foi implantado no município de Agudos/SP em Maio de 2013 em parceria com a Diretoria de Ensino.

de ensino que eles fizeram com um supervisor e uma professora cobrou material e disseram: “Mas a gente manda todo mês, mandamos caderno, lápis, borracha, cartolina, papel colorido”. Mas esses materiais não chegavam, porque usávamos o material que nós comprávamos. Tudo o que chegava primeiro ia para a sede que sempre foi a EE Padre Aquino, quando íamos buscar não tinha para doar para nossa escola, então tinha que comprar, muito material os professores compravam. Depois nós descobrimos que tínhamos o direito ao material, que a nossa cota vinha e ficava na EE Padre Aquino. Nós fomos ‘roubados’ por um bom tempo, tiraram o nosso direito, até que o pessoal da diretoria de ensino começou a mandar pacotes fechados para a zona rural.

Quando íamos retirar o material que era disponibilizado, a professora da fazenda tinha que assinar, a escola começou a entregar porque eles não podiam devolver a guia sem assinatura. Pegávamos o material, assinávamos e levávamos, somente os livros didáticos eram sempre usados. Enquanto a escola recebia um livro novo, nós recebíamos os velhos, mas era sempre os mesmos, o importante é que tinha, às vezes recebíamos alguns que não chegaram a ser usados. Tudo dependia da esperteza da professora para ir lá trocar, pegava uns mais feios e voltava lá na escola pedindo: “Não tem um mais bonito?”. Quando tinha eles pegavam, trocavam e livrinhos para leitura também. A diretoria de ensino mandava livrinhos novos, todas as escolas recebiam, nós tínhamos o direito de receber, mas tudo isso depois do impasse de antes que pegávamos só o que era velho, os refugos.

Para dar aula em escola rural tínhamos muitas funções, além de professora, faxineira, cozinheira, tinha que ser secretária, fazer toda documentação de uma secretaria. Por exemplo, terminava o bimestre, a professora fechava notas, as taletas<sup>21</sup> tudo bonitinho e entregava na secretaria, só entregava, porque no fim do ano a própria professora tinha que pegar o consolidado<sup>22</sup>, colar as taletas, fazer o livro ata, livro inventário onde tínhamos que contar até os boizinhos do pasto se fosse preciso. Tinha que fazer tudo, fechava as documentações, lacrava a porta da escola e entregava para professor do ano seguinte conferir se estava tudo certo. Também tínhamos que contar as colheres, garfos, pratos e prosseguir dando aula. “Éramos igual Bombril, professor de escola rural era pior que Bombril”<sup>23</sup>.

As escolas rurais foram fechando já na época antes de eu lecionar, pois me lembro de que havia vinte e duas salas, no total. Quando eu comecei a lecionar em escola rural, esse número foi reduzido para dezenove e no ano seguinte caiu para seis ou oito. O fechamento

---

<sup>21</sup> Documento impresso onde são registradas médias dos alunos ao termino do bimestre letivo.

<sup>22</sup> Documento impresso onde são organizadas as taletas bimestrais do ano letivo de uma Unidade escolar.

<sup>23</sup> Expressão utilizada pela professora com o intuito de esclarecer as diversas funções docentes, comparando com o logo do produto Bombril: “Mil e uma utilidades”.

foi devido à falta de aluno, porque não tinha mesmo, cada fazenda como eu já mencionei a você, pegava dois aqui, dois ali, dois lá, para dar uma sala, pois a escola tinha que ter no mínimo vinte alunos, funcionava com dezoito, dezenove, teve caso de aluno fantasma, sabia? Para a escola funcionar tinha que matricular criança que não frequentava a escola, houve casos assim e por isso foram fechando escolas.

Quando eu precisava faltar, tinha substituta, mas era preciso avisar com antecedência na EE Padre Aquino e eles chamavam. A professora substituta fazia o mesmo trajeto, quem costumava ir muito era a Luciane<sup>24</sup>, acho que ela trabalha no Fausto<sup>25</sup>, uma loirinha, marido dela é peão, ela mora na Santa Cândida. Ela sempre substituía, adorava, porque ela gostava de sítio. Não sei onde ela está dando aula agora, sei que ela adorava ir substituir porque sempre gostou de fazenda, marido dela trabalhava em fazenda, a vida dela era fazenda, os tios tinham sítio, então ela se sentia em casa.

FIGURA 9: Horta (antes ) da Escola rural da Fazenda Geada.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

---

<sup>24</sup> Professora substituta: Luciane Siqueira.

<sup>25</sup> Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF Professor Fausto de Marco, localizada no município de Agudos.

FIGURA 10: Horta (depois ) da Escola rural da Fazenda Geada.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

Essas fotos são de quando montamos uma horta, trabalhamos primeiro a reprodução das plantas, depois fizemos a horta, com semente comprada na Jangada<sup>26</sup>, não foi de mudinha não, eles plantaram, depois replantaram, primeiro colocaram a semente em uma bacia, para os pardais não comerem. Depois quando estava meio grandinho eles replantaram lá para fora. Fomos observando o crescimento das plantas e acabou virando merenda. Os alunos comeram toda alface e cheiro verde que eles produziram, o que não deu conta de comer – e iriam ficar muito duras -, eles levaram para casa serviu de mistura para muita casa, para as famílias deles. O adubo nós pegávamos ali mesmo, das galinhas, dizem que é o melhor, então era só isso que colocávamos.

Todas as sextas-feiras fazíamos o hasteamento da bandeira e entoávamos o Hino Nacional. Não tínhamos um mastro, mas improvisávamos e fazíamos o momento cívico semanalmente.

---

<sup>26</sup> Comercio de produtos Agropecuários no município de Agudos/ SP.



FIGURA 11: Momento cívico. Escola rural Fazenda Caçador.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

FIGURA 12: Momento cívico. Escola rural Fazenda Caçador.



Fonte: Arquivo Prof.<sup>a</sup> Maria Célia Gallo.

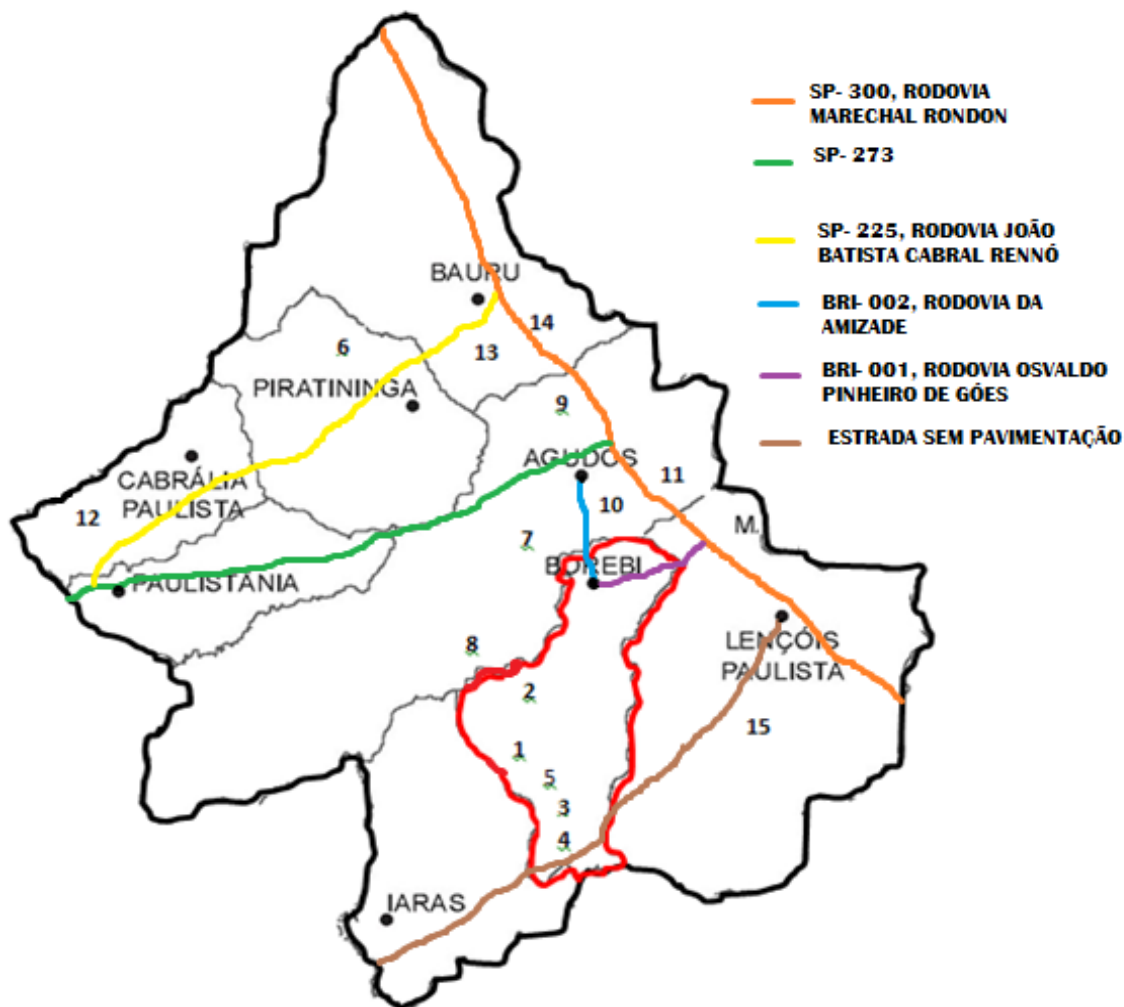
### **2.3 A-cor- dando à Aparecida de Fátima Pinto...**

*Eu sou uma pessoa muito feliz, a vida me fez assim, gosto de cantar, dançar, ficar com minha família... tristeza aqui não...*

Cidinha como é conhecida por todos, atualmente é aposentada, porém prossegue atuando como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental (5º ano) na rede municipal de Borebi-SP. Atuou em escolas rurais e leciona para alunos provenientes de assentamentos, sítios ou fazendas da região. Como não dispunha de tempo para agendarmos a entrevista, ela solicitou o meu comparecimento até a escola em que atua. Compareci no dia e horário conforme combinado, pois já havia me apresentado à direção e solicitado autorização para realizar a entrevista. Durante a gravação observei nervosismo, ela alegou que nunca havia sido entrevistada e estava nervosa com o momento, pois jamais havia pensado na hipótese de falar sobre seu trabalho com educação rural. Ao terminarmos ela se colocou à disposição para contribuir com a pesquisa caso precisasse de maiores informações, caso não houvesse se lembrado no momento da gravação. Muito gentilmente cedeu a entrevista, demonstrando interesse em participar expondo sua trajetória.

A seguir, apresentamos um mapa da região geográfica de Borebi, na qual indicamos várias das fazendas citadas na textualização dessa entrevista, a qual inicia-se logo após.

Mapa 2- Ilustrativo: Localização de Fazendas na região de Borebi-SP.



- 1- Fazenda Turvinho II
- 2- Fazenda Santo Antônio do Caçador
- 3- Fazenda Luna (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 4- Fazenda Capim (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 5- Fazenda Santo Henrique
- 6- Fazenda São José (\* Não identificada a localização correta no município).
- 7- Fazenda Santa Izabel
- 8- Fazenda Geada
- 9- Fazenda Água do segredo
- 10- Fazenda Santa Rita de Cássia
- 11- Fazenda Espadilha
- 12- Fazenda Santo Antônio (\* Não identificada a localização correta no município).
- 13- Fazenda Jiboia (\* Não identificada a localização correta no município).
- 14- Fazenda Globo ou Sobar
- 15- Fazenda Aripa (\* Não identificada a localização correta no município).

Fonte: Produzido pelo autor baseado em mapa disponível em: [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao\\_municipal.html](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html). Acesso em 29/01/2018 e <https://www.google.com.br/maps/@-22.6256128,-47.9554795,8.13z>. Acesso em 01/04/2018.

Meu nome é Aparecida de Fátima Pinto, tenho 54 anos, conclui o magistério em 1983, em Cabrália Paulista<sup>1</sup>. Recordo-me que sempre tive interesse em fazer Magistério, mas como não iria dar turma para abrir uma sala, então, fui de casa em casa verificando quem tinha interesse em fazer o Magistério. Se caso não formasse turma teríamos que fazer colegial e eu queria fazer o magistério, pois sabia que não teria condições de fazer faculdade. Consegui umas vinte pessoas e abriu turma. Minha turma foi a primeira a concluir o Magistério na cidade, nos formamos em seis alunas: Eu, Vera Machado<sup>2</sup>, Ana Cristina<sup>3</sup>, Aparecida Prates<sup>4</sup>, Luciclene<sup>5</sup> e a Juci<sup>6</sup>, os outros não frequentaram, acabaram desistindo.

Logo que eu me formei fui trabalhar em uma granja<sup>7</sup>. Trabalhei por quatro meses na granja, e eu fiquei sabendo que as meninas que se formaram comigo estavam dando aula e eram depois de mim na classificação para atribuição. Então, fui conversar com diretora da escola estadual que era a Ivani Consalter<sup>8</sup>, ela alegou que não tinha me chamado, pois eu estava trabalhando e achou que eu não sairia para substituir por pouco tempo. Mesmo assim, disse a ela que eu aceitaria. Pedi demissão da granja, sai sem direito a nada e fui dar aula. Eram quarenta quilômetros da cidade de Cabrália Paulista, na fazenda Santo Antônio<sup>9</sup>.

Eu não tinha condições financeiras para ficar esperando substituições e junto com uma amiga, a Juci, fomos dar aula. Nós íamos de táxi uma vez por semana, pois ficamos morando lá, dentro da escola. Era muito longe para ir e voltar todos os dias. O táxi deixava a gente na escola toda segunda-feira, eu dava aula de manhã e ela à tarde. A escola era formada apenas por dois banheiros, feminino e masculino, a cozinha e uma sala de aula.

Como nós não voltávamos para cidade, à noite nós puxávamos as carteiras, colocávamos os colchões no chão da sala de aula e nós dormíamos lá. Pela manhã, levantávamos, arrumávamos as carteiras novamente, fazíamos um chá, tomávamos o chá com bolacha e já começava a dar aula. Enquanto eu dava aula, a outra professora, a Juci fazia a merenda na cozinha para os meus alunos.

Ao meio dia terminava a aula e nós voltávamos cinco quilômetros a pé para ela dar aula em um pasto, pois não tinha uma sala, era um cômodo no meio de um pasto que

---

<sup>1</sup> Município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, com área de 240 mil km<sup>2</sup>, população de 4 mil habitantes.

<sup>2</sup> Professora que se formou na turma de Aparecida, porém não atuou como docente após conclusão do curso.

<sup>3</sup> Professora que se formou na turma de Aparecida, porém não atuou como docente após conclusão do curso.

<sup>4</sup> Professora que se formou na turma de Aparecida, porém não atuou como docente após conclusão do curso.

<sup>5</sup> Professora que se formou na turma de Aparecida, prosseguiu atuando no Magistério.

<sup>6</sup> Professora que se formou na turma de Aparecida, porém não atuou como docente após conclusão do curso.

<sup>7</sup> Local onde a atividade econômica é a Avicultura.

<sup>8</sup> Diretora da EE Senador Rodolfo Miranda, em Cabrália Paulista.

<sup>9</sup> Fazenda localizada no município de Cabrália Paulista-SP, cuja atividade econômica é o cultivo do café.



usávamos para dar aula aos alunos daquele local. Enquanto isso, eu fazia a merenda para as crianças do lado de fora em um fogão de tijolos improvisado no chão. A merenda era de saquinho, vinha quase pronta, era só colocar no fogo para ferver.

Quando nós íamos de taxi na segunda-feira, levávamos a merenda da semana toda, que era fornecida pela escola estadual. A Juci desistiu de lecionar depois dessa experiência e as únicas da minha turma de magistério que ainda lecionam sou eu a Luciclene.

Às cinco horas terminava a aula, nós cumpríamos o horário certo, voltávamos para “casa” ou melhor, para a escola mais cinco quilômetros a pé. À noite nós começamos a ficar com medo de ficar sozinhas. Eu dava aula de manhã para a turma matriculada e à noite comecei a dar aulas como no Mobral<sup>10</sup>, sem cobrar, para os pais dos alunos e irmãos mais velhos que moravam lá perto e trabalhavam durante o dia e não tinham escolaridade concluída. As crianças que avisaram em casa e houve interesse das pessoas em participar.

Nós não tínhamos nada pronto, a necessidade fez com que utilizássemos o período da noite com os moradores do local. Adaptávamos o que tinha de material disponível, pois era um trabalho voluntário, não vinha recursos para essas aulas, também não eram remuneradas. Tínhamos mais ou menos uns dez alunos que frequentavam as aulas à noite, eles tinham muito interesse. Mas como não eram aulas formais, não houve formatura ou certificado de conclusão, foi mais pela necessidade que tínhamos de não ficarmos sozinhas, pois praticamente morávamos lá e o interesse das famílias em aprender.

Havia uma época em que as mães tinham que trabalhar, se não me engano era safra de café<sup>11</sup>. Saíam todos os adultos das casas para trabalhar, então, quem tinha irmão menor faltava da escola para cuidar da casa e dos irmãos. Era difícil, pois não conseguíamos ter um andamento no trabalho em sala de aula por conta das faltas dos alunos, mas compreendíamos que aquela atitude dos pais era necessária para o sustento da família.

Nessa escola nós fizemos uma horta maravilhosa com ajuda dos alunos, eu trazia para casa aos finais de semana as verduras que produzíamos. As famílias dos alunos também se alimentavam dessa verdura e trabalhávamos com o que a gente tinha, eles eram muito

---

<sup>10</sup> Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em 1970 com o objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em 10/07/2017. O Mobral está tão vinculado à ideia de alfabetização que a professora se refere a ele para falar de um trabalho voluntário que ela fazia com os adultos.

<sup>11</sup> Plantio do café acontece de outubro a dezembro, já a colheita é de Maio a Agosto. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/calendario-agricola-veja-qual-melhor-periodo-para-plantio-colheita-das-principais-culturas-pais-900>. Acesso em 10/07/2017.

interessados e os pais também, pois trabalhavam o dia todo e depois eles iam lá para o Mobral, não tinham televisão, não tinham nada, eram bem carentes.

Nós terminamos o ano, voltamos para a cidade. No outro ano não consegui aula, precisava trabalhar. Então, fui de casa em casa, me oferecendo para dar aula particular, eu queria abrir uma escola. Mas não consegui, pois não tinha condições financeiras para isso. O pai de um menino que eu me ofereci para dar aula me orientou a não abrir escola, pois naquela cidade não daria certo, pois as famílias eram carentes, então, me convidou para trabalhar no escritório da Serraria dele, trabalhei por sete anos lá.

Às vezes surgia algumas aulinhas, mas eu não podia largar o escritório, pois eram aulas eventuais, não dava para confiar em poucas aulas. Quando chegou minha vez novamente na atribuição, me avisaram que era para ir à mesma Fazenda e eu fui só que dessa vez, eu já tinha um carro. Eu comprei um carro, não tinha habilitação, mas ia dirigindo assim mesmo, trabalhava de manhã na Fazenda e voltava para trabalhar no escritório à tarde. Nós íamos de carro, eu e mais duas amigas, a Albanize e a outra não me lembro do nome. Uma seguia para bem longe, então ela continuava com o meu carro, eram três lugares diferentes, primeiro Fazenda Jiboia<sup>12</sup>, depois era minha escola na Fazenda Santo Antônio e tinha mais uma escola mais para frente, não lembro o nome.

Fazia aquela vida difícil de carro quebrar na estrada, só que pelo menos eu ia e voltava todo dia, pois trabalhava meio período no escritório. Quando o carro quebrava a gente ficava na estrada, era aquele sufoco. Depois que terminou aquele ano, fiquei só no escritório por meio período, às vezes apareciam aulas, mas eu só pegava se fosse por mais tempo, tipo licença.

Quando eu trabalhei pela primeira vez na Fazenda Santo Antônio, eu fazia a merenda, porque ficávamos lá a semana toda, na segunda vez que voltei para essa mesma escola, como já ia de carro, eu levava a merenda pronta da escola da cidade. Eles faziam a merenda e nós passávamos de carro e levávamos para as escolas onde íamos dar aula.

Os alunos eram muito fraquinhos, como eles ajudavam em casa e tinha que estudar, já chegavam cansados, o pouco que a gente ensinava era muito para eles. Não havia muitos livros eu pegava todos os livros que eu encontrava na escola estadual de Cabrália Paulista e levava para eles. Eu pegava os livros que vinham para as escolas do estado e trabalhava com as quatro turmas juntas, primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, na verdade era série, primeira, segunda, terceira e quarta série.

---

<sup>12</sup> Fazenda localizada na região de Bauru/SP.

Um livro que utilizei muito foi “A mágica do aprender”<sup>13</sup>, Caderno de Atividades. Era integrado, com todas as disciplinas, muito bom material. Tinha para todas as séries, eu ainda utilizo, mas atualmente só tenho o volume da segunda e terceira série, fui emprestando e fiquei sem os outros. Vou retirando algumas atividades quando preciso, estes livros mais antigos sempre foram os melhores.

FIGURA 13: Momento cívico. Escola rural Fazenda Caçador.



Fonte: Acervo da Profª. Aparecida de Fátima Pinto.

Eu separava por fileira, dava aula para a primeira série que ficava numa fileira, segunda série na outra, terceira e quarta. Muitas vezes os alunos da quarta série terminavam as atividades e eles iam ajudar as crianças da primeira, segunda e terceira série, todos colaboravam, tinham poucos alunos na sala.

Eu gostava muito de cantar, porque eu sempre fui assim, de cantar, de brincar e dançar. Em época de festa, eu me vestia de palhaço, eu movimentava bastante, até que uma vez eu saí de Fazenda em Fazenda vestida de palhaço e eu passei pomada Minâncora no rosto, quando cheguei estava com o rosto todo inchado, mas tudo bem.

Eu trabalhava com todos os materiais disponíveis com os alunos, para contagem eu pedia para eles pegarem pedrinhas, caroço de café, para fazer contas e nós trabalhávamos com o que nós tínhamos lá, não era como hoje que se tem tantos materiais como ábaco, material dourado, era tudo improvisado, adequávamos conforme a necessidade.

O maior desafio em lecionar nas escolas rurais era a falta de material, o deslocamento para poder ir e voltar da escola, trabalhava no feriado, porque não tinha como voltar embora e às vezes nós esquecíamos de falar para o taxista ir buscar. Na época, não tinha celular, não tinha meio de comunicação nenhum com ninguém e nós ficávamos lá dando aula mesmo no feriado.

<sup>13</sup> Livro didático: A mágica do aprender, Yolanda Marques, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

Depois quando eu vim para Agudos<sup>14</sup>, prestei concurso e fui trabalhar na Educação Infantil<sup>15</sup>. Em abril de 2003 eu fui chamada em um concurso que prestei em Borebi<sup>16</sup>, e foi uma experiência nova, por que eu assumi o cargo e pedi afastamento sem remuneração<sup>17</sup> em Agudos/SP, sem saber se realmente permaneceria em algum dos dois municípios.

Assim que assumi fui para a Fazenda Turvinho II<sup>18</sup>, saía sete horas de Agudos, ficava na EMEF Iracema Leite e Silva<sup>19</sup> em Borebi até às dez horas e buscava as crianças do Movimento dos Sem-Terra com o perueiro, eu dava aula meio dia e ficava o dia todo em Borebi. Eram crianças muito educadas, ajudavam a lavar louça, limpar tudo, a escola era chão de vermelhão<sup>20</sup> e ficava sempre limpinha.

Na escola da Turvinho II, consegui alguns jogos e brinquedos para montar uma brinquedoteca em uma sala da escola. Foi uma assistente social quem fez a doação, ela conseguiu muitas coisas e as crianças gostavam de brincar sempre as sextas-feiras. Era uma forma de possibilitar a eles alguns momentos de ludicidade.

---

<sup>14</sup> Município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, com área de 970 mil km<sup>2</sup>, população em torno de 37 mil habitantes. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>.

<sup>15</sup> Modalidade de ensino da Educação Básica.

<sup>16</sup> Município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, com área de 350 mil km<sup>2</sup>, população em torno de 2.500 habitantes. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>.

<sup>17</sup> Funcionário público municipal pode afastar-se de seu cargo efetivo pelo período de 02 anos, conforme lei municipal.

<sup>18</sup> Fazenda recebeu este nome, devido ao fato do Rio Turvo passar pela propriedade, portanto o Grupo Lwart ao adquirir a propriedade denominou-a Turvinho II.

<sup>19</sup> Escola municipal localizada no município de Borebi-SP.

<sup>20</sup> Tipo de piso, feito com cimento queimado e pó xadrez vermelho, substituía os pisos de cerâmica.

FIGURA 14: Escola Fazenda Turvinho II-Festa de Confraternização.



Fonte: Acervo Profª. Aparecida de Fátima Pinto.

Lá na Turvinho II eu tive um aluno da quarta série que fez uma redação e foi para o jornal, ele era bem esperto mesmo, eu não lembro o que ele escreveu, foi no Jornal da cidade de Agudos que na época saiu a publicação. A Lúcia Ângela Del Rio<sup>21</sup>, que era diretora ela mandou para o jornal, não lembro mais o nome do menino, ele estudava em Lençóis Paulista<sup>22</sup> e mudou-se para a Fazenda.

Eram crianças muito carentes, com vontade de estudar e se dedicavam bastante, eram educados e infelizmente não tinham muitas condições favoráveis para estudar, principalmente em casa, então tudo o que a gente levava, era bem-vindo, entendeu?

Eu não sei por que fechou a escola do Turvinho II, o ano que eu dei aula foi o último ano que funcionou e que eu saiba tudo o que havia lá de mobiliário, jogos e brinquedos foram levados para a escola municipal em Borebi na EMEF<sup>23</sup>.

Trabalhar em escolas rurais foi uma experiência única, não tenho nem palavras, porque para meu crescimento profissional e pessoal foi muito bom, tanto na escola de Cabrália Paulista, quanto em Borebi. Hoje eu vejo meus alunos que são pais, tem até avós já, que moravam na Fazenda e que vieram para cidade e quando me encontram cumprimentam e se lembram de como que era naquela época.

<sup>21</sup> Atual Diretora da Educação e Cultura do município de Borebi-SP.

<sup>22</sup> Município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, com área de 810 mil km<sup>2</sup>, população de 67 mil habitantes. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>.

<sup>23</sup> Escola Municipal de Ensino Fundamental.

Eu sempre fui assim, do jeito que eu sou hoje, eu me dedicava, com amor, me entregava e as coisas iam acontecendo, não tinha uma regra: vou fazer isso, porque me ensinaram fazer isso. Eu percebia o que tinha que fazer e achava que teria que dar o meu melhor e saber as necessidades dos alunos. Então, tentava contribuir o máximo com aquilo que eu tinha para oferecer.

Atualmente, percebo que as crianças vêm com muitas dificuldades para a escola, os alunos dos assentamentos estão muito fraquinhos, eles têm vontade de aprender, mas tem uma dificuldade muito grande, não sei se é pela alimentação, não sei o que é que acontece, se é a falta de estímulos em casa para criar hábitos de estudo.

O deslocamento dessas crianças das fazendas ou assentamentos até a escola no município de Borebi é muito cansativo, é um item prejudicial para eles. O fato de levantarem muito cedo, já não terem uma alimentação adequada, tudo isso está afetando a aprendizagem, eles têm vontade, porque se não tivessem vontade não iam levantar cedinho e vir para escola municipal, enfrentando chuva, frio e estradas ruins. Você percebe que eles estão sentados lá esperando, eles querem aprender, eles ficam quietinhos na sala querendo aprender, tem disciplina, mas eu acho que eles estão cansados. Se você está com sono, tem dificuldade em prestar atenção, se não tem uma boa alimentação também, então muita coisa está afetando a aprendizagem deles.

Eles comentam na sala que não tem *internet*, não tem livros, não tem nada. Algumas crianças assim mesmo fazem a tarefa, os que ficam no projeto Espaço Amigo<sup>24</sup> a professora do projeto ajuda na tarefa. Neste projeto os alunos ficam no contra turno e a maioria não tem condições de nada, são carentes, muitos esperam chegar aula de informática de manhã para realizar as tarefas, as pesquisas. Eles têm tanto interesse que algumas crianças sabem que essa aula era para recreação e acabam utilizando para concluir as pesquisas, mas eles já me falam: “Tia, tal dia tem projeto, vai ter aula de informática, então eu vou pesquisar”. Eles têm interesse.

Quando eu comecei a lecionar, eu não ouvia falar nada disso de reforma agrária<sup>25</sup>, mas quando comecei a trabalhar em Borebi, já tinha o Movimento dos Sem Terra<sup>26</sup> e nós

---

<sup>24</sup> Projeto educativo que atende crianças no contra turno, disponibilizando aulas de música, arte, dança, informática e prática de esportes.

<sup>25</sup> Medidas para promover a distribuição de terra, mediante modificações no regime de posse e uso, com o intuito de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. (Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria>. Acesso em 10/07/2017.

<sup>26</sup> MST- Movimento social de luta pela reforma agrária.

levávamos as crianças do movimento para a escola na Turvinho II, mas não tinha nenhum conflito, pelo menos eu nunca percebi.

Lecionei de manhã e à tarde ano passado (2016) em Borebi, eu percebia muita diferença dos alunos que moram na cidade, tem a presença dos pais em casa na realização de tarefas, eles têm meios de pesquisar, com mais condições do que os alunos do período da tard. A maioria vem das áreas rurais do município, percebo ausência da família, falta de materiais básicos e condições para que eles tenham uma aprendizagem melhor.

Eu percebi essa diferença ano passado quanto ao uso do material didático<sup>27</sup>, achei que eles não conseguiam alcançar o nível da apostila, eu tinha que adequar para o nível deles, por que era um nível acima. Os alunos da manhã tudo bem, eles conseguiam, mas no período da tarde eu tinha que adequar, conforme a necessidade da turma.

Acredito que essas crianças deveriam ser atendidas em uma escola adequada para a realidade em que vivem, a escola urbana acaba massacrando a cultura do homem do campo, exigindo que aprenda a se comportar como se tivesse acesso a tudo o que se tem na cidade; a apostila também acaba reproduzindo a desigualdade, muitas vezes não há exemplos de algum conteúdo que esteja voltado para o campo.

Os alunos têm muitas dificuldades nas quatro operações, situações- problemas, medidas e por mais que eu trabalhe com eles, estou percebendo as dificuldades, mesmo trabalhando com material concreto. Fizemos um mercadinho, trabalhei com diversas formas de cálculos, unidades de medidas dos produtos, sistema monetário, preços de custo e lucro, pois tivemos um curso do SEBRAE<sup>28</sup> sobre empreendedorismo na sala de aula. Mesmo assim, observo que alguns conceitos básicos de interpretação e compreensão não foram adquiridos como eu esperava, acredito que tudo também é reflexo da influência do meio social.

Percebo que embora os alunos estudem na escola da cidade, ainda temos níveis completamente diferentes de aprendizagem na mesma sala, porém não separo por ano para trabalhar, vou trabalhando de forma coletiva e adequando as necessidades de aprendizagem. A maioria dos alunos das fazendas e assentamento estudam à tarde, devido ao transporte ser organizado conforme o número de perueiros e ônibus disponíveis.

As condições das estradas são precárias e nos dias chuvosos os alunos nem conseguem chegar até a escola, os veículos ficam atolados nas estradas que são de terra. Os tratores das fazendas vão socorrer e as crianças se molham com a chuva para ir da porteira até

---

<sup>27</sup> A prefeitura municipal juntamente com a Diretoria de Educação estabelece convênio anual com Sistemas de ensino apostilados para uso dos docentes e alunos.

<sup>28</sup> SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas, entidade sem fins lucrativos.

suas casas. Vejo muita luta nos olhos desses alunos, pois desde pequenos já enfrentam uma realidade tão difícil.



## 2.4 A-cor- dando à Cleonice de Fátima Pereira Carlos...

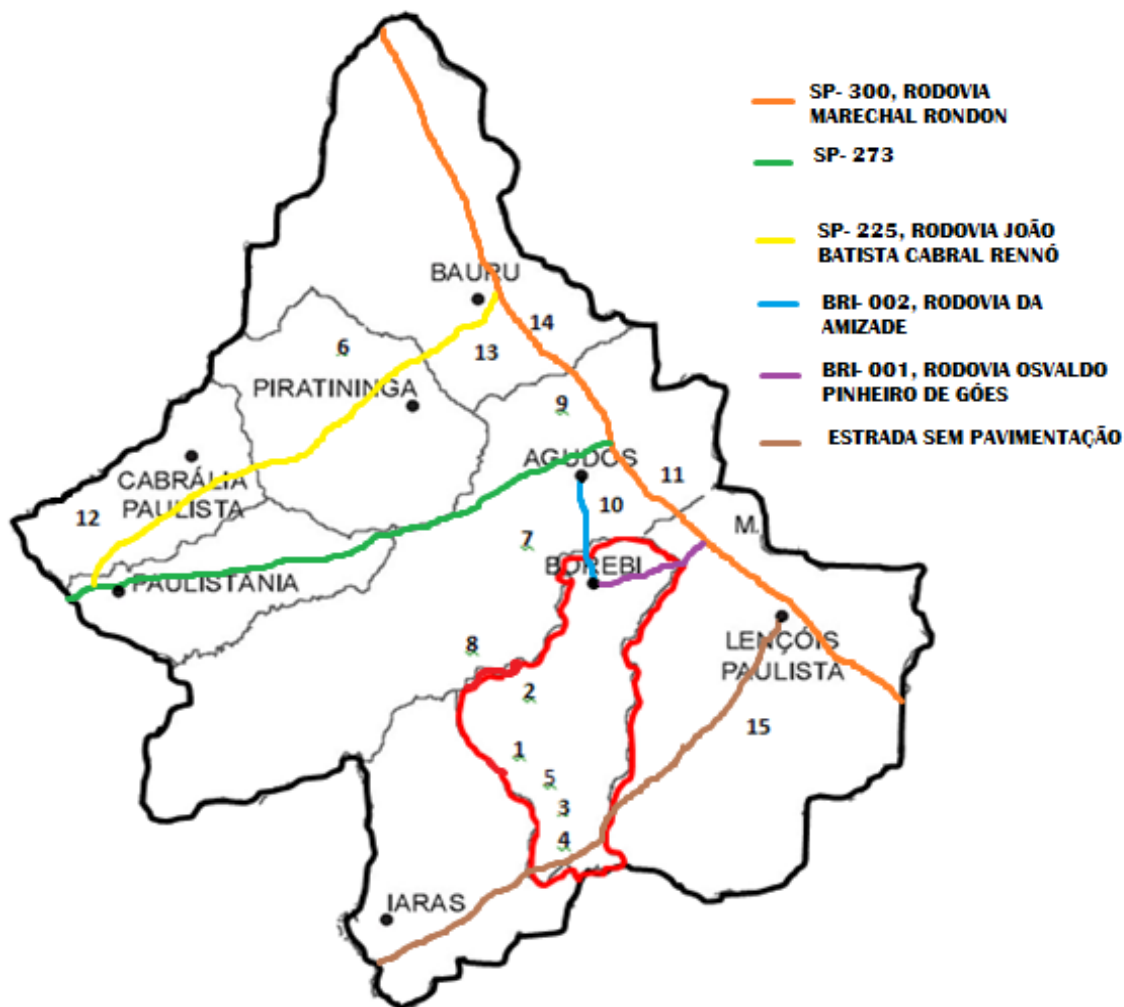
*“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca,  
não aprendo nem ensino”.*

*Paulo Freire*

Atualmente a professora está aposentada, mas exerce o cargo de Professora de Educação Especial na rede municipal de Agudos-SP. Devido a este fato, solicitou que eu me deslocasse até a escola em que atua para realizarmos a entrevista; adotei o procedimento de apresentação da pesquisa à direção para a realização da entrevista na Unidade de Ensino. Antes de iniciarmos as gravações ela solicitou um roteiro, que prontamente lhe foi cedido, porém ela anotou por cerca de meia hora em uma folha o que seriam as possíveis respostas, assim ao terminar me autorizou a iniciar a gravação. Gravamos a entrevista, porém percebi que a professora se pautou nos tópicos do roteiro e dava sinal para gravar ou não sua fala, então era preciso pausar quando ela solicitava e só voltava a gravar com seu consentimento.

A seguir, apresentamos um mapa da região geográfica de Borebi, na qual indicamos várias das fazendas citadas na textualização dessa entrevista, a qual inicia-se logo após.

Mapa 2- Ilustrativo: Localização de Fazendas na região de Borebi-SP.



- 1- Fazenda Turvinho II
- 2- Fazenda Santo Antônio do Caçador
- 3- Fazenda Luna (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 4- Fazenda Capim (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 5- Fazenda Santo Henrique
- 6- Fazenda São José (\* Não identificada a localização correta no município).
- 7- Fazenda Santa Izabel
- 8- Fazenda Geada
- 9- Fazenda Água do segredo
- 10- Fazenda Santa Rita de Cássia
- 11- Fazenda Espadilha
- 12- Fazenda Santo Antônio (\* Não identificada a localização correta no município).
- 13- Fazenda Jiboia (\* Não identificada a localização correta no município).
- 14- Fazenda Globo ou Sobar
- 15- Fazenda Aripa (\* Não identificada a localização correta no município).

Fonte: Produzido pelo autor baseado em mapa disponível em: [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao\\_municipal.html](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html). Acesso em 29/01/2018 e <https://www.google.com.br/maps/@-22.6256128,-47.9554795,8.13z>. Acesso em 01/04/2018.

Eu sou a professora Cleonice de Fátima Pereira Carlos, tenho 62 anos, minha formação acadêmica é Pedagogia. Comecei a lecionar em 1976, como professora eventual no estado. Trabalhei na zona rural durante muitos anos, aproximadamente dez anos, na região de Agudos/SP, pois pertencia à diretoria de Lençóis Paulista/SP, onde aconteciam as atribuições. Conforme minha classificação para atribuição pegava aulas na zona rural, pois na cidade eram os efetivos primeiro. Depois consegui estabilidade, mas demorou, fiquei como eventual por um tempo. A minha estabilidade no estado como professora de Educação Básica foi através da Constituição de 1988<sup>1</sup>. Assim que saiu a lei, soube pela secretária e direção da escola polo que tínhamos direito a estabilidade.

Trabalhei na Fazenda Globo<sup>2</sup>, era vinculada a EE Padre Aquino<sup>3</sup>, que também era conhecida como Fazenda Sobar, a principal atividade econômica era a pecuária. O transporte que me levava até a escola era um caminhão de leite, que saía de Bauru/SP, passava em Agudos/SP para recolher o leite e seguia para Piratininga/SP e voltando a Bauru novamente, entregava leite nos laticínios.

Todos os dias, às cinco horas da manhã, eu pegava carona com o caminhão, para entrar na escola às sete horas. Só a volta que a Deus pertencia, pois saía da Fazenda às dezessete horas, demorava a conseguir carona e todo esse período não era remunerado, ganhava apenas as aulas, pois não tinha veículo próprio para chegar até minha residência em Agudos/SP, tinha que passar por Piratininga/SP e Bauru/SP antes de ir para casa.

Durante minha trajetória, eu passei por várias escolas na zona rural na região de Agudos/SP, onde eu era responsável pela merenda escolar que era fornecida pela prefeitura e não era pré-cozida, tinha que preparar tudo, fazia a limpeza, tinha que acender um fogão de lenha. Eu não tinha preparo, não era minha responsabilidade ter que acender fogão de lenha, mas tinha que cumprir, tinha que preparar o leite para o café da manhã dos alunos. Quando eu queria um cardápio diferente e que era mais demorado o preparo, fazia em minha residência e no dia seguinte levava para a escola.

---

<sup>1</sup>A professora se refere ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Art. 19: Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

<sup>2</sup> Fazenda localizada na Estrada entre os municípios de Agudos-SP e Paulistânia, Km 29- Zona Rural. Atividade principal é a pecuária.

<sup>3</sup> Escola estadual Padre João Batista de Aquino, localizada no município de Agudos/SP.

As turmas eram multisseriadas<sup>4</sup>, eu separava por grupos conforme a série e trabalhava com os livros que a escola polo mandava. Tinha a cartilha Caminho Suave<sup>5</sup>, alguns jogos pedagógicos e usava a lousa para passar as atividades. Havia também o cantinho da leitura, levava todo o equipamento e os materiais para fazer este espaço como livros infantis, fantoches para contar histórias e os alunos se interessavam, onde muitos foram alfabetizados, utilizando esses e outros recursos.

As famílias tinham muito interesse, eram participativos e cobravam resultados quanto ao aprendizado dos alunos, tinha envolvimento da família, era muito gratificante trabalhar com estes alunos, pois quando chegava o mês de agosto, você já observava os alunos alfabetizados, com os recursos disponíveis, mas era gratificante. Não eram todos, sempre havia três ou quatro que tinham mais dificuldade, mas como eu não tinha horário para ir embora terminava a aula, pegava aqueles alunos com mais necessidade e tentava trabalhar com eles para sanar as dificuldades, como um reforço. Eu não recebia por essas aulas, tentava contemplar a alfabetização e na Matemática, as operações e situações-problema. Trabalhava conforme a necessidade da turma e as dificuldades que apresentavam durante as aulas formava grupos e oferecia o reforço.

Os materiais para trabalhar eu pegava na escola polo, a EE Padre Aquino<sup>6</sup>, mas o maior obstáculo era a adequação do currículo<sup>7</sup>, pois era multisseriada a sala, não era nada solicitado pela diretoria ou supervisão, era pela necessidade que observava em atender os alunos da área rural.

A supervisão na escola era sempre frequente. A supervisora, não me recordo o nome, era exigente e nos auxiliava orientando como proceder em algumas situações pedagógicas. Sempre observava os materiais pedagógicos, cadernos dos alunos, caderneta de chamada e o plano de ensino, verificando se estava tudo em ordem.

A mudança anual de professor também afetava a aprendizagem dos alunos, pois todo ano tinha atribuição na Diretoria de ensino. Antes era em Lençóis Paulista/SP, depois mudou para Bauru/SP. Então, não havia uma sequência com os alunos, você perdia o vínculo. Se você queria terminar até a quinta série com aqueles alunos, tinha que participar todo ano da atribuição e em cada ano era para uma escola rural diferente, era muito difícil voltar para a

---

<sup>4</sup> Salas de aula onde eram reunidos alunos de diferentes idades e níveis educacionais.

<sup>5</sup> Livro didático adotado para alfabetização nas escolas primárias do estado de São Paulo, sua publicação iniciou-se em 1948, autoria de Branca Alves de Lima.

<sup>6</sup> Escola estadual localizada no município de Agudos/SP.

<sup>7</sup> Lei 9394/96- Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

mesma escola. Às vezes, depois de um ou dois anos você voltava, mas era difícil. No entanto, quase toda a zona rural do município de Agudos/SP eu lecionei.

Os alunos da zona rural tinham dificuldades, morando num contexto diferente, o social também era diferente, mas o pouco que tinham, compartilhavam, não havia egoísmo e isso era muito bom. Mesmo com deslocamento até a escola os alunos recebiam materiais fornecidos pelo estado, eles não tinham discriminação porque era aluno da zona rural ou da zona urbana, era tudo igual para todos.

Quando eu fui dar aula no Lar dos Desamparados<sup>8</sup>, em Agudos/SP, em 1979 mais ou menos, eu fiquei com medo de pegar a sala, porque era um lugar de pessoas com problemas psiquiátricos. A escola não atendia essas pessoas, eram outros alunos que moravam naquela região com várias chácaras ao redor. Então, às vezes, eu estava dando aula, as pessoas passavam jogando bala, eu tinha medo de pegar. Eu estava trabalhando os alunos falavam: “Não professora, pode pegar a bala”. Para chegar até essa escola eu utilizava o ônibus do Expresso de Prata<sup>9</sup> e aguardava uma ambulância que me levava até a escola.

Para retornar à minha casa, tinha que ir até a Rodovia Marechal Rondon, eu seguia a pé ou de carona, quando alguém passava. Seguia até a Rodovia para esperar o ônibus e eu tinha medo de ir sozinha, pois era o horário que os internos tomavam sol. Eu seguia com Deus. Só que depois eu fui cativando-os, já conversava mais, me davam a mão, me abraçavam e hoje eu estou dando aula para aluno especial, olha como é a vida da gente.

Eu acredito que o fechamento das escolas rurais aqui na região foi devido à municipalização<sup>10</sup>, então o transporte passou a levar os alunos para a cidade de Agudos para estudarem. Com a estabilidade, passei a lecionar em escola urbana, na EE Luiz Braga<sup>11</sup>, na EE Farid Fayad<sup>12</sup> e na EE Carolina Lopes de Almeida<sup>13</sup> onde depois de um tempo fui vice-diretora e em Agudos/SP também. Trabalhei em Borebi/SP como vice-diretora, em escola do Estado, por três meses, na EE Iracema Leite e Silva<sup>14</sup>, não me recordo o ano - a diretora estava afastada por pleito eleitoral<sup>15</sup> em Lençóis Paulista/SP<sup>16</sup>. Quando ela voltou para o cargo, fui para a EE Luiz Braga como professora. Também lecionei na EE Carolina Lopes de

---

<sup>8</sup> Local que atendia pessoas em situação de vulnerabilidade social. Localizado na SP 300, Rodovia Marechal Rondon km 332, em Agudos/SP.

<sup>9</sup> Empresa que atua no transporte intermunicipal na região de Bauru/SP.

<sup>10</sup> Lei 9394/1996, Artigo 11: Institui sobre a municipalização do ensino.

<sup>11</sup> Escola estadual, localizada no município de Bauru/SP.

<sup>12</sup> Escola estadual localizada no município de Agudos/SP.

<sup>13</sup> Escola estadual localizada no município de Bauru/SP.

<sup>14</sup> Escola estadual localizada no município de Borebi/SP.

<sup>15</sup> Afastamento concedido por 03 meses para concorrer a cargos eleitorais.

<sup>16</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo, com população de 67 mil habitantes e extensão territorial de 810 mil Km<sup>2</sup>.

Almeida<sup>17</sup>, onde fui nomeada vice-diretora por dois anos. Nessas idas e vindas, que foram muitas, terminei como vice-diretora na EE Brizola<sup>18</sup>, onde fiquei até me aposentar.

Depois que saiu minha aposentadoria, passei a atuar, em 1999, como professora eventual no município de Agudos/SP, prestei concurso para professora de Educação Especial<sup>19</sup>. Atualmente trabalho como professora Itinerante<sup>20</sup> de Educação Especial no município de Agudos.

---

<sup>17</sup> Escola estadual localizada no município de Bauru/SP.

<sup>18</sup> Escola estadual localizada no município de Bauru/SP.

<sup>19</sup> Modalidade de ensino destinada ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais.

<sup>20</sup> Professor de Educação Especial que se desloca para as escolas atendendo alunos com necessidades especiais.  
Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/educacao-especial#>. Acesso em 01/10/2017.

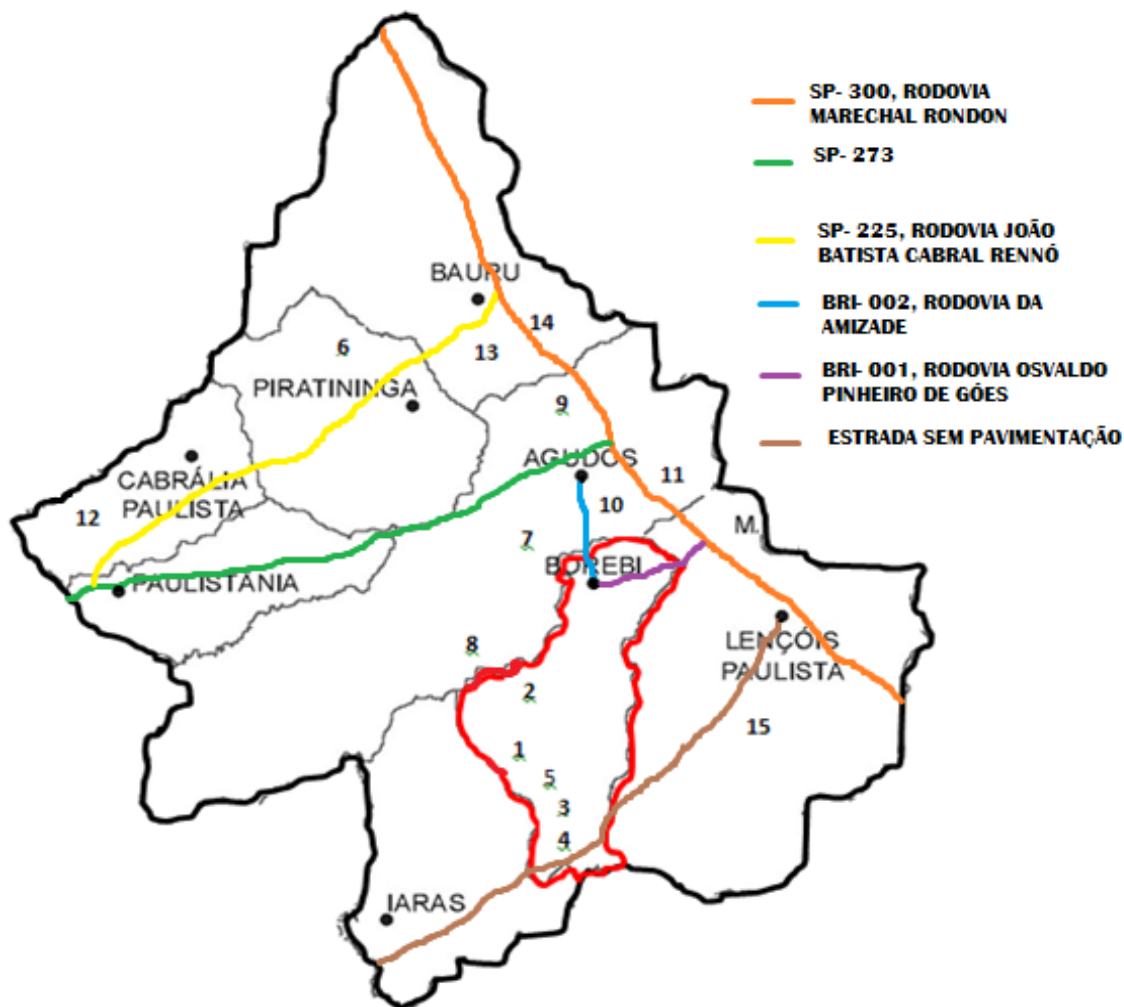
## **2.5 A-cor- dando à Marilene Marques Prado...**

*“Não gosto de impor nada, por que não gosto que hajam assim comigo, gosto de ser livre. Temos que prezar a nossa liberdade com responsabilidade. Sempre tentei passar isso aos meus alunos e acho que deu certo”.*

Indicada pela Professora Marisa Bueno, a professora Marilene atualmente (2017) exerce o cargo de Conselheira Tutelar no município de Borebi-SP. Nossos primeiros contatos foram no prédio do Conselho Tutelar do mesmo município. Me desloquei até o local para conversar com a professora, inicialmente sem sucesso, pois ela estava em período de férias. Uma funcionária se prontificou a me passar o telefone e assim, consegui conversar com ela e agendamos uma apresentação da pesquisa para quando retornasse às suas atividades. Marilene se prontificou em ceder a entrevista e agendamos para o dia e local escolhidos por ela. Desta vez nos deslocamos até uma sala da biblioteca da escola estadual de Borebi-SP, que não estava sendo utilizada.

A seguir, apresentamos um mapa da região geográfica de Borebi, na qual indicamos várias das fazendas citadas na textualização dessa entrevista, a qual inicia-se logo após.

Mapa 2- Ilustrativo: Localização de Fazendas na região de Borebi-SP.



- 1- Fazenda Turvinho II
- 2- Fazenda Santo Antônio do Caçador
- 3- Fazenda Luna (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 4- Fazenda Capim (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 5- Fazenda Santo Henrique
- 6- Fazenda São José (\* Não identificada a localização correta no município).
- 7- Fazenda Santa Izabel
- 8- Fazenda Geada
- 9- Fazenda Água do segredo
- 10- Fazenda Santa Rita de Cássia
- 11- Fazenda Espadilha
- 12- Fazenda Santo Antônio (\* Não identificada a localização correta no município).
- 13- Fazenda Jiboia (\* Não identificada a localização correta no município).
- 14- Fazenda Globo ou Sobar
- 15- Fazenda Aripa (\* Não identificada a localização correta no município).

Fonte: Produzido pelo autor baseado em mapa disponível em: [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao\\_municipal.html](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html). Acesso em 29/01/2018 e <https://www.google.com.br/maps/@-22.6256128,-47.9554795,8.13z>. Acesso em 01/04/2018.



Sou Marilene Marques Prado, tenho 51 anos, minha formação é o Magistério<sup>1</sup>, na época não havia necessidade do curso de Pedagogia para lecionar então não cursei a faculdade. Assim que me formei no ano de 1986, no ano seguinte eu já peguei aula como eventual, não efetiva. Embora eu tenha lecionado por muito tempo, eu não sou aposentada. Comecei a fazer Pedagogia<sup>2</sup> e cheguei à conclusão que não era o que eu queria. Antes de eu ser professora, sempre trabalhei com artesanato e estou até hoje com trabalhos artesanais.

Antes de eu dar aula em fazenda, peguei aula na EE Padre Aquino<sup>3</sup> em Agudos<sup>4</sup>. Tinha uma escola rural na Fazenda Globo<sup>5</sup>, uma amiga minha morou lá para dar aula: porque também tinha que morar no local. Ela ficou grávida e eu peguei a licença dela. Fiquei horrorizada com o abandono da escola, era longe da sede da fazenda e do lado tinha um barracão onde guardavam milho, tinha muita cobra, aranha e eu morria de medo dos alunos serem picados. Eu fiquei três meses lá, não terminei a licença da professora. Na fazenda Globo era um abandono total, começando pela escola, pois nos três meses que fiquei lá não apareceu nenhum supervisor para ver se realmente eu estava dando aula, não tinha nem merenda escolar, o administrador é quem fornecia a merenda. Na casa onde era a escola, tinha uma cozinha onde a cozinheira da fazenda preparava a marmita dos funcionários, então já preparava para os alunos, que eram filhos dos funcionários. Mas era assim, um dia tinha merenda, outro não, tinha quando sobrava. Quando eu parei de lecionar nesta fazenda, iniciou-se a construção de uma nova escola.

Eu também lecionei na escola estadual<sup>6</sup> na cidade de Borebi/SP<sup>7</sup> por muito tempo e aconteceu que não sobrou sala na escola da cidade e sobrou só na Fazenda Turvinho II<sup>8</sup>. Eu pensei e agora? Tenho que ir, não posso desistir e fui. Chegando lá para conhecer, verifiquei que não tinha como viajar todos os dias. Conclusão: tinha que morar lá. E deu certo, porque meu marido ficou desempregado e ele falou: “Vamos!”. Pegamos nossas coisas, fomos e gostamos, era uma casa grande junto com a escola e tinha tudo para morar. Minha filha era

---

<sup>1</sup> Curso de nível Médio.

<sup>2</sup> Curso superior exigido conforme Artigo 62, da LDBEN 9394/1996, para atuação docente na Educação Básica.

<sup>3</sup> Escola estadual localizada no município de Agudos/SP.

<sup>4</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo, com população de 37 mil habitantes e extensão territorial de 967 mil Km<sup>2</sup>.

<sup>5</sup> Fazenda localizada no município de Agudos/SP, com atividade econômica voltada para a pecuária (gado leiteiro).

<sup>6</sup> EE Iracema Leite e Silva.

<sup>7</sup> Município brasileiro, localizado no estado de São Paulo, com população de 2, 5 mil habitantes e extensão territorial de 348 mil Km<sup>2</sup>.

<sup>8</sup> Fazenda localizada no município de Borebi/SP.

pequena, não estava nem na pré-escola<sup>9</sup> ainda. Conhecemos os alunos, gostei muito deles, eram amorosos bem diferentes dos alunos da cidade. O que mais dificultaria era o fato de que eram quatro séries juntas<sup>10</sup>, teria que lecionar em turmas diferentes, dar conta, ser artista e conclusão: se você não for uma professora criativa e que goste do que está fazendo não consegue dar aula nas quatro séries juntas.

Na fazenda é tudo difícil, a perua deixava os alunos muito cedo, às seis horas da manhã. Já tinha que estar com a escola aberta para recolher todos, porque não podia deixar eles para fora, principalmente na época do frio, não podia deixar eles sozinhos. Eles eram muito comportados e educados, então, como falar para você que é igual na cidade? É claro que não, é completamente diferente. Lá o professor tem que se virar com que tem, eu me deslocava até a cidade uma vez aos finais de semana, chegava lá à noite e tinha que preparar tudo para a segunda-feira.

Outra dificuldade encontrada na fazenda era a troca de aluno, era um entra e sai muito grande, pois eles mudam muito. Eu não tive muito problema nesse sentido porque as minhas crianças eram de um acampamento, não acampamento dos sem-terra<sup>11</sup> que falam agora, eles cortavam lenha e fizeram uma mini cidadezinha, com as casinhas deles, moravam há uns dois quilômetros da escola e havia alunos de sítios vizinhos, mas não tive problemas.

Um dos desafios que encontrei foi a alfabetização, porque toma muito tempo da gente, tem que ter um cuidado especial com a criança que está sendo alfabetizada, porque os outros da segunda, terceira e quarta série eu passava as atividades para eles, explicava e eles deslanchavam sozinhos. Agora, o aluno que estava sendo alfabetizado precisava ter uma atenção especial.

Minha turma de terceira e quarta série eram muito boas em Matemática, porque alguns alunos vinham de Lençóis Paulista/SP<sup>12</sup> e eram de escola pública urbana, eu não tinha muito problema porque eram bons alunos. Eu falava assim: “Agora vamos mudar de aula”, e eles diziam: “Ah não professora, vamos continuar com a Matemática”. Eles adoravam e não tive muita dificuldade em ensinar Matemática porque já vieram com uma bagagem boa.

Eu tinha disponibilidade de materiais, a escola estadual fornecia tudo que eu precisasse, era só procurar que forneciam. Sempre alguém ia até lá para supervisionar. Além de dar aula, alfabetizar, eu tinha que preparar a merenda. Veja como era duro. Então era

---

<sup>9</sup> Modalidade de ensino da Educação Infantil.

<sup>10</sup> Salas multisseriadas, onde o professor regente lecionava para turmas de diferentes faixas etárias.

<sup>11</sup> Movimento dos trabalhadores sem-terra.

<sup>12</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo, com população de 67 mil habitantes e extensão territorial de 810 mil Km<sup>2</sup>.

complicado. Depois que fomos para lá, meu marido arrumou emprego, então não tinha como ele me ajudar. Então éramos eu e eu mesma. Ficou muito mais difícil, eu tinha criança pequena, tinha que alfabetizar, tinha as outras séries para dar continuidade, tinha que fazer a merenda escolar.

Acho que fiquei na fazenda desde a metade do ano de 1999 e 2000, se não me engano, não me lembro porque faz um tempo. Meu marido arrumou um emprego e me falou: “Olha, agora ou você fica aqui sozinha, ou vai para a cidade”. Eu parei e pensei bem: “Não, eu vou para a cidade”. Chegando à cidade, começa aquela história, não peguei sala e eu falei “Quer saber de uma coisa, vou começar a fazer Pedagogia”. Porque enquanto eu estava na fazenda não conseguiria, não tinha como fazer, a professora que estava lá fazia uma vida difícil, coitada. Eu comecei a fazer o curso e pensei em parar, porque no artesanato, inclusive até hoje, eu ganho quase o triplo do que ganhava lecionando. Então, eu parti para o artesanato porque tenho meu dom maior e estou até hoje ganhando o triplo do que um professor em sala de aula. Infelizmente, hoje em dia o professor é muito mal remunerado e é uma judiação, pois a base de uma criança é o conhecimento que o professor vai passar, vai instruir e acho que é o básico e não é valorizado. Eu falei “Não, não vou”. Parei com o curso de Pedagogia e não tenho interesse em continuar. Há sete anos estou no Conselho Tutelar, continuo com o artesanato: eu faço muitas feiras fora daqui e não tenho interesse em voltar para o Magistério.

Eu não podia continuar na fazenda sozinha, apesar de que o pessoal de lá era tudo gente boa, somos amigos até hoje, de frequentarmos a casa um do outro. Vou às festas que eles fazem, criamos uma amizade, mas eu não quis ficar lá. Depois tudo vai se dificultando, porque, com sinceramente, como eu falei no começo: há diferença entre o aluno da cidade e o aluno da escola rural, em termos de comportamento. Os alunos da fazenda me viam como mãe e eu os via como filhos e aqui, principalmente nessa época em que vivemos é muito difícil. Perderam-se os laços e, infelizmente, naquela época eu já sentia, imagine agora e olha que eu não estou mais no Magistério, não sei nem como funciona. Eu ouço os outros comentarem e com o meu serviço atual (2017) a gente fica mais ou menos por dentro de como gira a roda.

Quando eu peguei aula na Turvinho II, que inclusive é pertinho de Iaras<sup>13</sup>, os alunos do Movimento dos Sem Terra<sup>14</sup> não iam para lá estudar. Meus alunos eram de um

---

<sup>13</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo, com população de 8 mil habitantes e extensão territorial de 401 mil Km<sup>2</sup>.

<sup>14</sup> Movimento social brasileiro (Movimento dos trabalhadores sem terra- MST).

acampamento de trabalhadores que cortavam lenha para a *Lwart*<sup>15</sup>, porque a Fazenda Turvinho II é propriedade da *Lwart* e eles trabalhavam, não tinha nada a ver com esse movimento, nunca tive nenhum aluno do movimento dos sem-terra.

Quando eu comecei a lecionar na Fazenda Turvinho II, as aulas eram a tarde os alunos entravam em um horário que já vinham almoçados. No ano seguinte, as aulas passaram a ser no período da manhã, então alguns alunos chegavam muito cedo, porque a perua transportava os alunos e voltava, e também levava uma turma para Lençóis Paulista/SP. Então, às seis horas da manhã eu tinha que estar acordada. Lá era muito frio e eu colocava os alunos para dentro da sala, fazia o café bem cedinho. Não que era necessário, porque na época não tinha, não mandavam nada para o café, só a merenda. Eu comprava do meu bolso, porque tinha dó: no frio fazia um chazinho, um bolo e comíamos. Não custava nada, era uma família. E quando chegava às sete horas começávamos, porque eu tenho horário para tudo o que vou fazer, não é porque eu estava lá que iria entrar e sair na hora que quisesse. Eu não consigo me organizar se não tiver aquela rotina

Quando almoçávamos também ficávamos juntos, porque eu fazia comida, já almoçava com eles na mesa. Nos dias de aula de Educação Física<sup>16</sup>, eles gostavam muito de teatro, adoravam teatro e eu ia desenvolvendo isso. Sabe o que eu acho engraçado? Quando os alunos viam a perua chegando diziam: “Ah! Mas já está na hora de ir embora”. Eu tinha uma aluna que chegava e dizia assim: “Professora, a minha mãe está grávida e com vontade de comer sua comida.” Eu falava: “Tem como ela vir aqui almoçar com a gente?”. “Eu vou falar para ela, se não der a senhora manda uma marmitinha? ”. E eu ia falar não? Para você ver a inocência, eles não queriam aproveitar, eu os conhecia, não eram tão pobrezinhos que não tivessem o que comer. Acho que as mães ouviam as crianças falarem que era muito gostoso.

Uma vez por mês eu fazia um dia com os pais e todos participavam. Fazíamos torneio de futebol para os meninos, queimada para as meninas. Como eles gostavam de teatro, fazíamos teatro para as mães. Todo mês, na última sexta-feira, eu organizava para integrar, porque acho que temos que nos aproximar da família. Acho que deu certo. Tínhamos amizade e eu estava sempre próxima dos pais que colaboravam comigo. Tanto eles precisavam da nossa ajuda quanto nós precisávamos deles, essa interação é muito importante.

Nós organizávamos as aulas assim: “Crianças, hoje eu tenho uma ideia”. Eu expunha minha ideia: “O que vocês acham?”. Eles respondiam: “Ah! Professora, não sei o que, não sei

---

<sup>15</sup> Empresa localizada no município de Lençóis Paulista/SP, que atua na coleta e refino de óleos lubrificantes usados e na produção de celulose de mercado.

<sup>16</sup> Disciplina ministrada pelo professor regente da sala.

o que...” E íamos conversando: “Ah! Passa sua ideia para a gente unir uma com a outra”. Eu nunca impunha, não gosto de impor as coisas, porque eu sou uma pessoa assim, sei que tenho as minhas obrigações e não precisa ninguém impor. Deu certo? Comigo sim, eram uns vinte e dois, vinte e cinco alunos, às vezes tinha bastante, outras não, porque eram da fazenda e mudavam muito e era essa média de alunos, se não me engano.

Eu tinha que trazer eles para mim, fui para um lugar desconhecido, observei muito o temperamento um por um e cheguei à conclusão de que não poderia impor, chegar com autoridade. Não! Eu tenho que ganhá-los, eu tenho que trazer eles para mim. Acho que é por isso que a gente se entendia, eles me viam como mãe e eu os via como filhos. Se ficassem doentes, com febre ou alguma coisa, eu pensava... “Meu Deus o que eu vou fazer? Como vou levar essa criança daqui até Lençóis Paulista/SP?” Então, eu já levantava e pedia: “Senhor, me capacita para esse dia. Porque só o Senhor sabe que a coisa aqui é difícil”. Graças a Deus nunca aconteceu nada grave, sempre tinha aquela gripezinha, uma tosse.

Houve um dia em que precisei levar uma criança para a mãe, porque ela tinha bronquite e a mãe deixou avisado que se tivesse alguma crise, era para levar. Ainda bem que meu marido estava lá com o carro e ele levou. É muito difícil, como você vai medicar uma criança? O professor não é capacitado para fazer isso. Na cidade, se o aluno estiver doente, leva para o posto de saúde e comunica a mãe. Em primeiro lugar leva para o posto de saúde e já liga para a mãe e fala: “Olha seu filho está assim e assim, vem aqui no posto de saúde que ele está aqui”. Mas, e lá? Lá a gente tinha que contar com a proteção divina. E graças a Deus eu tive muita. Os alunos contavam os problemas deles para mim: “Professora, olha está acontecendo assim, assim...”. Nós conversávamos muito, porque haviam mocinhas de todas as idades e nós fomos nos apegando muito.

Nos dias atuais, se você me perguntar: “Seria melhor continuar com as escolas das fazendas”? Eu acho que não, a tecnologia avançou muito e, infelizmente, no lugar em que eu estava trabalhando, até hoje não tem sinal de *internet*. Tem energia elétrica, mas a *internet* não chega até lá, o meio de comunicação ainda utilizado é o rádio, usado para se comunicarem com a firma. *Internet*, não tem. Estava para ser instalada uma torre, até uma senhora que mora lá falou que já estava certo, mas tentei ligar para ela e não tem sinal. Então quer dizer que ainda não funciona.

No período em que estive atuando na Turvinho II, não tinha *internet*, a televisão pegava de forma ruim, passava filme para os alunos através de fitas de vídeo, isso em 1999 e 2000. Então, era muito difícil. E hoje eu falo que se esses alunos estão na cidade terão uma

aula de informática. Os alunos que frequentam o projeto Espaço Amigo<sup>17</sup> terão aula de música, dança e outras coisas que lá na fazenda é impossível.

Quando fechou a escola e os alunos vieram para a cidade, pensei que certamente eles ganhariam mais com isso, mais conhecimento, porque lá o que podíamos ofertar era o básico, não tinha como aprofundar muito em nada, porque não dava tempo. Com as turmas multisseriadas, principalmente em Matemática, era apenas as operações básicas e não tinha como aprofundar em mais conteúdos, não dava tempo. O professor tinha que ser muito criativo para passar o conhecimento para as crianças, de forma que eles aprendessem. E tinha que gostar muito do que fazia se não, não vai.

Eu não era efetiva no Estado, a atribuição era pela Diretoria de Ensino de Lençóis Paulista/SP, mas na época da escola da Turvinho II, já era na Diretoria de Jaú/SP<sup>aliás</sup>, na última atribuição que eu fui já era em Jaú. Não era mais nas escolas as atribuições. Agora mudou, eu não sei como é, está tudo mudado. Sei que era assim: tinha X classes que já era sua. Se sobrasse, mandavam para a Diretoria, é assim ainda? Porque eu não sei como é, e no meu último ano na Turvinho II acho que já era municipalizado<sup>18</sup>, em 2000.

A Marisa<sup>19</sup> ficou um bom tempo lá, depois fui eu. Acho que a Silene<sup>20</sup>, que não se adaptou lá, não ficou nem um ano. A Mônica<sup>21</sup>, a Cidinha<sup>22</sup> eu não lembro se lecionou lá. Eu morei na própria escola, porque é uma casa bem grande, bem organizada, tinha quartos, cozinha, tinha banheiro para as crianças, tinha um social que eu e minha família usávamos. Ao lado tinha um grande gramado que era o campinho das crianças e era bem cuidado pelo caseiro de lá, tinha um lago com patos. Nunca tive problemas com bichos peçonhentos, como cobras, aranhas, nunca, porque é um lugar bem cuidado, nos finais de semana o patrão ia para lá, era muito difícil, mas ia.

A educação no cenário atual está muito complicada. Quando atuei na Turvinho II, os materiais que eu precisava pegava na escola estadual do município. Não tive nenhum aluno com necessidades especiais e na época de chuvas ninguém passava nas estradas, cheguei a ficar lá em finais de semana quando chovia muito. Outra dificuldade que eu encontrei foi a desvalorização profissional, pelo que eu fazia não era remunerado por tudo, tinha aquele

---

<sup>17</sup> Projeto social do município de Borebi que atende crianças em situação de risco e vulnerabilidade social. Este projeto em parceria com a Diretoria de Educação atende em período integral alunos do 1º ao 5º ano com atividades esportivas, pedagógicas e artísticas.

<sup>18</sup> Lei 9394/96- Institui sobre a municipalização do ensino no Artigo 11.

<sup>19</sup> Professora Marisa Bueno.

<sup>20</sup> Silene Aparecida Pereira, atualmente exerce o cargo de Agente de Saúde no município de Borebi.

<sup>21</sup> Professora Monica Rodrigues de Lima, atualmente exerce cargo de Coordenadora Pedagógica no município de Agudos-SP.

<sup>22</sup> Professora Aparecida de Fátima Pinto.

salário X como professora, mas tinha os gastos com combustível, o café da manhã que fornecia aos alunos e tirava o custo do bolso, porque não recebia café para fornecer: eles mandavam arroz, feijão, carne moída congelada, e eu pensava no que oferecer para as crianças comerem pela manhã. Só um chá quente? Então eu fazia bolo, uma moradora de lá fazia pão e a gente ia fazendo assim. Em épocas de chuva, naquela semana a merenda escolar ficava comprometida, porque quando eu não ia para a cidade, eu levava a merenda toda semana, mas eu não levava muito, pois tinha medo de rato e não tinha local apropriado para armazenar grandes quantidades. Então, meu marido ia para Lençóis Paulista/SP e comprava legumes e fazíamos sopa que era o mais acessível. Graças a Deus também tinha muita galinha por lá, fazíamos ovos fritos, a terra era boa, tinha chuchu, mandioca, alface que o caseiro nos fornecia - não era uma horta das crianças, porque eles não gostavam que as crianças andassem muito por lá, eu mantinha eles ali próximos da escola. Eu tive ajuda do meu marido com as crianças, principalmente com os meninos em jogos de futebol, campeonatos, ele que apitava os jogos. Eu não entendo nada de jogo. Tinha interação com os pais, vinham todos e tinha torneio, era muito gostoso.

Era muito bom, tínhamos muitas dificuldades, pois muitas coisas tirei do meu bolso, não tinha ajuda de custo com gasolina, nada. Lógico que quando peguei aquilo era por minha conta, mas tudo isso quando você tem que decidir entre ficar ou não e eu falei: “Meu Deus! Eu ganho o triplo com meus artesanatos, não vou continuar”. Depois as coisas foram ficando difíceis, tive problemas de saúde na família, parei a faculdade, já não era mais como antes e eu resolvi: “Não vou mais para o Magistério, acho que isso não é para mim e eu larguei”. Pensei bem e resolvi ficar com meus artesanatos. No artesanato eu faço de tudo um pouco, pintura em tela, em tecido, crochê, tricô, trabalhos em madeira, enfim de tudo um pouco, mas o meu forte é pintura em tecido, é o que me sustentou todos esses anos desde que parei de lecionar. Vamos envelhecendo, cansando e para mim, foi vantajoso me unir a este grupo, também não preciso trabalhar tanto, pois tenho meu outro emprego e ganho bem trabalhando dentro da minha casa, faço meu horário.

Sinceramente eu tenho dó das professoras, é uma categoria muito grande que tinha que se unir, brigar por melhorias no salário e nas condições de trabalho. Você não é professora também? Você não vê essas dificuldades? É uma desunião de uma categoria muito grande, deviam se unir para melhorar para todos, trabalhamos com vidas, podemos transformar ou deformar.

Eu larguei o magistério pela dificuldade de conseguir aulas mais próximo de casa, se eu tivesse conseguido aula em Borebi/SP, acho que estaria até hoje. Porque logo que eu saí desse município, se não me engano fui lecionar em Pederneiras/SP, tinha em Jaú também, mas fui para Pederneiras, mas havia desgaste de carro, gasolina e eu deixei, não tinha como continuar. Depois também mudou, tinha que ter Pedagogia, comecei a fazer e me perguntava: “Será que vale a pena”? Eu já fazia meus artesanatos, ganhava o triplo, então me desanimei, não que eu não goste, pelo contrário, gosto muito. Inclusive, agora trabalho com criança e adolescente, sou uma zeladora dos direitos deles e isso despertou meu interesse em atuar no Conselho Tutelar<sup>23</sup>. Como sempre trabalhei com criança e adolescente, eu peguei por acaso, fiz o processo seletivo<sup>24</sup>, passei e resolvi ver o que dava e estou há oito anos no Conselho Tutelar continuando a dar minha contribuição.

Outra coisa importante, é que as crianças, no período que lecionei na fazenda, não tinham malícia, crianças urbanas tem e agora acredito estar pior. O acesso à *internet* possibilita que assistam qualquer coisa, a televisão, tudo isso influencia direta e indiretamente também. Eu tinha alunas de catorze anos, atrasada nos estudos, às vezes na quarta série ainda e no intervalo eu levava bonecas da minha filha e elas brincavam de casinha naquela inocência. Hoje as bonecas são reais, a infância está se perdendo, as meninas engravidam cedo.

Quando eu morei na Turvinho II eu era feliz e não sabia, as crianças não tinham maldade nem malícia, o contato maior era com a natureza, com a curiosidade. Tive alunos que foram estudar na fazenda e falavam que lá era mais gostoso de estudar do que na cidade e diziam: “A gente se sente seguro”, eu não entendia. Depois comecei a perceber que a segurança que se referiam era sobre a interação, afetividade, o amor e as salas não sendo muito cheias, como na cidade, possibilitavam estarmos mais próximos.

Quando lecionei em Borebi, tinha uma média de trinta e nove a quarenta e dois alunos na sala e não dava tempo de me aproximar dos alunos, pois tinha que seguir todo o cronograma. Já na fazenda era a média de vinte e dois, vinte e cinco alunos, nossa proximidade era maior. Você via um aluno mais triste, já percebia que algo havia acontecido, chamava discretamente e conversava. Eu acho que é dessa segurança que falavam, penso que seja isso.

---

<sup>23</sup> Órgão responsável por zelar pelos direitos da criança e adolescente, conforme Lei 8069 de 13 de Julho de 1990. ECA- Estatuto da Criança e adolescente.

<sup>24</sup> Os candidatos são submetidos a avaliações para verificação de aptidão para exercer cargo de Conselheiro Tutelar.



No período em que fiquei lá a dificuldade era a parte de alfabetização, porque requer uma atenção e tempo maior, lá nós tínhamos alunos para alfabetizar. Às vezes eu implorava a Deus para me capacitar porque achava que não conseguiria, mas consegui. Como a sala na Turvinho II era bem espaçosa e larga, eu separava cada série em uma fileira: tinha duas de primeira série, duas de segunda, duas de terceira e uma de quarta série. Eu passava as atividades e como eles amavam Matemática, eu passava muitas coisas na lousa ou usava o livro Mundo Mágico<sup>25</sup>, usei muito esse livro e eles mesmos iam resolvendo as atividades. Enquanto isso eu pegava os pequenos na alfabetização usando também a Caminho Suave<sup>26</sup>.

Não tinha como imprimir nada, usava bastante o mimeógrafo<sup>27</sup>. Chegava sexta-feira, depois do almoço, eu me deslocava até a cidade e já organizava todas as atividades da semana e passava no mimeógrafo, porque era mais prático, não tinha tempo de ficar passando atividades na lousa. Os alunos gostavam de resolver situações-problemas e eu passava listas, enquanto resolviam eu atendia os menores. Era muito cansativo, mas era gratificante, principalmente quando chegava o meio do ano, aquela criança que não conseguia pegar no lápis já estava lendo, isso bastava, porque chegava à conclusão: “Senhor, eu consegui!”. Se os alunos da segunda série tivessem alguma dificuldade eles me procuravam, tinha aluno que não conseguia pegar no lápis, pois não haviam feito pré-escola<sup>28</sup>, aqui falamos Etapa 2, eles iam de casa para a primeira série sem fazer Educação Infantil.

Não tinha desrespeito entre eles de falar: “Fulano não sabe nada, não vai passar de ano”. Eu sempre auxiliava os que tinham dificuldade separado e sabe o que eu fazia à tarde? Eu ficava sem fazer nada, não dava para assistir televisão porque quase não pegava, só à noite. Então, os alunos vinham a pé, outros de bicicleta até a escola, era pertinho para alguns alunos e eu dava aulas de reforço, sem remuneração.

Tive muita ajuda do meu marido, da esposa do caseiro que me ajudava, principalmente na comida. Quando eu estava apurada ela fazia a merenda, meu marido ficava olhando as panelas enquanto eu voltava para a sala de aula. A louça eles gostavam de ajudar, cada um lavava sua canequinha, pratinho, colher e cada um já sabia que não era para largar lá de qualquer jeito, então ajudavam muito, colocavam no escorredor certinho, eles gostavam. Hoje se fizer isso está explorando a criança. As alunas maiores terminavam as atividades e pediam para ajudar os outros, toda ajuda era bem-vinda. Eu achava incrível que eles tinham

---

<sup>25</sup> Livro não consumível: Mundo Mágico- Matemática: Mariana Andrade e Lídia Maria de Moraes.

<sup>26</sup> Livro didático adotado para alfabetização nas escolas primárias do estado de São Paulo, sua publicação iniciou-se em 1948, sob autoria de Branca Alves de Lima.

<sup>27</sup> Equipamento para fazer cópias de papel escrito, que utiliza reprodução através de estêncil e álcool.

<sup>28</sup> Nomenclatura utilizada para designar faixa etária (06 anos) da Educação Infantil.

uma união, não sei se porque moravam todos no acampamento que tinha lá, parecia uma vila, tinha mais de cinquenta casas, barracos de madeira e sempre comentavam que a brincadeira deles era brincar de escolinha e ajudava muito na sala de aula. Hoje a brincadeira é paquerar, infelizmente.

Aqui na região não tem mais escola rural, mas a maior dificuldade é o acesso à tecnologia. A relação professor-família mudou muito, já vi casos de mães querendo bater em professor porque chamou atenção do filho. Mas na Turvinho II era contrário, as mães falavam que se precisasse dar uns tapas podia. Lógico que não faria nada disso, a minha relação com os pais era boa, já aqui na cidade senti certa dificuldade, os pais reforçam a agressão mandando os filhos revidarem. Tinha uma mãe que falava assim: “Se a boca der, vai pra cima”.

Eu tenho uma personalidade muito rígida, sempre falei que tem hora para tudo, hora de brincar, é brincar, hora de estudar, é estudar, hora de falar sério a conversa é séria, hora de falar brincando é falar brincando. Até hoje sou assim, já melhorei bastante, porque vai envelhecendo vai deixando certas coisas para lá. Eu não sou tão brava quanto aparento ser, não sou. Eu conseguia controlar a disciplina na sala de aula porque sempre estabelecia os horários para todas as coisas. Nos dias de hoje não sei se conseguiria, tanta coisa mudou e não gosto de violência, porque violência gera violência. Eu gosto do diálogo, da conversa, tanto é que no meu trabalho atual as pessoas às vezes chegam lá explodindo, querendo quebrar tudo: conversamos e sai de lá sorrindo. Lógico que recebo ofensas, todo lugar é assim, mas não vou retribuir também, tem que contornar a situação e mostrar para a pessoa que com agressão não é a melhor forma de resolver.

É preciso que haja mais diálogo, e eu sempre fiz isso com meus alunos, com o pessoal lá na fazenda. Não gosto de impor nada, porque não gosto que hajam assim comigo, gosto de ser livre. Temos que prezar a nossa liberdade com responsabilidade. Sempre tentei passar isso aos meus alunos e acho que deu certo. Dificuldade muita, tecnologia zero, embora já existissem vários recursos tecnológicos, lá não tinha nada. Esperteza e criatividade em abundância, porque desde mocinha gostei de artesanato, nas horas vagas ensinei algumas mães da fazenda a pintar guardanapo. Elas compravam o material e na parte da tarde eu ensinava. O conhecimento não pode morrer com a gente, temos que passar para frente.

Estava lá no meio do mato, porque lá era só mato, tinha onça por lá. À noite víamos a onça passando pelo aterro<sup>29</sup>. Eu pensava assim: “O que vou fazer aqui no meio do mato, se

---

<sup>29</sup> Local com acúmulo de terra para nivelar ou alterar um terreno.

tiver alguém interessado em aprender, vou ensinar”. Tudo é válido. Tive muita sorte de pegar aula num lugar bom como a Turvinho II, já ouvi relatos de escola que caía aos pedaços. Eu cuidava da escola da Turvinho II, até fui parabenizada, pois meus alunos não mexiam em nada. Eu cresci ouvindo meus pais dizendo: “Você tem que cuidar melhor do que é dos outros do que é seu”.

Outra coisa que eu acho importante comentar é que as meninas, conforme iam ficando mocinhas, vinham contar primeiro para mim. Eu orientava e até absorvente levava para elas, ensinava como usar, pois, muitos pais eram analfabetos, mal sabiam assinar o nome e tinham vergonha de conversar com os filhos sobre determinados assuntos. Hoje as crianças já crescem sendo preparadas para a sexualidade, as roupas, danças, músicas se voltam para a exibição do corpo. Até penso se realmente eu estou no planeta Terra, hoje está muito difícil, embora eu não seja mais professora, por vontade própria, não quero mais e foi pelo lucro mesmo, parti para outro ramo. Depois da Turvinho II acho que eu dei aula na EE Iracema Leite e Silva<sup>30</sup>, mas foi um total de uns quinze anos de Magistério.

---

<sup>30</sup> Escola estadual localizada no município de Borebi/SP.

## 2.6 A-cor- dando à Antônio Carlos Vaca...

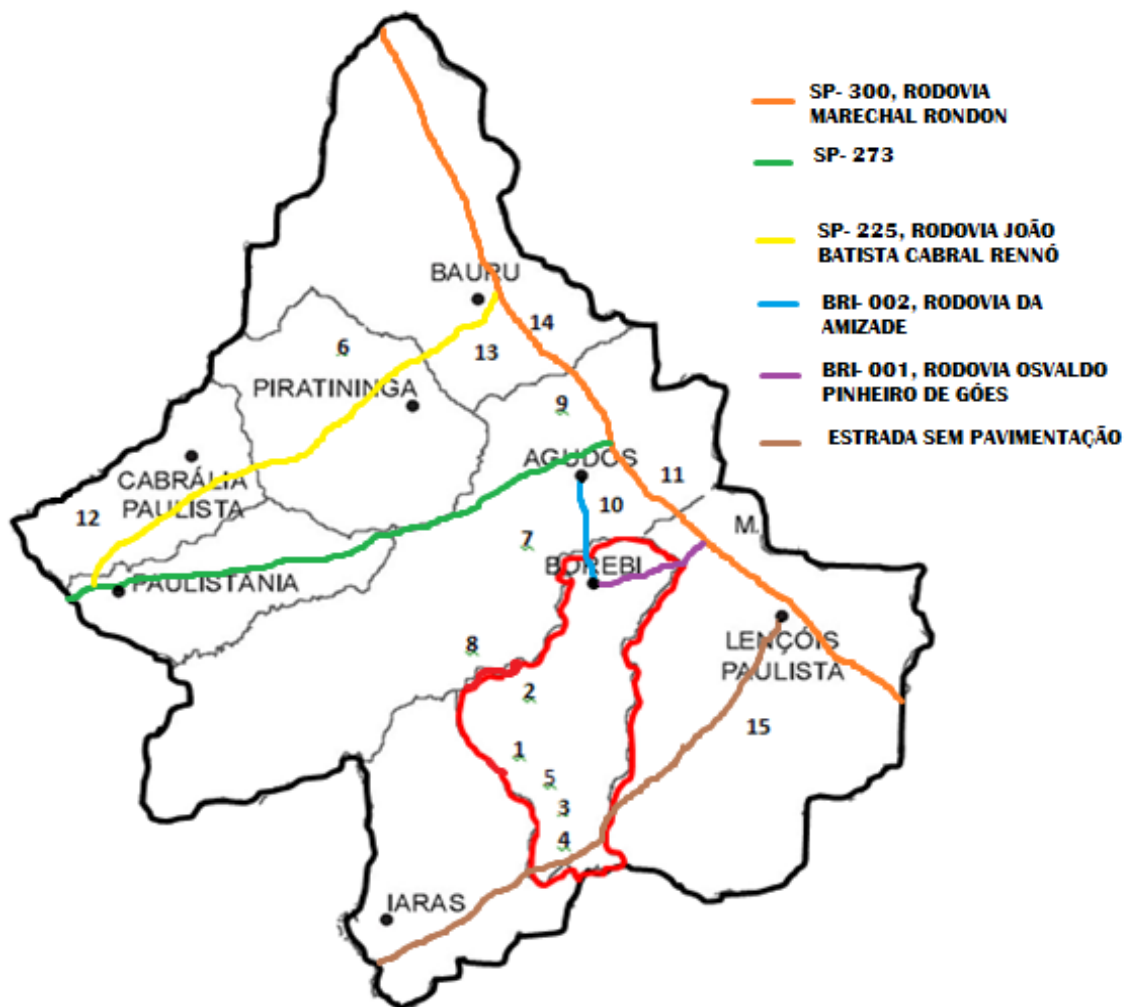
*“Ando devagar, porque já tive pressa e levo esse sorriso, porque já chorei demais... Hoje me sinto mais forte mais feliz quem sabe, só levo a certeza de que muito pouco sei... que nada sei...”*

*(Almir Sater, Tocando em Frente).*

Conhecido como Senhor Nê pela população Borebiense, trabalhou pela emancipação do município na década de 1990. Foi eleito, em 1993, como o primeiro prefeito da cidade, e, atualmente (Gestão 2017- 2020) exerce novamente o cargo. A frase que antecede essa narrativa é trecho da Canção Tocando em Frente, de Almir Sater, escolhida pelo Senhor Antônio Carlos que, segundo ele, expressa que o homem vive em constante aprendizagem e mesmo diante dos obstáculos não devemos desistir de lutar por nossos objetivos e sonhos.

A seguir, apresentamos um mapa da região geográfica de Borebi, na qual indicamos várias das fazendas citadas na textualização dessa entrevista, a qual inicia-se logo após.

Mapa 2- Ilustrativo: Localização de Fazendas na região de Borebi-SP.



- 1- Fazenda Turvinho II
- 2- Fazenda Santo Antônio do Caçador
- 3- Fazenda Luna (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 4- Fazenda Capim (\*\* Divisa Borebi/ Iaras)
- 5- Fazenda Santo Henrique
- 6- Fazenda São José (\* Não identificada a localização correta no município).
- 7- Fazenda Santa Izabel
- 8- Fazenda Geada
- 9- Fazenda Água do segredo
- 10- Fazenda Santa Rita de Cássia
- 11- Fazenda Espadilha
- 12- Fazenda Santo Antônio (\* Não identificada a localização correta no município).
- 13- Fazenda Jiboia (\* Não identificada a localização correta no município).
- 14- Fazenda Globo ou Sobar
- 15- Fazenda Aripa (\* Não identificada a localização correta no município).

Fonte: Produzido pelo autor baseado em mapa disponível em: [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao\\_municipal.html](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html). Acesso em 29/01/2018 e <https://www.google.com.br/maps/@-22.6256128,-47.9554795,8.13z>. Acesso em 01/04/2018.

Meu nome é Antônio Carlos Vaca, tenho 70 anos, cursei o Técnico em Contabilidade, sou formado em Pedagogia, Administração, Orientação e Supervisão escolar pela Faculdade de Marília: não tenho a data correta de quando me formei e sei que a faculdade recebeu outro nome.

Minha atuação como docente em escola rural foi no período de 1970 a 1980, com deslocamento em condução própria para as fazendas, local onde residia a maioria dos alunos, alguns vinham de propriedades rurais vizinhas. As escolas rurais em que atuei, não me recordo o ano, ficavam nas Fazendas Aripa<sup>1</sup> e Santo Antônio do Caçador<sup>2</sup>. A primeira funcionava em uma casa onde foram feitas algumas adaptações, a segunda era um cômodo grande onde foi organizada uma sala de aula. As aulas eram ministradas nestas escolas isoladas, sob a coordenação da Escola denominada Grupo Escolar “Esperança Oliveira”<sup>3</sup>, localizado em Lençóis Paulista<sup>4</sup>.

Eram alunos de baixa escolaridade e na mesma sala eram ministradas aulas para turmas de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. A merenda escolar era preparada pelo próprio professor, que inclusive, era encarregado da limpeza.

Durante as aulas me recordo que utilizávamos a Cartilha Caminho Suave<sup>5</sup>, materiais concretos como se utilizam hoje não havia. As atividades eram feitas nos cadernos e no livro didático que estivéssemos usando. Usávamos também o Flanelógrafo<sup>6</sup> e cartaz de prega<sup>7</sup>.

As estradas para chegar até a escola eram de terra e ficavam ainda mais intransitáveis por ocasião das chuvas. Em algumas oportunidades era preciso ir a cavalo ou de charrete.

Essa fase me proporcionou experiências profissionais que eram obtidas através do relacionamento com o pessoal da lavoura, com quem sempre mantive o diálogo e em nossas conversas e bate-papos eu tomava conhecimento dos desafios e dificuldades enfrentadas, havia um bom relacionamento com os pais.

---

<sup>1</sup> Fazenda localizada no município de Lençóis Paulista/SP, cuja atividade econômica era o cultivo de Cana-de-açúcar.

<sup>2</sup> Fazenda localizada no município de Borebi/SP. Anexo Recorte do Mapa 2, localização da fazenda Linha 5, Coluna B.

<sup>3</sup> Atualmente denominada EMEF Esperança Oliveira.

<sup>4</sup> Município brasileiro localizado no estado de São Paulo com população de 67 mil habitantes e extensão territorial de 810 Km<sup>2</sup>.

<sup>5</sup> Cartilha utilizada para Alfabetização de autoria de Branca Alves de Lima, sua primeira edição foi em 1948.

<sup>6</sup> Quadro de exibição; tipo de tábua que, revestida por flanela ou feltro, para exibir alguma coisa, muito usado por professores em suas aulas; quadro de feltro ou quadro de flanela. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/flanelografo>. Acesso em 02/09/2017.

<sup>7</sup> Cartaz dobrado em partes iguais onde eram colocadas imagens ou palavras para associação, também utilizado para atividades de Matemática.

No período de 1970 a 1980 no município de Borebi, já existia o Núcleo colonial Monção<sup>8</sup>, totalmente desabitado, não havia assentamentos pela reforma agrária. Neste período também não existia, nessa região, movimentos dos sem-terra ou assentamentos de famílias por posse de terras, não falávamos sobre estes assuntos em sala de aula.

Com a municipalização, o governo do estado de São Paulo enviou propostas para as prefeituras e em Borebi só havia Educação Infantil<sup>9</sup> que era de responsabilidade do município. Foi um desafio, pois com a proposta, os setores de educação e finanças de Borebi, os professores estaduais que atuavam no município, iniciaram um período de estudos e foram favoráveis a municipalização do ensino. Como naquele período havia poucos alunos de primeira à quarta série, optamos por municipalizar todo o Ensino Fundamental sendo de primeira a oitava série, hoje seria primeiro ao nono ano. Como também tínhamos a escola rural na Fazenda Turvinho II - EMEF (R)<sup>10</sup> e por falta de demanda de alunos, pois os trabalhadores que residiam no acampamento da fazenda foram embora do local, mudando-se para Lençóis Paulista. Então os poucos alunos que ficaram foram trazidos para a EMEF Iracema Leite e Silva<sup>11</sup>, juntamente com os alunos da cidade. A escola rural da fazenda Turvinho II foi desativada oficialmente no ano de 2005, conforme você pode observar nestes documentos<sup>12</sup>.

Por conta da municipalização houve o fechamento das escolas rurais, foi uma decisão do governo: transportar os alunos para a cidade a fim de lhes oportunizar melhores condições de aprendizado, tendo em vista que em cada sala eram ministradas aulas para somente uma turma e também pelo fato de não haver demanda de alunos. Tanto os alunos das escolas rurais como urbanas tinham interesse no aprendizado, os alunos das escolas urbanas apresentavam mais desenvolvimento, devido ao contato com meios de comunicação, já os da zona rural às vezes não tinham sequer energia elétrica.

Ao municipalizar a educação em Borebi, os alunos das fazendas se deslocavam a pé até a escola. Com o passar do tempo, foram conquistados o direito ao transporte escolar<sup>13</sup> e merenda de qualidade para todos os alunos. Nas escolas da cidade, aos alunos da zona rural eram oferecidas melhores condições de alimentação e recursos tecnológicos. É necessário

---

<sup>8</sup> Criado em 1909- 1910, com aquisição de imóveis rurais pelo Governo Federal, com o objetivo de possibilitar a colonização de imigrantes. Neste período foram reunidos 40 mil hectares na região de Borebi/SP. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/terras-publicas-do-nucleo-colonial-moncao-serao-transferidas-ao-incrasp>. Acesso em 02/09/2017.

<sup>9</sup> Modalidade de ensino, segundo a LDBEN 9394/1996.

<sup>10</sup> Escola Municipal de Ensino Fundamental (Rural).

<sup>11</sup> Escola localizada no município de Borebi/SP.

<sup>12</sup> Documentos que apontam o fechamento da escola rural da Fazenda Turvinho II, no Anexo.

<sup>13</sup> Lei 10.880 de 09 de junho de 2004- Institui o Programa Nacional de Apoio ao transporte escolar.

exigir mais dos alunos, obrigando-os a ler e escrever corretamente durante o período do Ensino Fundamental. Alunos de 3º e 4º anos muitos deles não sabem ler ou escrever corretamente, isso ainda precisa ser muito trabalhado.

Como venho exercendo cargo de prefeito municipal observo a educação dos nossos cidadãos e futuros profissionais como algo fundamental em minha gestão. Sem educação de qualidade não podemos transformar, construir e progredir nas diferentes áreas de atuação profissional e social.



## CAPITULO 3

**Esta história entrou por uma porta**

**E saiu pela outra,**

**Quem quiser que conte outra...**

Ao longo da realização das entrevistas e das etapas de textualizações, fomos fazendo leituras e anotações a respeito da legislação educacional e da educação rural. Produzimos alguns textos nos quais trouxemos algumas informações que envolviam essas temáticas: *Legislação para a educação do campo; INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e sua relação com o MST- Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra; A educação do campo*. No entanto, com o exame de qualificação, aceitamos o desafio de buscarmos vincular informações e reflexões desses textos aos textos analíticos que havíamos produzido a partir das narrativas dos professores que atuaram em escolas rurais de Borebi nas cercanias dos anos 1980.

Vale destacar que muitas das nossas leituras sobre educação das populações rurais ocorreram a partir de autores que discutem a educação no campo – um movimento que ganhou força a partir dos anos 1990, mas que nos foram fundamentais, especialmente quando promoviam problematizações relativas a períodos anteriores e para pensarmos sobre o que seria uma proposta de educação no campo. Em relação às leituras que envolveram legislações, intencionamos compreender como era tratada, nelas, a questão da educação rural, uma vez que o período que tematizamos envolve mudanças importantes na legislação educacional - as quais nem sempre foram tematizadas pelos professores depoentes.

Mas, como começar a elaboração desse texto analítico? Já tínhamos várias questões disparadas pelas narrativas, uma vez que desejamos compor uma nova narrativa e já tínhamos mais clareza do cenário das escolas rurais da região de Borebi da década de 1980 e suas proximidades, estávamos mais atentas à questão dos assentamentos de reforma agrária e das atividades do Movimento dos Sem Terra na região, se sobressaia a questão da precariedade de estrutura física e de materiais nessas escolas, já estávamos atentas a diferentes modos do como o professor de escola rural se percebia, já destacávamos as escolas rurais como espaços formativos e também marginais no sistema educacional, percebíamos a questão da municipalização e da urbanização do ensino, percebíamos que muitos dos avanços relativos ao debate e políticas de educação no/do/para o campo já em efervescência na década de 1990 não se manifestavam nas entrevistas e que, por outro lado, garantias legais de igualdade de

oportunidades de escolarização para as populações rurais nem sempre garantiam igualdade de condições – sendo a igualdade de oportunidades uma quimera.

Começemos assim... Compusemos um texto cujo fluxo se dá a partir da construção de um cenário das cercanias dos anos 1980, passando pelas discussões relativas à urbanização da escola – consequências dos processos de municipalização e fechamento de escolas rurais na região e, vai se encaminhando, mais especificamente, para o tema formação de professores – considerando o contexto das escolas multisseriadas e a mobilização de livros didáticos nas escolas rurais. Essa divisão nos auxilia na composição da narrativa, no entanto, pela própria narrativa é visível a trama desses temas.

### **3.1 Sobre as cercanias dos anos 1980: compondo um cenário**

As narrativas dos professores que atuaram em escolas rurais nos ajudam a constituir um cenário dessas escolas na região de Borebi nos anos 1980 e proximidades – cenário fundamental para que possamos discutir essas escolas como espaços formativos. Mas, como percebemos esse cenário composto com um cenário mais amplo do país?

O país entra nos anos 1980 sob controle do Regime Militar que já durava mais de 15 anos, sendo os 10 primeiros anos os de maior endurecimento, com ações brutais e repressivas contra movimentos sociais, de trabalhadores e estudantes, impondo Atos Institucionais que possibilitaram suspensão de eleições e de direitos políticos, institucionalizando o Regime e ampliando seus poderes.

A política educacional desse período militar, conforme apontam Paulino e Pereira (2006), era uma forma de assegurar a dominação do processo de acumulação de capital. “A intervenção do Governo militar na educação será abordada como uma inferência estatal que atingiu de formas díspares todas as classes sociais, e não, como uma política de assistência destinada às camadas populares tal qual era o sentido que os militares queriam fazer transparecer”. (p. 1944).

Assim,

(...) os militares utilizaram a política educacional como estratégia de hegemonia, por outro deixaram de fornecer a escolarização e qualificação dos trabalhadores necessários ao Estado capitalista, privilegiando a classe elitizada em detrimento das classes populares sofredoras da exclusão social”. (PAULINO E PEREIRA, 2006, P. 1945).

Os militares dominavam o Estado, privando a classe trabalhadora de suas necessidades e fortalecendo sua identidade enquanto governantes e detentores do poder, visto

que o objetivo era aperfeiçoar a mão de obra para expansão do capitalismo. Neste sentido, Paulino e Pereira (2006, p. 1944) afirmam:

O Regime Militar procurou divulgar um discurso de exaltação e valorização da educação, dizendo-a como uma via direta para se atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte. Porém, deve-se ressaltar o fato de ter sido o Aparelho Educacional um meio, ou melhor, um instrumento utilizado pelos militares para atender a real finalidade de obtenção de consenso numa estratégia de luta pela hegemonia.

Havia, nesse período, uma preocupação em manter sob controle pelos militares professores e alunos, os quais eram monitorados em suas condutas e expulsos, se necessário, baseando-se na ideologia da Segurança Nacional, acusando-os de praticarem atos subversivos. Muitos estudantes, professores e intelectuais acabaram se exilando em outros países. “Educadores envolvidos com a educação popular e lideranças foram perseguidos e exilados, as universidades sofreram intervenções”. (FREITAS, 2011, p. 38).

A abertura política vai ocorrendo aos poucos, controlada pelo Regime, mas sob grande influência e pressão dos movimentos de oposição, que mesmo reprimidos não desapareceram. Em 1984 tivemos, por eleição indireta, a indicação do primeiro presidente, Tancredo Neves – que veio a falecer antes de sua posse – tendo assumido como presidente, seu vice, José Sarney. Por eleições diretas, em 1989, foi eleito presidente, Fernando Collor de Melo, assumindo o governo em 1990. É nesse cenário no qual os professores que entrevistamos estudaram, se tornaram professores cursando o Magistério ou Pedagogia e iniciaram e desenvolveram suas carreiras.

Com o fim da Ditadura Militar, os movimentos sociais intensificaram suas articulações a fim de entrar no cenário educacional para constituir uma teoria pedagógica fundamentada na Educação do campo. Janata e Anhaia (2015, p. 02) ressaltam:

No contexto do campo, como de todo o país, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 houve uma reascensão dos movimentos sociais, com o fortalecimento da organização dos trabalhadores do campo e de suas lutas, tendo como consequência a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Freitas (2011) destaca que dentre esses movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra- MST apresentou preocupações com a educação nos assentamentos e acampamentos rurais. O MST é um dos movimentos mais ativos na região de Borebi-SP, tendo, junto a outros movimentos como a Pastoral da Terra, a Frente Nacional de Luta Campo

e Cidade (FNL), a Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FAF), a Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp) e lideranças de comunidades quilombolas, disparado e acompanhado processos de reforma agrária na região de Borebi<sup>1</sup>. Dessa forma, Medeiros (2012, p. 449) destaca que:

O objetivo da Reforma Agrária era, segundo essa lei, a gradual extinção de minifúndios e latifúndios, considerados fontes de tensão social no campo. Já a empresa, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de imóvel e de uso da terra. O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação (prevista somente em casos de existência de tensão social), a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção.

Dessa forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi criado a partir do Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970 a fim de substituir o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária- IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA e o Grupo Executivo da Reforma Agrária- GERA -, que foram extintos. O Incra está implantado em todo o país, cujo objetivo principal é executar a reforma agrária e ordenamento fundiário em todo território nacional. A luta pela terra no Brasil é histórica e marcou a vida de muitos trabalhadores desde a escravidão e a imigração, sendo que a luta de camponeses contra o capitalismo possibilitou a formação de movimentos sociais.

Quanto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), é um movimento nacional que provocou o renascimento dos movimentos camponeses, que no período da ditadura militar (1964- 1985) quase todos haviam sido reprimidos. (FERNANDES, 2012).

Neste sentido Rosa (2012, p. 514) aponta, acerca da Reforma Agrária, que:

Apesar dos diversos planos de Reforma Agrária criados pelos governos estaduais e nacional ao longo dos últimos quarenta anos, as ocupações foram e continuam sendo, na prática, a única forma de o Estado identificar que uma terra não cumpre sua função social.

As diretrizes que subsidiam a implantação da Reforma Agrária apontam para a democratização do acesso à terra, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, a participação social reafirmando a legalidade e contribuindo para o fortalecimento da sociedade, a fiscalização da função social viabilizando a capacitação dos assentados para a produção agroecológica, a qualificação dos assentamentos com acesso a infraestrutura básica

---

<sup>1</sup> Ver mais informações em: <http://www.incra.gov.br/noticias/incrasp-apresenta-em-audiencia-publica-acoes-para-obtencao-de-terras-na-regiao-de-bauru>.

e assessoria técnica e social articulada a políticas públicas e a intitulação dos territórios quilombolas. (INCRA, 1970).

No início do século XXI, o MST passou a defender uma nova proposta de Reforma Agrária que definiu como Reforma Agrária Popular. No atual estágio do capitalismo, a agricultura se transformou num dos sistemas que formam o agronegócio. A agricultura é parte do conjunto de sistemas formados, principalmente, pelo capital financeiro, que controlam também sistemas industriais, tecnológicos, mercantis e ideológicos, como a grande mídia corporativa. Nesse contexto, a Reforma Agrária precisa extrapolar a simples distribuição de terra concebida pela Reforma Agrária clássica. É preciso um programa de mudanças que inclua a reestruturação da produção, das técnicas e das escalas para garantir a soberania alimentar. Para isso, a Reforma Agrária Popular deverá organizar agroindústrias cooperativas, mudar a matriz tecnológica de produção para a agroecologia, democratizar o acesso à educação em todos os níveis e priorizar a produção de alimentos saudáveis. (FERNANDES, 2012, p. 501).

Garcia (2012) ressalta que, no Brasil, muitos questionamentos já foram levantados acerca da ocupação de terras improdutivas ou de imóveis públicos pertencentes direta ou indiretamente à política da Reforma Agrária e dos diversos acampamentos em busca da desapropriação de áreas rurais. “O Brasil sempre se caracterizou pela grande concentração de riqueza. E, historicamente, boa parte desta riqueza esteve representada pela terra”. (GARCIA, 2012, p. 460.)

O município de Borebi-SP conta com assentamentos contemplados pelo Incra. Nos assentamentos, os beneficiados com lotes, através do trabalho rural devem habitar e providenciar meios de iniciar sua produção agrícola para o sustento de sua família. Também podem contar com créditos, assistência técnica e infraestrutura para o desenvolvimento nos assentamentos. Os lotes e suas respectivas escrituras ficam sob a responsabilidade do Incra, assim, as famílias não podem vender, doar ou arrendar as terras.

Fernandes (2012, p. 498) destaca que:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

Os assentamentos configuram-se em espaços onde os indivíduos podem em suas propriedades rurais iniciar atividades de agricultura familiar. Leite (2005, p. 113) destaca:

Os assentamentos assumem, então, configurações distintas – coletivos/individuais; agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/em agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais/ federais; com poucas/muitas famílias; organizados e/ou politicamente representados por associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais, etc. –, mas significarão sempre, malgrado as precariedades que ainda caracterizam número expressivo de projetos, um ponto de chegada e um ponto de partida na trajetória das famílias beneficiadas/ assentadas.

No município de Borebi-SP, os assentamentos estão organizados por lotes e embora a luta pela terra configure-se na bandeira dos envolvidos no MST e outros movimentos, os assentamentos ainda são muito precários, com infraestrutura inadequada para as famílias se estabelecerem e não há escolas. Os alunos deslocam-se até a cidade para estudar, tendo que percorrer longas distâncias para ter acesso a escolaridade básica. Dessa forma, a luta não é apenas pela terra, mas pelo direito à cidadania. Neste sentido, Neto (2009, P. 04) afirma que: “O MST luta também por uma educação destinada exclusivamente ao homem do campo, acreditando que essa educação poderia ser capaz de fixar o homem à terra, fazendo aí apologia de uma forma de ruralismo pedagógico”.

Com a promulgação, em 1988, da nova Constituição Brasileira<sup>2</sup> (BRASIL, 1988), que assegura a igualdade de acesso e permanência na escola, reafirmando o direito de todos os brasileiros à educação, a educação do campo é incluída como uma modalidade educacional – na Constituição de 1934<sup>3</sup> (BRASIL, 1934) já se destacava a necessidade de fixar o homem no campo, cuidando de sua educação, fixando reserva do valor destinado à Educação para o ensino nas zonas rurais. Na nova Constituição é dado maior destaque aos profissionais do Magistério, com plano de carreira, piso salarial e ingresso via concurso público, indica a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em 1991, com o objetivo de profissionalizar, integrar e melhorar a condição de vida do homem do campo e são tratadas questões relativas à reforma agrária.

Esses aspectos também compõem o cenário de Borebi: no ano de 1985 foi instalado o Assentamento Rural Zumbi dos Palmares na região e que em 1991 passou a ser o município de Iaras-SP.

/.../ o projeto de assentamento Zumbi dos Palmares tem sua história relacionada aos projetos de colonização de 1910, quando o Governo Federal comprou terras na região e implantou o Núcleo Colonial Monções, para que

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 17/09/2017.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 17/09/2017.

imigrantes europeus pudessem viver de sua produção agrícola em lotes individuais. Separado por uma área que havia sido doada ao Governo do Estado de São Paulo, foram parceladas outras duas. A parte sul da ocupação se desenvolveu tornando-se, em 1921, distrito de Santa Bárbara; em 1990 adquiriu autonomia política e administrativa. A parte norte, minguou e, aos pouco, os lotes foram sendo ocupados por posseiros.

Esquecido pela União, o imóvel foi sendo apossado e loteado por particulares, chegando mesmo a ser dividido em municipalidades e urbanizado. Iaras é um município resultante dessa fragmentação. Só na década de 1990 a União Federal, através do INCRA, começou a interpor ações judiciais para retomada progressiva de glebas da Fazenda Capivara, imóvel parte do Núcleo original. À medida que a União apresenta títulos que comprovam domínio anterior ao do posseiro atual, a posse é dada ao INCRA /.../.

Esses temas são abordados por nossos depoentes. A professora Marisa, trata sobre suas desconfianças em relação às atividades do MST e do como tem sido lento o processo de reforma agrária na região e das precariedades dos Acampamentos. Já a professora Aparecida não ouvia nada sobre esses temas e nem percebia a existência de conflitos na região, o que também é narrado pelo professor Antônio. Para ele, no período de 1970 a 1980, quando atuava em escolas rurais da região de Borebi, havia o Núcleo Colonial Monção, mas ainda não se falava em reforma agrária e não havia a presença do MST na região. Para a professora Marilene, o contato era com estudantes do Acampamento de prestadores de serviço para uma grande empresa da região que cultivava eucaliptos.

Essas diferentes percepções sobre a região e seus conflitos são elementos raros para as contribuições que desejamos dar à História da Educação (Matemática): o pensar sobre a escola e suas relações com o seu lugar. A escola como um santuário, um território neutro ou a escola como um território de contradições e problematização dessas contradições.

Por outro lado, na década de 1990 (...) “a educação passou a ser orientada por políticas neoliberais tendo os organismos internacionais como os principais responsáveis por garantir que as metas e objetivos propostos fossem executados”. (JANATA e ANHAIA, 2015, p. 04). Surgem também neste período, alguns programas como Amigos da escola<sup>4</sup>, Adote um aluno<sup>5</sup> e Alfabetização Solidária<sup>6</sup> que, apoiados por setores da burguesia e da mídia

---

<sup>4</sup> Projeto idealizado pela Rede Globo, que incentiva o voluntariado nas escolas, com o objetivo de melhorar as condições nas escolas públicas. Através da mobilização por meio da mídia, a comunidade se integra à escola. A ideia é que cada voluntário possa colaborar como puder. As iniciativas são divulgadas com a intenção de multiplicar as ações dos voluntários. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/amigos-da-escola/>. Acesso em 16/01/2018.

<sup>5</sup> Criado em 1999 para atender aos brasileiros residentes nas capitais e regiões metropolitanas que não tiveram oportunidade de aprender a ler e a escrever. De abrangência nacional, a Campanha Adote um Aluno tem sua renda revertida integralmente para o Projeto Grandes Centros Urbanos - PGCU. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI62384,61044-Campanha+Adote+um+Aluno+2008>. Acesso em : 16/01/2018.

nacional, ganhou força e incentivo, ao mesmo tempo em que retirava a responsabilidade do Estado. (SANTOS, MELO e LUCIMI, 2012). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs, são elaborados e já abordavam a educação do campo, porém, ainda carente de políticas públicas que efetivassem e assegurassem a equidade educacional.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, ART. 28), as escolas rurais devem oferecer condições básicas para a oferta do ensino nestas localidades:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Neste viés, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi criado o Programa Escola Ativa, que segundo Freitas (2011) foi uma estratégia metodológica destinada às salas multisseriadas ou pequenas escolas de difícil acesso, que contou com a parceria de universidades federais e secretarias de educação, expandindo para cerca de 3.100 municípios. Freitas (2011, p. 46), pontua que:

Faz-se necessário, porém, que esses projetos e programas destinados ao meio rural sejam incorporados como políticas públicas de Educação do Campo, garantindo a permanência e a ampliação das propostas e permitindo o acesso dos diferentes povos do campo a uma educação de qualidade. É imprescindível, também, garantir a presença dos movimentos sociais do campo na elaboração e execução desses programas governamentais. Sem essa presença, corre-se o risco de que estes percam a especificidade da Educação do Campo.

Embora marcada por diversas lutas, a educação do campo, na atualidade, ainda trava uma batalha para a efetivação de políticas públicas que garantam seus direitos estabelecidos legalmente e embora a legislação garantisse esses direitos, na prática as reais necessidades se

---

<sup>6</sup> Criado em 1997, o projeto ganhou status de Organização Não- Governamental pela primeira dama Ruth Cardoso. Em seis anos de existência, o programa multiplicou seus números: em 1997, atendia 9,2 mil alunos, em 38 municípios das regiões Norte e Nordeste. Naquela época, contava com o apoio de 11 empresas parceiras, 442 alfabetizadores e 38 universidades envolvidas. A realidade que encerrou o ano de 2002 já foi bem diferente: o Alfabetização Solidária alcançou a marca de 3,8 milhões de alunos atendidos, nos 2.010 municípios onde atua. O programa se desenvolve com o apoio de 110 empresas parceiras e 204 universidades, que já capacitaram 150 mil alfabetizadores. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/noticias/caminho-das-letras/>. Acesso em: 16/01/2018.



concentravam em outros aspectos, pois não bastava apenas criar programas ou projetos para o atendimento educacional nas áreas rurais, é preciso pensar na formação docente para atuar nesses espaços.

Tais conquistas não pudemos perceber na região de Borebi no período tematizado. Data do ano de 2015 a instalação de uma escola no Assentamento Zumbi dos Palmares, que está localizada no município de Iaras, sendo que as escolas rurais de Borebi foram fechadas no início dos anos 2000, quando se intensificou o processo de municipalização do ensino no Estado de São Paulo. Sobre esse aspecto específico do cenário que estamos compondo, trataremos a seguir.

### **3.2 A municipalização e a urbanização do ensino em Borebi**

*O menino da escola rural não é um estudante no sentido em que a educação burguesa imagina “a criança que estuda”. Ele é um trabalhador prematuro que divide no trabalho da escola, uma vida de trabalho. (BRANDÃO, 1984, p. 245- 246).*

O projeto de municipalização do ensino no Estado de São Paulo teve suas ações intensificadas na década de 1980. Os impactos desse projeto no que diz respeito ao fechamento de escolas rurais deve ser compreendido junto a outras ações governamentais estaduais e federais, já a partir da década de 1970 e que se intensificam na década de 1980 no Estado de São Paulo, como a nucleação ou agrupamento de escolas rurais multisseriadas e a reestruturação do ensino, que dividiu, em 1996, o ensino fundamental em ciclos até a 4ª série e outro da 5ª série em diante - uma preparação para implantar a municipalização (MARRAFON, 2016).

A nucleação, no Estado de São Paulo deu-se, basicamente, com a criação de escolas agrupadas, para as quais, em média, eram transferidos alunos de mais de 4 escolas rurais diferentes. Vasconcelos (1993) e Marrafon (2016) aprofundam essa temática em seus estudos, problematizando as consequências desse projeto, como o aumento das distâncias a serem percorridas pelos alunos, a desvinculação da escola com as comunidades e, ao mesmo tempo, a possibilidade, em alguns poucos casos, de oferecimento de escolarização até a 6ª série em zonas rurais paulistas. Marrafon (2016) destaca que entre 1988 e 1990 reduziu-se cerca de 9.500 escolas rurais paulista para cerca de 3.600. Nossos entrevistados não tematizaram tanto o fechamento de escolas rurais estaduais, mas sim o fechamento de salas de aulas urbanas, o que em geral, gerava uma movimentação e realocação de professores de escolas urbanas para rurais e com isso, outra movimentação de professores de escolas rurais ou mesmo a perda do

vínculo com a escola. A professora Maria Célia destacou que antes dela ingressar como professora havia 22 escolas rurais na região de Borebi, quando começou a lecionar, em 1992, havia 19, e, posteriormente, havia cerca de 8 apenas.

Desde 1995, o governo do estado de São Paulo, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, debateu com os municípios a necessidade de municipalização do Ensino Fundamental<sup>7</sup>. Com isso, segundo o governo do Estado, com distribuição adequada de responsabilidades entre estado e município, promover-se-ia a melhoria e equidade do ensino público fundamental – questão com a qual o professor Antônio concorda. Assim, foi elaborado o Decreto nº 40.673 de 16 de fevereiro de 1996<sup>8</sup>, que institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado- Município para atendimento do Ensino Fundamental e, com a Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996<sup>9</sup>, foi criado o Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério- Fundef, ao qual vários municípios aderiram.

Mas esse foi um movimento no país todo, como Janata e Anhaia (2015, p. 02) ressaltam:

A partir de 1990 ocorreu uma nova reconfiguração econômica no Brasil, incidindo em uma reestruturação da organização administrativa educacional, com a municipalização do ensino, sobretudo dos anos iniciais, entre outros aspectos. Foi um período marcado pelas consequências do fim da ditadura militar (1984), concomitante a adoção das políticas neoliberais.

O processo de municipalização do ensino (já que esse projeto envolveu outros aspectos como a merenda e transporte escolar, por exemplo), no Estado de São Paulo, teve início com o Ensino Fundamental, porém os municípios não eram obrigados a municipalizar a rede de educação, mas a redistribuição dos recursos ficou vinculados a isso. Segundo Oliveira (2009, p. 3233):

O Governo não obriga o Município a Municipalizar a sua Rede de Educação, mas a retenção dos recursos do Fundef (Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério) só é destinada ao responsável pelo Ensino Fundamental no Município, seja o próprio Município ou o Estado. Esta foi a estratégia usada pelo Governo Estadual

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/programa-de-municipalizacao-do-ensino-une-estado-e-municipios/>. Acesso em 11/Jan/2018.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/173039/decreto-40673-96>. Acesso em 11/Jan/2018.

<sup>9</sup> Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996, modifica os artigos 34, 208, 211, 212 da Constituição e altera a redação do artigo 60 do Ato das Disposições constitucionais transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm). Acesso em 11/Jan/2018.

para atrair o interesse de Prefeitos a assumirem o compromisso: a liberação recursos.

Conforme é apontado por Oliveira (2009) os recursos do Fundef eram repassados os municípios e deveriam ser aplicados a oferta do Ensino Fundamental conforme o número de alunos matriculados no ano anterior. Posteriormente, em 2006, o Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundeb), que seria responsável financeiramente pela Educação Básica, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Profissionalizante, Educação do Campo e Educação Especial. “A União interfere nesta redistribuição, pois em janeiro de cada ano, ela decreta o valor de investimento mínimo por aluno e o estado que tiver um valor abaixo do estabelecido, recebe um complemento para alcançar este valor nacional mínimo por aluno”. (OLIVEIRA, 2009, p. 3234).

O processo de municipalização da Educação Básica buscou reorganizar as redes de ensino, possibilitando autonomia administrativa dos recursos aos municípios com maior participação nas decisões e necessidades locais. A Secretaria de Educação do município de Borebi, vinculada a Diretoria de ensino de Jaú, Estado de São Paulo, em virtude do número de alunos atendidos, observou que se tornava viável a municipalização, proporcionando focar as necessidades de atendimento educacional da população local.

Atendendo a proposta da LDBEN 9394/1996, o Sistema Municipal de Ensino de Borebi, aderiu à proposta de municipalização através da Lei Municipal nº128 de 25 de outubro de 1999<sup>10</sup>, quando foi instituída a municipalização da Educação Infantil e Ensino Fundamental. O professor Antônio destaca que Borebi optou por municipalizar todo o Ensino Fundamental, o que levou à transformação da escola estadual, urbana, EEPG Professora Iracema Leite e Silva em uma escola municipal, EMEF Iracema Leite e Silva, mantendo-se a escola no mesmo prédio.

Com a municipalização da educação, Borebi/SP passou a atender 120 alunos na Educação Infantil e na Creche, 420 alunos no Ensino Fundamental 1º ao 9º ano, nos períodos diurno e vespertino, tanto que residem na área rural quanto na urbana. Já na Modalidade Ensino Médio, os estudos estão sendo realizados pela Secretaria de Educação juntamente com a Diretoria de Ensino de Jaú para uma possível municipalização, visto que atualmente (2017)

---

<sup>10</sup> Lei municipal que institui o Sistema Municipal de Ensino Fundamental e dá outras providências (Anexo).

o Ensino Médio é atendido pela EE Iracema Leite e Silva, com um total de 120 alunos no período noturno.

A Secretaria de Educação do município atende em parceria com a Assistência Social alunos do 1º ao 5º ano, com o Projeto Espaço Amigo, no contra turno, onde alunos em situação vulnerável e de risco social permanecem em período integral e participam de atividades extracurriculares com oficinas pedagógicas que possibilitam a integração entre criança, escola e comunidade. Através deste projeto, são oferecidas atividades complementares como: Práticas artísticas e culturais; Práticas esportivas, Oficinas de Estudos, Desenvolvimento humano, Empreendedorismo, Inglês e Informática. Essa expansão das aulas no contra turno, é oferecida de forma optativa aos pais e alunos, visto que possibilita o enriquecimento do currículo base. Dessa forma, os alunos provenientes das áreas rurais também podem participar das atividades oferecidas, pois há disponibilidade de transporte para todos.

A escola rural da Fazenda Turvinho II, já municipalizada em 1999 e passando a ser vinculada à escola municipal urbana, foi extinta em 02 de fevereiro de 2005<sup>11</sup>, devido à demanda discente ter diminuído consideravelmente. Os alunos que eram atendidos nessa unidade escolar passaram a ser transportados diariamente para a escola urbana, em uma tendência nacional, conforme apontam Locks, Graupe e Pereira (2015, p. 145): “Na década de 1990, disseminou-se por todo o País o transporte escolar, quando escolas rurais foram fechadas, nucleadas ou estudantes foram transportados de seu meio rural para centros urbanos”. O professor Antônio narra, que no caso de Borebi, o direito ao transporte escolar só se dá a partir de 2004, bem depois da municipalização do ensino – o que demandava que estudantes de escolas rurais, municipais ou estaduais, fechadas nesse período, se deslocassem a pé até escolas urbanas.

Como nos anos 1980 muitas das escolas rurais, nas quais nossos depoentes atuavam, estavam instaladas em fazendas que pertenciam a mais de um município, como Agudos, Iaras e Borebi, e como as escolas rurais nem sempre estavam vinculadas a escolas urbanas do mesmo município, o processo de municipalização foi ocorrendo gradativamente nos municípios.

A escola rural da Fazenda Turvinho II foi municipalizada e prosseguiu funcionando, seu fechamento conforme já mencionamos, foi devido ao término do acampamento de trabalhadores da fazenda, assim os moradores tiveram que se deslocar com suas famílias,

---

<sup>11</sup> Lei 225/2005, revoga o Inciso II da Lei municipal 128/99.

reduzindo consideravelmente o número de alunos. Neste sentido não era viável para a prefeitura manter uma escola rural com poucos alunos e a alternativa foi transportá-los para a escola urbana.

Em Borebi apenas a escola rural da Fazenda Turvinho II estava vinculada a escola estadual do próprio município. A escola rural da Fazenda Caçador, embora estivesse localizada no município de Borebi, era vinculada a EE Padre João Batista de Aquino, no município de Agudos por ser mais próxima deste, conforme é apontado por Maria Célia, que também foi fechada no período de municipalização. Observamos que as escolas rurais da região de Borebi, não necessariamente eram vinculadas ao município de localização, mas ao município mais próximo das fazendas. Há, portanto, uma parceria dos municípios que disponibilizavam o transporte escolar dos alunos para estudarem em outro, por ser mais próxima a escola urbana.

Nesse contexto dos anos 1990 em diante escolas rurais são fechadas, mesmo antes de terem sido municipalizadas, com justificativas de economia para a implementação da medida. O professor Antônio nos conta que esse fechamento foi uma decisão do Governo, visando melhorar o aprendizado e porque a demanda, no caso da escola da Fazenda Turvinho II, que era a única escola rural municipalizada, havia diminuído, uma vez que as famílias haviam mudado para a cidade.

Muitas foram as consequências do fechamento de escolas rurais estaduais ou municipais: diminuição das salas de aulas para professores, aumento das distâncias a serem percorridas, afastamento da escola das comunidades rurais, possibilidade de economia para os governos estaduais e municipais, agrupamento de alunos urbanos e rurais etc. Afinal, é melhor manter escolas rurais ou possibilitar que os estudantes rurais tenham outros acessos que nas escolas rurais não tinham, como sala separadas por séries, mais acessos a materiais, convívio com mais alunos e professores?

Garnica e Salandim (2003), que estudaram a formação de professores em escolas paulistas dos anos 1960, destacam:

Mesmo diante dessas várias dificuldades e lacunas, os alunos rurais que continuaram seus estudos avaliam sua formação como adequada. Mas o fato de alguns terem superado as desigualdades de condições colocadas no início de sua formação oculta que o não oferecimento de escolas em “condições iguais” aos estudantes rurais é fator determinante para a não continuidade dos estudos. Não se trata de considerar o ruralista “como ruralista”, doce selvagem que sempre deve manter seu lugar numa hierarquia na qual ocupa uma posição de desprestígio, nem de impedir seu acesso à informação ou ao conhecimento. O projeto adequado à escola rural está para ser pensado, mas,

se criadas condições de igualdade, perceber-se-á que a manutenção do homem no campo não implica desqualificação de seu fazer e de sua identidade. E com o discurso da igualdade de oportunidades, resta a eles almejar tais “posições urbanas”, das quais uma “melhora” nas condições de vida parece ser, a julgar pelos depoimentos, decorrência natural. (. 61-62)

Os debates sobre projetos de escolas rurais são intensificados, principalmente a partir da década de 1990, tanto pelos movimentos sociais quanto nas pesquisas acadêmicas. Nogueira e Nogueira (2002) apontam que a escola deveria ser a principal via de acesso à educação, garantindo o princípio de igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Porém, na verdade o que podemos identificar são as desigualdades sociais e a escola como principal reprodutora e fortalecedora de tais desigualdades. As escolas rurais estão sendo excluídas como um direito das populações camponesas que acabam se deslocando para a escola urbanizada em busca de seu direito à cidadania. O sistema se preocupou em ampliar o transporte dos estudantes da área rural, a escola por sua vez deve possibilitar uma adequação do currículo escolar à realidade do campo, com calendário específico às peculiaridades rurais.

Notemos que a noção de urbanização da escola rural não se revela apenas quando do fechamento dessas escolas e deslocamento dos estudantes para escolas urbanas.

Essas situações revelaram a contribuição do sistema escolar no processo de urbanização da sociedade rural. Quando se pensava estar dando condições de compartilhar o conhecimento até então sistematizado, acabava-se inculcando valores urbanos como melhores que os rurais, estes muitas vezes desconsiderados em relação àqueles. Percebe-se a valorização de profissões urbanas em detrimento de profissões rurais. Poucos depoentes demonstraram tentativas de, embora cumprindo o “programa”, vincular os conhecimentos rurais ao trabalho escolar. (GARNICA, MARTINS, 2006, p. 45)

A escola acaba urbanizando a educação do camponês, apresentando-lhe conhecimentos descontextualizados. “Uma educação rural urbanóide que abriga em seu escopo o conceito de campo como lugar do atraso ou do subdesenvolvimento, enquanto a cidade é vista como lugar do moderno e do desenvolvimento.” (LOCKS, GRAUPE e PEREIRA, 2015, p. 140). Porém, conforme Molina, Montenegro e Oliveira (2009, p. 25) afirmam, a educação do campo poderá:

(...) ser uma das protagonistas na criação de condições que contribuam para a promoção do desenvolvimento das comunidades camponesas a partir das concepções sobre as possibilidades de atuação das instituições educativas na perspectiva contra-hegemônica, além das funções tradicionalmente reservadas à escola, de socialização das novas gerações e de transmissão de conhecimentos. Para isso, faz-se necessário que se promovam no seu interior

importantes transformações, tal como já vem ocorrendo em muitas escolas no território rural brasileiro, que contam com o protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de seus projetos educativos e na sua forma de organizar o trabalho pedagógico.

É necessário que haja a transformação da escola, mas sem desconsiderar sua finalidade educativa, o que provavelmente nos remeterá as desigualdades e aos esforços da população do campo em fazer seus direitos serem respeitados, colocando desafios à escola do campo. O fechamento das escolas rurais contribui com o êxodo rural, a falta de investimentos, infraestrutura inadequada, falta de professores entre outros fatores corroboram para o fracasso escolar e elevam os índices de evasão implicando para a desvalorização da educação do campo.

A educação do campo configurou-se num espaço de luta pela igualdade de oportunidades, assim, pensar uma proposta para a educação da população campesina, é vincular-se aos processos sociais, transformando a experiência social em produção de conhecimento, atrelado às causas e lutas dos movimentos sociais. Essa concepção reforça o reconhecimento de sujeitos que produzem uma cultura com suas particularidades, mas que são vitimados pela cultura dominante. A escola precisa repensar sua função, ação e como poderia reduzir ou diminuir as desigualdades sociais, também deixando de assumir papéis de outras instituições sociais.

Os movimentos sociais do campo travam uma luta que não é recente e seus direitos precisam ser reconhecidos com políticas públicas que garantam educação pública, gratuita e de qualidade. É preciso reivindicar pelo reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo com uma formação diferenciada para os professores, atentar-se para a organização escolar, adequação do currículo às peculiaridades locais, uso de práticas pedagógicas contextualizadas às necessidades dos alunos, gestão participativa e democrática, desenvolvimento sustentável e o acesso a bens econômicos, sociais e culturais.

Tentando atender às necessidades educacionais das famílias atendidas pelo Incra nos processos de reforma agrária, foi instituída a Educação do campo como modalidade de ensino através do Decreto 7.352/2010, que estabelece o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA (2010), que define os princípios e desenvolvimento da educação do campo quanto às políticas educacionais. O Pronera possui caráter participativo em seu funcionamento o que o difere de outras políticas públicas para a educação e está ligado ao Incra por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais formais aos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária-

PNRA, do Crédito Fundiário e de projetos de órgão federados reconhecidos pelo Inca. “Fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos educacionais, com a visão de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável são objetivos do PRONERA”. (BRASIL, 2016, p. 09). Os beneficiários do Pronera são jovens e adultos do Crédito Fundiário, alunos de cursos de especialização em Residência Agrária e Educação do Campo, alunos egressos da graduação e professores dos assentamentos. O programa também conta com a parceria com instituições de ensino, pesquisa e extensão públicas ou privadas sem fins lucrativos. Dessa forma, Oliveira, Sales e Diniz (2017, p. 109) apontam:

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como forma de garantir a formação dos camponeses e fazerem deles mesmos, os educadores e educadoras de que o campo precisa. Neste sentido, o PRONERA é fruto de discussões sobre a necessidade de se pensar a educação para o campo, nas áreas de Assentamentos de Reforma Agrária.

Cabe ressaltar que este programa, além de oportunizar formação aos indivíduos dentro do espaço em que vivem, utiliza-se de uma metodologia denominada Pedagogia de Alternância que visa propiciar a formação do indivíduo levando-o a reflexão sobre suas experiências, que são organizadas a fim de promover um trabalho educativo integrando estudo e espaços de vivência onde podem aplicar ou confrontar as experiências. (OLIVEIRA, SALES, DINIZ, 2017). “A vida é um dos princípios da Pedagogia da Alternância, trazendo nos seus planejamentos a preocupação com a equidade, o fortalecido como espaço de discussão e de experiências de diversas práticas educacionais”. (BERNARDI, PELINSON, SANTIN, 2014, p. 126).

Dessa forma, Neto (2009) pontua que a educação não é neutra sendo, portanto, influenciada por interesses econômicos, sociais e políticos que levam a organização do currículo escolar, “ocultando” o que a sociedade geral deva saber.

Mesmo sendo considerado um dos movimentos mais importantes do Brasil, o MST, em que pese se reivindicar um caráter revolucionário, acaba assumindo posturas conservadoras, ao atribuir à educação uma função redentora dos males vividos por nossa sociedade. Seus dirigentes colocam num mesmo patamar a necessidade de se fazer a reforma agrária e o investimento na educação. Para o MST, a conquista da terra de nada adiantará se não vier acompanhada de uma educação de classe voltada para os interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular. A conquista da educação é para o MST um primeiro passo para a construção da sociedade socialista almejada por toda classe trabalhadora. (NETO, 2009, p. 07).



A educação do campo deve contemplar as causas e lutas dos trabalhadores, deve ainda estar vinculada a cultura, relações sociais e políticas dos povos camponeses, porém não será a redentora de todos os problemas econômicos, políticos e sociais experienciados pelos trabalhadores.

Assim, Caldart (2007, p.02) afirma que:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

É imprescindível ressaltar que ao tratarmos da educação do campo, estamos nos referindo a indivíduos com particularidades inseridos em um contexto social, almejando a democratização e universalização do ensino em diferentes localidades do país, possibilitando para as comunidades o mínimo necessário à formação humana. Segundo Neto (2009) para o MST, os filhos dos agricultores devem permanecer no campo, prosseguindo com a luta pela terra, mantendo suas tradições e partilhando o projeto social do movimento através da educação. Portanto, a escola do campo deve ser organizada e adequada à dinâmica do trabalho manual e intelectual, rompendo com o rótulo de trabalho braçal para uma classe e o intelectual para outra. A educação do campo tem sua identidade própria, “(...) além de pensar as relações é preciso pensar em uma determinação primeira: foi o campo, sua dinâmica histórica, que produziu a Educação do Campo”. (CALDART, 2007, p. 02).

Dessa forma, a Educação do campo não está vinculada apenas a oferta de ensino nas áreas rurais, mas a produção histórica de uma modalidade educativa de atendimento às populações camponesas, “(...) não uma ‘ideia’ de campo, mas o campo real, das lutas sociais, da luta pela terra, pelo trabalho, de sujeitos humanos e sociais concretos; campo das contradições de classe efetivamente sangrando”. (CALDART, 2007, p. 02). Trata-se de uma luta por direitos, de busca pela cidadania e de emancipação, onde a articulação dos movimentos sociais pôde conceber a Educação do Campo, ressignificando-a e fortalecendo as lutas pelo direito a educação. A educação do campo ganhou espaço ao tentar contemplar as necessidades culturais, sociais e econômicas dos indivíduos que fazem parte destes contextos sociais. Sabe-se que as políticas públicas para as populações camponesas não foram suficientes para garantir a equidade educacional entre campo e cidade.

Assim, Fernandes (2012, p. 66) ressalta:

O reconhecimento e a valorização dos povos do campo; a formação diferenciada de professores; a possibilidade de diferentes formas de organização da escola; a adequação dos conteúdos; as peculiaridades locais; o uso de práticas pedagógicas contextualizadas; a gestão democrática; a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados; a promoção por meio da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais. Dessa forma, a educação básica, para os camponeses, não pode ter somente aspectos de escolarização formal.

Quando nos referimos a oferta da educação é preciso pensar no contexto em que ela será ofertada e nos objetivos que a norteiam. Conforme as narrativas nos revelaram, a educação rural sempre esteve marcada por traços urbanizados e como apontamos anteriormente, o livro didático utilizado nas escolas rurais era aquele que já não servia mais para as escolas urbanas, reforçando que a escola rural deveria funcionar igual a escola urbana. Dessa forma, Brandão (1984) afirma que não existe educação rural, mas sim uma educação escolar urbanizada, introduzida no meio rural. A educação adequada à cultura e ao “homem do campo” precisa ser uma política efetiva de redistribuição da propriedade fundiária e garantia da justiça social entre os trabalhadores rurais. Mesmo diante de diversas modificações legais e estudos recentes, percebemos que a educação rural ainda enfrenta os mesmos obstáculos que outrora.

Neste sentido, para Brandão (1984, p. 222):

(...) a escola não é percebida como um agente de formação do trabalhador rural, primeiro porque de fato nada ensina a respeito; segundo porque ela é compreendida como o lugar que a criança aprende para poder deixar de “lidar coma terra”; terceiro porque entre subalternos, em geral, a escola não é compreendida como um agente de formação profissional, mas de informação instrumental daquilo que é necessário adquirir para então se aprender uma profissão: ler-escrever e contar.

Na verdade, o que observamos é uma desvalorização da cultura campesina no espaço escolar, pois o acesso à educação não garante o direito à cidadania. Não é simplesmente dominar os conceitos básicos, ler e escrever sem compreensão das funções sociais da leitura e escrita, realizar cálculos matemáticos, mas trata-se de utilizar os conhecimentos de forma contextualizada a realidade do campo.

Molina (2012, p. 453) ressalta ainda:

No decorrer da construção das práticas e do ideário da Educação do Campo, esse movimento conquista importantes marcos legais que contribuem para o fortalecimento das lutas pela democratização do direito à educação dos sujeitos camponeses. Este verbete trata do conteúdo que se logrou inserir nas legislações específicas à execução da Educação do Campo, bem como objetiva contribuir para a reflexão sobre seu significado e seu processo de construção como elementos integrantes da tríade campo-política-pública-educação.

A educação ofertada às populações rurais teve seus métodos e conteúdos predominantemente urbanos, desconsiderando a cultura, as formas de vida, diversidade e relações do meio rural. A educação no meio rural como apontaram as narrativas de nossos entrevistados, sempre foi marcada por escolas isoladas, salas multisseriadas com um professor regente, com infraestrutura inapropriada para um ambiente escolar, rotatividade de professores que acabavam realizando diversas funções: zelador, diretor, secretário e merendeiro.

O município de Borebi, que apresenta extensão territorial predominantemente rural, e está em uma região de conflitos agrários e com grandes fazendas que estão em processos de reforma agrária, não tem mais escolas rurais em funcionamento.

Voltemos-nos agora a problematizar, mais particularmente a partir das narrativas de nossos entrevistados - os professores Marisa, Maria Célia, Aparecida, Cleonice, Marilene e Antônio -, as escolas rurais da região de Borebi como espaços que formaram professores.

### **3.3 Escolas rurais como espaços formativos de professores**

Para iniciarmos as discussões, cabe destacar elementos da formação de professores que nos chamaram a atenção nas narrativas apresentadas. Assim, Moraes (2017) nos propôs refletir que a formação docente acontece intencionalmente nas instituições de ensino, onde conhecemos posturas, modos de agir, métodos e técnicas de ensino para exercer a profissão docente. Porém, é fundamental compreender que a escola também se constitui um espaço de formação, onde as experiências perpassam a formação institucional, construindo e constituindo o processo de formação e atuação docente.

A formação docente de que trataremos não se consolidou apenas em instituições, mas a partir da prática pedagógica exercida diante da necessidade observada nos contextos de atuação possibilitando a profissionalização.

Os professores que entrevistamos e que atuaram em escolas rurais na região de Borebi iniciaram suas carreiras como professores durante ou assim que concluíram o curso Magistério, sendo que alguns cursaram, posteriormente, Pedagogia. No entanto, em suas narrativas apenas citam, quando citam, terem passado por essas formações e algumas dificuldades que tiveram para terem acesso a elas. Junto com suas narrativas, passamos a repensar - particularmente devido à problematização da banca em nosso exame de qualificação - a formação desses professores para além dos conteúdos prescritos nos cursos de formação institucionalizados, sejam de graduação sejam os de formação em serviço.

A formação desses professores dá-se em trajetória e é afetada por diversos e diferentes elementos: o modo como as aulas eram atribuídas, o fechamento de escolas, o que as crianças sabiam sobre o mundo rural, a estrutura física da escola com as classes multisseriadas, falta de materiais, produção de materiais, uso de materiais do espaço rural, isolamento profissional, as distâncias, papel de outras pessoas como o perueiro, o supervisor, o administrador, papel dos livros didáticos, o exercício das várias funções...

É preciso apontar que não se trata aqui de desvalorizar a formação acadêmica, mas pontuar que a formação docente não é apenas teórica, mas que comporta situações nas quais o professor deve agir e enfrentar de forma competente, investigativa e reflexiva se constituindo num processo permanente.

Essas outras dimensões foram observadas nas narrativas dos professores que atuaram em escolas rurais em Borebi-SP. No entanto, buscaremos problematizar aqui aspectos de formação de professores que ocorrem em sua trajetória de atuação profissional, que não são prescritos, não fazem parte de uma proposta curricular. Assim, ao tematizarmos a formação na prática, nos aproximamos de uma leitura sobre formação proposta por Martins-Salandim (2007), quando tematizou a formação de professores de Matemática que atuaram em escolas agrícolas paulistas entre 1950 e 1970:

A diferença na formação do professor que lecionou Matemática nas escolas agrícolas deveu-se, basicamente, a sua formação na prática, principalmente para aqueles que se depararam com a necessidade de adequação ou aplicação dos conteúdos matemáticos às necessidades da área técnica. Nesse sentido, esses professores fogem a uma tendência dentre os professores em início de carreira – a de reproduzir práticas de seus antigos professores. E essa é uma das faces da marginalidade: ao mesmo tempo em que o isolamento é forçado, surgem as possibilidades e os exercícios de superação. Se por um lado não contavam, nessas escolas, com apoio externo para sua organização pedagógica, tal situação era revertida em autonomia e construção de um

modo próprio, ou pelo menos diferenciado, de se tornar professor de Matemática. (MARTINS-SALANDIM, 2007, p. 229-230).

Os seis professores que entrevistamos e que atuaram em escolas rurais, haviam concluído o curso de Magistério quando ingressaram. Ao concluírem o Magistério, os professores viam-se diante da possibilidade de lecionar, um novo mundo carregado de incertezas e, sobretudo, de vidas se abria e o sonho de atuar em uma escola cujo modelo lhe foi apresentado. Porém, existiam critérios, caminhos a serem percorridos e a tão sonhada sala de aula não era aquela idealizada, pois novos desafios estavam por vir. Os docentes poderiam atuar mediante concurso público de provas e de títulos, assim, anualmente procuravam a diretoria regional de ensino a fim de se cadastrarem para atuar no magistério por tempo determinado. A atribuição na diretoria de ensino era onde tudo começava, pois para os ingressantes no quadro do magistério seria a oportunidade de atuação docente. Portanto, muitos não sabiam o que o futuro lhes reservava.

Conforme Lei complementar nº 444 de 27 de dezembro de 1985<sup>12</sup>, Capítulo IX-Artigo 45, diante das classificações que eram realizadas, observando tempo de atuação e títulos apresentados, os docentes que já haviam lecionado conseguiam pontuação e ficavam bem classificados e com isso aumentava a oportunidade de escolher as salas ou escolas para lecionar. Os “novatos” que não dispunham de tempo de atuação ficavam com licenças, as salas ou escolas de difícil acesso e aceitavam as aulas para começar a ter vínculo ou pontuação para, posteriormente, ficarem bem classificados e ter a possibilidade de escolha na atribuição.

Nossos entrevistados assumiram aulas em escolas rurais (todas multisseriadas) no início de suas carreiras ou mesmo ao longo dela, como foi o caso da professora Cleonice, que se manteve como professora eventual, passando a ter estabilidade no cargo bem posteriormente. Os professores Antônio, Marisa, Maria Célia e Cleonice, por exemplo, atuaram por cerca de 10 anos em escola rural. A movimentação dos professores de uma escola rural estadual para outra era determinada quando da atribuição de aulas da rede e depois da municipalização do ensino, embora assumissem aulas por concurso, ocorria o fechamento de salas de escolas urbanas ou mesmo rurais, fazendo com que professores efetivos ou que tivessem maior pontuação escolhessem aulas em escolas rurais, ocorriam também substituição devido a uma licença, vínculo que se encerrava quando do retorno do professor – que foi o caso da professora Aparecida. Já a professora Marisa não teve substituta durante sua licença e

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/lei.complementar-444-27.12.1985.html>. Acesso em 17/09/2017.

foi contratada para substituir suas próprias aulas, aos sábados, quando retornou da licença. Ela também destacou gostar de assumir escolas rurais, uma vez que as aulas eram livres, isso é, não eram aulas por substituição, porque assim não gerava quebra de vínculo profissional no final do ano. Esse aspecto também foi destacado por Garnica e Martins (2006), referindo-se à década de 1960:

Um discurso corrente de que muitos sacrifícios foram necessários para tornar possível a atuação em escolas rurais acaba por não revelar que tais sacrifícios eram necessários para se conseguir ingressar no Magistério Público, profissão almejada em virtude da falta de opções, do status social e dos bons salários. A zona rural servia, nesse sentido, a aspirações individuais de desenvolvimento profissional, configurando-se como uma “terra de passagem”. (p. 60)

O cenário que estamos tematizando não envolve tanto a busca, pelos professores, por escolas mais acessíveis. Com o fechamento de salas e escolas nas décadas de 1980 e 1990, nossos depoentes destacam mais as movimentações entre escolas na busca de um vínculo ou para não o perder. Conseguido esse vínculo com uma escola rural, era o momento de situá-la. Muitas dessas escolas eram bem distantes das cidades (algumas cerca de 50 km, outras ainda mais distantes) o que exigia que o professor residisse na localidade da escola ou usasse um veículo próprio ou mesmo o serviço de táxi. Algumas escolas ficavam próximas a rodovias – o que facilitava o uso de ônibus ou mesmo para se conseguir uma carona. Acrescente-se a isso as dificuldades quando dos dias chuvosos e de frio, o que também é um desafio para as condições estruturais dos prédios das escolas, que em algumas vezes contemplava uma casa para o professor residir sozinho ou com sua família – como foi o caso da professora Cleonice – ou o próprio espaço da escola no turno oposto transformava-se em uma casa, como narra a professora Aparecida. Para a professora Marisa, que havia estudado em escola rural, essa dinâmica não era tão estranha, como pode ter sido para outros.

As estruturas das escolas rurais não seguiam padrão algum, a não ser o fato de disporem de uma única sala para os alunos das quatro séries diferentes. Algumas escolas, como a da fazenda Turvinho II, conforme narram as professoras Marisa e Marilene, foi reformada e o prédio ficou bastante adequado contendo uma sala de aula, banheiros, cozinha, refeitório e um pátio. Outras, por outro lado, funcionavam em casas disponíveis nas fazendas ou mesmo na casa de algum funcionário, sem adaptação alguma, o que exigia, por exemplo, que as professoras montassem fogões com tijolos para a preparação da merenda, como narrou

a professora Aparecida. Isso nos remete ao tema das múltiplas funções do professor da escola rural.

Em relação à merenda, em alguns casos havia contribuição voluntária de uma mãe ou de algum funcionário da fazenda quanto ao preparo, ou mesmo do motorista do transporte escolar que lá permanecia ou de algum familiar. Os ingredientes para o preparo da merenda eram levados pelo próprio professor, com ajuda dos motoristas das peruas escolares ou do ônibus de passageiros, e alguns professores criavam e mantinham uma horta na escola da qual retiravam alimentos tanto para a merenda quanto para os alunos consumirem na escola ou mesmo em suas casas. Com o passar dos anos a merenda passou a ser pré-cozida, cabendo ao professor apenas a sua preparação final. Mas também eram responsáveis pela manutenção da louça, da limpeza da escola e em alguns casos, da horta, e, em geral, contavam com o apoio dos alunos.

Outras funções também cabiam ao professor, como a organização e manutenção de toda a documentação relativas à matrículas, faltas e notas. Zelavam pela integridade física e pela saúde dos alunos, como nos narra a professora Marilene sobre a existência de bichos peçonhentos nas imediações e no próprio prédio da escola e sobre preparar um café, às próprias expensas, principalmente na época de frio, porque os alunos chegavam muito cedo à escola. Com a narrativa da professora Marisa temos o episódio das picadas de abelhas em um aluno alérgico e que ela socorreu com a ajuda do motorista da perua escolar, uma vez que os pais estavam no trabalho e, sobre sua sensibilidade em enviar as sobras da merenda para as famílias mais carentes.

No entanto, o exercício dessas múltiplas tarefas não lhes concedia vencimentos compatíveis com as funções executadas e tudo deveria estar sempre em ordem, pois a supervisão monitorava o andamento da escola e documentações quando de suas visitas. Essas múltiplas funções nem sempre eram realizadas em horários diferentes, muitas delas ocorriam em concomitância com o horário em que atuavam na docência, atividade na qual já acumulavam diferentes papeis, já que as salas eram multisseriadas: o desafio e a ênfase estava na alfabetização dos alunos da primeira série, os quais inclusive, não tinham frequentado a pré-escola; acompanhavam as demais séries em atividades, em geral, mimeografadas ou de livros, com cada turma trabalhando em uma matéria diferente. As salas multisseriadas aumentavam as dificuldades de atuação docente, com alunos de diferentes faixas etárias e com necessidades de aprendizagem peculiares. Era necessário criar estratégias que viabilizassem o andamento da turma possibilitando que todos pudessem desenvolver-se.

Essas adaptações da escola para o cenário rural estão previstas em lei, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96<sup>13</sup> (Brasil, 1996):

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A legislação garante a adaptação para a educação destinada à população rural, visto que a vida no campo tem suas particularidades, porém, o que observamos foi uma determinada “extensão” da educação urbana para o campo, onde as necessidades e interesses eram vinculados à vida urbana.

As salas multisseriadas, disponibilizadas nas escolas rurais, por muito tempo foram responsáveis pela iniciação escolar de vários brasileiros, porém, foi alvo de críticas do ponto de vista pedagógico, pois não apresentaria resultados positivos. (Educação Matemática do Campo- BRASIL, 2014).

Contudo, Arroyo (1999, p. 37) destaca sua experiência:

Eu lembro que meu professor tinha mais de 40 alunos, na minha escola rural quando estudei, e ele dava conta. Lembro quando eu cheguei com 06 aninhos, ele me colocou na turma dos de 6 e 7. Me colocou na roda dos 6 e 7 e lá no outro canto estava a roda dos de 9 e 10. Isso é uma forma de agrupar por idades, não série por série, não bimestre por bimestre, mas por idades cognitivas, culturais mais amplas, é mais fácil de organizar, mas se um aluno sabe ler mais um pouquinho que o outro? Não preocupa, a função da escola, não é só saber ler e escrever. Que mania que nós temos. A função da escola é mais do que isso. É socializar, é trabalhar o tempo, o espaço, é trabalhar a produção, os rituais, os valores, a cultura, tudo isso pode ser feito, muito mais facilmente por ciclos, por grupos ou por fases de formação.

E outra coisa: não tenham medo de que as crianças se comuniquem. Essa relação entre idades diferentes, saberes diferentes, vivências diferentes, tem que ser trabalhada. Na escola multisseriada não é impossível; na escola seriada é impossível. Então aproveitem toda riqueza da escola multisseriada e avancem na organização por ciclos de formação.

Essa faceta das salas multisseriadas também foi destacada por Garnica e Martins (2006):

---

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 17/09/2017.



Aventa-se a possibilidade de, devido às particularidades das escolas rurais e, especificamente devido ao seu regime de classes multisseriadas, os alunos terem desenvolvido certa autonomia – ainda que forçada, dadas as condições – que pode ser concebida como potencialmente produtiva. Se, por um lado, as escolas urbanas – sem salas multisseriadas – eram, para muitos, um “modelo”, as escolas rurais permitiram ao aluno essa experiência de compartilhar conhecimentos para que todos, em seus ritmos, pudessem ser atendidos. O trabalho com classes multisseriadas não foi caracterizado como elemento negativo por nenhum de nossos depoentes. Estratégias de ensino que motivavam a autonomia do aluno rural, porém, eram aplicadas num contexto que fortalecia os modelos urbanos. O ponto de estrangulamento, mais uma vez, parece estar no desejo de adaptar o modelo de ensino urbano às condições rurais, com o que se contribuiu significativamente para a perda da identidade do homem rural e de suas formas de viver em comunidade. (p.60)

Conforme apontado nas narrativas de nossos depoentes e mencionado por nossos autores de referência, as classes multisseriadas, eram organizadas em uma única sala, com alunos de faixa etárias diferentes que eram agrupadas a fim de se desenvolverem as aulas, tendo um professor regente (unidocente) que acabava sendo responsável e exercendo outras funções diante da necessidade local. Além disso, em sua maioria, os professores eram temporários, havendo rotatividade de profissionais o que se constitui em fator negativo para o desempenho dos alunos – o que também foi destacado na narrativa da professora Cleonice.

Visando organizar as atividades na sala com várias séries, nossos entrevistados narram que dividiam as turmas em fileiras e dividiam a lousa em partes. Em geral, organizavam roteiros ou atividades que os alunos das séries mais adiantadas pudessem desenvolver sozinhos e dedicavam mais atenção aos alunos das séries mais iniciais, particularmente quanto à alfabetização dos alunos da 1ª série.

A preparação das atividades em mimeógrafos, em geral, ocorria aos finais de semana ou à noite, na sede da escola urbana, uma vez que nem sempre havia esse aparelho disponível na escola rural. Nossos depoentes dizem terem usado, às vezes, arcando com a compra, de alguns materiais como flanelógrafo, cartaz de pregas, materiais prontos para representar números etc.

Conforme ressaltam Sousa e Sousa (2015) as condições de trabalho docente eram difíceis, visto que atendiam crianças com idades e escolaridades diferentes, adequando materiais e atividades a fim de possibilitar ambientes de aprendizagem nas escolas multisseriadas.

Neste sentido, Hage (2010, p. 02) destaca que:

O trabalho com muitas séries e faixa etária, interesse e nível de aprendizagem variado dos estudantes impõe dificuldades aos professores

para realizar o planejamento curricular. Nessa situação, os professores são pressionados a utilizar os livros didáticos que circulam nessas escolas, muitas vezes antigos e ultrapassados, como única fonte para a seleção e organização dos conhecimentos, sem atentar para as implicações curriculares resultantes dessa atitude, uma vez que esses manuais não valorizam as crenças, valores, símbolos, conhecimentos, padrões de referência e sociabilidade das populações do campo; e reforçam uma compreensão universalizante e homogeneizadora de currículo, que sobrevaloriza a concepção urbanocêntrica de vida e de desenvolvimento.

Além da falta de recursos materiais básicos, a infraestrutura mostrava-se inadequada, sem energia elétrica, água encanada, rede de esgoto e funcionamento da escola em local improvisado, desrespeitando o direito do campesino de ter educação de qualidade conforme previsto legalmente. Neste sentido, “qualquer lugar” poderia ser uma escola, não era preciso um espaço específico, equipado e com condições favoráveis para se proporcionar dignidade, respeito e aprendizagem. Diante de tantos entraves, ao docente das escolas rurais restava ainda garantir que todos os alunos estivessem alfabetizados.

Mas como alfabetizar executando múltiplas tarefas no espaço escolar? Para isso, era preciso considerar que os alunos já alfabetizados poderiam dar continuidade nos estudos sem tanto auxílio do professor. Assim, a fim de não prejudicar o andamento da turma, a solução encontrada seria utilizar livros didáticos que apresentavam passo a passo do conteúdo possibilitando aos alunos que tivessem “autonomia” para prosseguir nos estudos. A presença dos livros e cartilhas é marcante nas narrativas.

É importante ressaltar que a escolha do livro didático, nesse caso, não ocorria a partir de uma avaliação sobre a relevância de sua abordagem relativa à aprendizagem: a escolha era pelo que sobrava na escola urbana, e, dentre esses, aqueles que ofereciam guias para os alunos executarem atividades sem o auxílio do professor. Nossos depoentes falam da utilização da Cartilha Caminho Suave e do Livro Mundo Mágico- Matemática<sup>14</sup>, sendo que esse último possibilitava aos alunos acompanhar o “passo a passo” dos conteúdos e assim, ao docente caberia sanar apenas algumas dificuldades encontradas por esses alunos, dedicando-se mais aos alunos em processo de alfabetização.

Diante do destaque dado a esse livro, vamos olhar para ele mais de perto e para a dinâmica da distribuição desses materiais.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi criado pela Lei 5.537 de 21 de novembro de 1968 e passou por alterações através do Decreto-Lei nº 872 de

---

<sup>14</sup> Mundo Mágico- Matemática: Mariana Andrade e Lídia Maria de Moraes. Editora Ática, 1993.

15 de setembro de 1969<sup>15</sup>. É de competência do FNDE executar políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), bem como repassar verbas para os estados a fim de promover educação de qualidade. É responsável pela execução de projetos e programas como: Alimentação escolar, Livro didático, Dinheiro direto na escola, Biblioteca da escola, Transporte escolar, Caminho da escola, Reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública. Dentre os projetos mencionados faremos destaque ao Livro Didático, mais especificamente ao Programa Nacional do Livro Didático<sup>16</sup> (PNLD) que é destinado à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino no país. Esse programa já passou por aperfeiçoamentos e com isso nomes e formas de execução foram modificados em um período de 80 anos. Com o Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985 e revogado pelo Decreto 99.678/1990<sup>17</sup>, foi criado o PNLD que apresentou alterações quanto à seleção por escolas, série e componente curricular; participação dos professores na escolha dos livros; adoção de livros reutilizáveis; extensão aos alunos das 1ª e 2ª séries das escolas públicas e fim da participação financeira do estado, passando a Fundação de Assistência ao Estudante- FAE para garantir os critérios de escolhas pelos professores.

A fim de “contemplar as escolhas docentes” acerca dos livros didáticos, a FAE elaborou um manual explicando os objetivos, como escolher o livro e a organização desta fase incluindo código, títulos dos livros, autor, manual do professor, caderno de atividades e editoras. O livro Mundo Mágico- Matemática, de Lídia Maria de Moraes e Mariana Andrade, mencionado pelos depoentes aparece na lista de obras publicadas em 1985 na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série, além das obras de Comunicação e Expressão de mesma autoria. Os livros adotados pelos professores teriam validade de 2 anos, assim, em 1987, a FAE acrescentou o item Reposição dos livros didáticos e indicação de novos livros onde as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste poderiam indicar apenas um livro por série, enquanto as regiões Sudeste e Sul, dois livros por série. Esse critério foi estabelecido diante da possibilidade de negociação com as editoras, melhor preço e prazo de entrega e número de pedidos insuficiente o que culminaria na segunda opção como material a ser enviado às escolas.

Observamos que novamente o livro Mundo Mágico reaparece tanto no exemplar de Matemática quanto o de Comunicação e Expressão, porém surge uma versão integrada Mundo Mágico Integrado (Comunicação e expressão e Matemática) de mesma autoria e

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em 17/09/2017.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>. Acesso em 17/09/2017.

<sup>17</sup> Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=DEC&num\\_ato=00091542&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=1985&sgl\\_orgao=NI](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEC&num_ato=00091542&seq_ato=000&vlr_ano=1985&sgl_orgao=NI). Acesso em 17/09/2017.

Mundo Mágico- Estudos Sociais e Ciências de Erdna Perugine (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries). Nesta nova etapa de escolha, os livros seriam utilizados por um período de três anos, porém já em 1988 a FAE divulgou antecipadamente o manual com ressalvas sobre a importância e responsabilidade docente para análise do material que seria utilizado. No material divulgado, o Livro Mundo Mágico aparece em meio às cartilhas de Alfabetização e prossegue nas listas de Matemática, Comunicação e Expressão e Livro Integrado nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Em 1992 o manual para indicação de livro didático apresentou diferentes critérios sendo que cada aluno receberia três livros por série e com a nova oferta surgiu o Livro multidisciplinar, onde mais uma vez o nosso objeto de análise - Mundo Mágico surge com o título: Mundo Mágico curso completo (Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Programas de Saúde) 1ª a 4ª séries.

Já em 1997, observou-se que o livro Mundo Mágico aparece na lista de indicação da pré-escola como cartilha, na 1ª série em Matemática e Língua Portuguesa, 2ª e 3ª séries em Estudos Sociais, e não é mencionado nas listas de outras disciplinas.

Cabe apontar que no manual para indicação do livro didático há uma observação que indica com dois asteriscos (\*\*) livros recomendados pelo MEC e com um asterisco (\*) livros recomendados com observação. Não há menção sobre os livros recomendados com observação, acredita-se que estavam em análise para possível recomendação. Outras obras não apresentam asterisco algum o que nos permite concluir que tais obras poderiam não estar adequadas aos critérios estabelecidos para indicação com um ou dois asteriscos, como é o caso do livro Mundo Mágico.

Analisando a listagem destes livros notou-se que para a pré-escola a cartilha, o livro de leitura intermediária e pré-livro não há material algum recomendado pelo MEC ou recomendado com observação o que nos levou a refletir sobre como os docentes atuavam em sala de aula sem ao menos a recomendação de livros didáticos voltados para alfabetização. Para as séries iniciais, poucos livros foram recomendados, sendo o restante das listas, livros que já constavam em anos anteriores como materiais didáticos indicados pelos docentes, e da 5ª a 8ª séries nenhum livro recebeu um ou dois asteriscos.

Em busca de respostas para os critérios adotados para escolhas dos livros didáticos, no manual de 2004 é apontado que o uso do asterisco no PNLD de 1997 ao PNLD de 2002 seria com a finalidade de identificar obras mais qualificadas. No entanto, em 2004 foram elaboradas resenhas de livros a fim de que os professores se atentassem a leitura crítica dos materiais, porém apenas coleções de Alfabetização e Língua Portuguesa foram contempladas e indicadas para escolha. Observamos que os livros de Matemática e outras disciplinas não

foram contemplados nos critérios avaliativos fornecendo indícios de que os materiais utilizados até o período de avaliação não apresentavam ressalvas a serem analisadas.

No ano de 2005 os critérios avaliativos do PNLD foram organizados por disciplinas curriculares e houve a publicação de um manual apenas para Matemática, porém desta vez o olhar se voltou para a educação da 5ª a 8ª séries<sup>18</sup>. Em 2006, apenas foram avaliados livros didáticos de Língua Portuguesa e Matemática com ênfase ao Ensino Médio que até então não havia sido alvo das avaliações. Após alguns anos o olhar se volta ao Ensino Fundamental Séries iniciais, desta vez a análise foi por disciplina.

Assim, no Guia do Livro Didático (BRASIL, 2006, p. 27) destaca-se:

Para situar historicamente o presente PNLD, convém recuperar as informações sobre os resultados das cinco avaliações realizadas neste Programa, em 1997, 1998, 2000, 2004 e 2007. Para a compreensão dos dados, é necessário saber que, na avaliação de livros de 1ª a 4ª série em 1997, além da categoria de livros excluídos havia a categoria de livros não-recomendados, os quais, embora considerados inapropriados para o uso em sala de aula, podiam ser escolhidos pelos professores.

Conforme afirmação, alguns materiais não eram considerados recomendados, porém utilizados nas salas de aula pelos professores que talvez por desconhecerem os critérios de avaliação ou falta de instrução para atentar-se aos materiais que lhes eram disponibilizados. A fim de avaliar as obras de forma que contemplassem os blocos de conteúdos previstos para as séries iniciais, o PNLD elencou os seguintes aspectos:

Os conteúdos matemáticos recomendados para as séries iniciais do Ensino Fundamental costumam ser classificados em quatro grandes blocos: números e operações; geometria; grandezas e medidas; e tratamento da informação. Nessa fase da escolaridade é consensual que se privilegie o ensino dos números e das operações. Nesta avaliação admitiu-se como satisfatório que a obra dedicasse, em percentuais aproximados, 50% de seu texto ao bloco de números e operações e que distribuisse o restante entre os demais blocos. Nas obras analisadas, observou-se que 40% delas cumpriam esse requisito mas, em aproximadamente 34%, a atenção dedicada aos números e operações era um pouco acima do percentual adotado e, em cerca de 26%, ela chega a ser excessiva. Nos dois últimos casos, resulta disso um prejuízo para o ensino dos outros três blocos. (BRASIL, 2006, p. 25).

---

<sup>18</sup> O Ensino Fundamental de 09 Anos passou a ser discutido no Brasil em 2004, porém em algumas regiões brasileiras o programa teve início em 2005. O prazo para a mudança do Ensino Fundamental de 08 para 09 anos em todo o país era até 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos>. Acesso em 22/03/2018.

Assim, observou-se que as coleções analisadas deveriam atender aos requisitos apontados a fim de que ao final das séries iniciais o aluno pudesse ter contato com os blocos de conteúdos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que norteiam os conteúdos, habilidades e competências para todas as séries da educação brasileira. “Essas ideias levam a um tipo de ensino em que os mesmos conteúdos são revisitados, de forma progressivamente ampliada e aprofundada, durante todo o percurso escolar”. (BRASIL, 2006, p. 26). Com a alteração do Ensino Fundamental de oito para nove anos, o PNLD inovou as avaliações dos livros didáticos, incluindo a partir de 2010 coleções que contemplassem 1º e 2º anos, 3º, 4º e 5º anos separadamente, prosseguindo com o foco nos Blocos de conteúdos: Números e Operações, Espaço e forma, Tratamento da Informação e Geometria incluindo o termo Alfabetização Matemática. Mas, a partir desse período, as escolas rurais da região de Borebi já estavam fechadas. Voltemos novamente para o nosso cenário das cercanias dos anos 1990.

Observamos que a educação rural, embora “amparada” legalmente, não recebeu investimentos mínimos em materiais didáticos para os alunos e ao voltarmos aos depoimentos é nítida a preocupação dos professores em atuar em áreas rurais, pois a falta de recursos básicos tornava o trabalho em sala de aula um desafio. Assim, compreende-se que a utilização de determinado livro era o único material de que disponibilizavam e, portanto, desconhecendo todos os critérios de avaliação do PNLD para esses materiais acabavam adotando o que estava disponível e que atendiam necessidades que se impunham na organização das salas multisseriadas, sendo as indicações sobre inadequações pouco relevantes nesse processo.

Vamos olhar esse material mais de perto. O livro Mundo Mágico é de autoria de Mariana de Andrade e Lídia Maria de Moraes, Editora Ática. Conforme apontaram os registros do Guia para escolha do livro didático disponibilizados pelo FNDE desde 1985, este material apresenta além das edições voltadas para o ensino da Matemática, outros exemplares que foram sendo incorporados ao PNLD entre eles: Alfabetização, Estudos Sociais e Ciências, sendo importante ressaltar as publicações integradas e multidisciplinares.

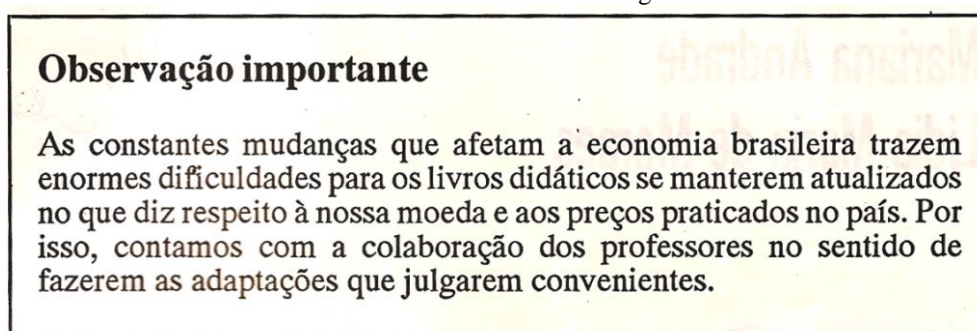
Diante da explanação sobre os livros didáticos apontados nas narrativas, cabe destacar que a abordagem dos conteúdos mencionada nos livros nos chama atenção para o Movimento da Matemática Moderna- MMM<sup>19</sup>, onde a organização e estrutura destes materiais nos remetem a este movimento que provocou mudanças no ensino da Matemática.

---

<sup>19</sup> O Movimento da Matemática Moderna foi um movimento internacional e que no Brasil surgiu nas décadas de 1960 e 1970 provocando mudanças nas práticas escolares quanto ao ensino tradicional dos conteúdos Matemáticos. (Santos e Pinto, 2011).

Conforme estudo realizado por Santos e Pinto (2011) quando analisaram livros didáticos indicados a partir de fontes orais, segundo as autoras, estes aspectos do Movimento da Matemática Moderna- MMM podem ser observados no livro Mundo Mágico- Matemática, Volume 4 (1993) e que foi mencionado também por nossos depoentes como material didático utilizado nas aulas de Matemática em escolas rurais. A obra apresenta os conteúdos da seguinte maneira: Conjuntos, Número e numeral, Sistema de Numeração Decimal, Numerais Romanos, Numerais ordinais, Operações fundamentais, Múltiplos e divisores, Números racionais, Geometria e Sistemas de medidas. Todos estes conteúdos estão organizados nesta ordem e na contracapa é apontado:

FIGURA 15: Livro Mundo Mágico.



Fonte: Mundo Mágico, Mariana de Andrade e Lídia M. de Moraes. Volume 4. Editora Ática, 1993.

Conforme pode ser observado nas figuras abaixo, a obra Mundo Mágico- Matemática, Volume 3, 1991.

FIGURA 16 : Exemplos de Atividades do livro Mundo Mágico.



Fonte: Mundo Mágico- Matemática, Volume 3. Disponível em: <https://ensinoereflexao.blogspot.com.br/2016/05/mundo-magico-matematica-3-serie.html>. Acesso em 23/09/2017.

Neste trecho é possível perceber que a atualização do livro didático “Mundo Mágico” não era realizada anualmente, acredita-se que isso se deve aos custos que deveriam gerar quanto às novas impressões, visto que as editoras poderiam ter quantidades grandes de exemplares a serem comercializadas caso o material não tivesse sido contemplado na escolha do PNLD.

Diante das narrativas dos depoentes ficou evidente o uso deste material didático destinado ao ensino da Matemática. Cabe ressaltar que os conteúdos apresentados nas obras utilizadas de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental nas escolas urbanas eram os mesmos nas escolas rurais. Embora o livro citado permanecesse por anos na lista do PNLD, observou-se que suas edições nem sempre eram “repaginadas”, a proposta pedagógica prosseguia a mesma, sem atentarem-se as peculiaridades locais ou regionais.

Assim, a utilização deste material pelos depoentes nos forneceu indícios de que a estrutura adotada para explanação dos conteúdos era aprovada pelos docentes das escolas



rurais, pois acreditavam que o material possibilitava aos alunos autonomia para estudarem sem orientação prévia do professor, visto que apresenta o “Passo- a- passo” dos conteúdos.

Como pode ser observado na imagem a seguir referente ao conteúdo apresentado no material no volume três:

FIGURA 17 : Exemplos de Atividades do livro Mundo Mágico

2. Observe o modelo de cada passo e efetue as adições no caderno:

**1.º passo:** adição de duas parcelas, envolvendo décimos, sem reserva

$$\begin{array}{r} 0,3 \\ + 0,2 \\ \hline 0,5 \end{array}$$

a)  $0,8 + 0,1$  0,9  
b)  $0,5 + 0,4$  0,9  
c)  $0,2 + 0,6$  0,8  
d)  $0,3 + 0,3$  0,6

**2.º passo:** adição de duas parcelas, envolvendo décimos, com reserva na ordem dos inteiros

$$\begin{array}{r} 0,7 \\ + 0,5 \\ \hline 1,2 \end{array}$$

a)  $0,6 + 0,4$  1,0  
b)  $0,8 + 0,5$  1,3  
c)  $0,4 + 0,7$  1,1  
d)  $0,7 + 0,8$  1,5

**3.º passo:** adição de três parcelas, envolvendo décimos, com reserva na ordem dos inteiros

$$\begin{array}{r} 0,2 \\ 0,6 \\ + 0,9 \\ \hline 1,7 \end{array}$$

a)  $0,3 + 0,7 + 0,8$  1,8  
b)  $0,4 + 0,3 + 0,8$  1,5  
c)  $0,6 + 0,3 + 0,5$  1,4  
d)  $0,3 + 0,3 + 0,8$  1,4

**4.º passo:** adição de duas parcelas, envolvendo décimos, com reserva na ordem dos inteiros e a parte inteira diferente de zero

$$\begin{array}{r} 4,7 \\ + 2,4 \\ \hline 7,1 \end{array}$$

a)  $5,6 + 3,8$  9,4  
b)  $6,7 + 3,9$  10,6  
c)  $7,4 + 8,9$  16,3  
d)  $9,6 + 7,8$  17,4

**5.º passo:** adição de três parcelas, envolvendo décimos, com reserva na ordem dos inteiros e a parte inteira diferente de zero

$$\begin{array}{r} 3,8 \\ 2,4 \\ + 4,6 \\ \hline 10,8 \end{array}$$

a)  $5,2 + 6,6 + 3,5$  15,3  
b)  $4,4 + 3,2 + 8,9$  16,5  
c)  $5,3 + 2,8 + 6,9$  15,0  
d)  $4,9 + 5,9 + 4,8$  15,6

3. Escreva na forma vertical e calcule a soma. Observe o modelo:

$$\begin{array}{r} 4 + 2,3 + 0,9 \\ \hline 4,3 \\ 2,3 \\ + 0,9 \\ \hline 7,2 \end{array}$$

a)  $5,4 + 6 + 2,5$  13,9  
b)  $9,2 + 7 + 6,4$  22,6  
c)  $6,8 + 8 + 2,3$  17,1  
d)  $6,9 + 2,4 + 7$  16,3  
e)  $9 + 3,6 + 4,2$  16,8  
f)  $5,6 + 2,4 + 1$  9

4. Observe como foi resolvido o primeiro problema e resolva os outros no caderno:

1.º) Comi 0,2 de um chocolate e Anita comeu 0,1. Quanto comemos do chocolate?

**Solução:**

$$\begin{array}{r} 0,2 \\ + 0,1 \\ \hline 0,3 \end{array}$$

**Comemos 0,3 do chocolate.**

2.º) Luísa fez 0,2 de um bordado em uma semana e 0,3 na outra. Que parte do bordado Luísa fez nas duas semanas? 0,5

3.º) Um pedreiro fez 0,4 de um muro pela manhã e 0,3 à tarde. Que parte do muro já está construída? 0,7

4.º) Inês colheu 0,2 das verduras de uma horta no primeiro dia, 0,3 no segundo e 0,1 no terceiro. Quanto já colheu da horta? 0,6

5.º) Gustavo pintou 0,4 de um quadro pela manhã e 0,2 à tarde. Que parte do quadro já está pintada? 0,6

6.º) Fiz 0,2 dos exercícios de Matemática pela manhã e 0,3 à tarde. Quanto já fiz dos exercícios de Matemática? 0,5

Fonte: Mundo Mágico- Matemática, Volume 3. Disponível em: <https://ensinoereflexao.blogspot.com.br/2016/05/mundo-magico-matematica-3-serie.html>. Acesso em 23/09/2017.

Cabe ressaltar que todos os volumes do livro apontado anteriormente e destinados ao ensino e aprendizagem da Matemática apresentam este estilo de abordagem didático-pedagógica dos conteúdos. Segundo o que foi abordado nas narrativas, os docentes utilizavam este material, pois através do “Passo- a- passo” os alunos teriam a possibilidade de aprenderem sem a intervenção direta do professor. Wanderer (2016) afirma que nas escolas multisseriadas, o ensino da Matemática é marcado pela preocupação docente com os

conteúdos apresentados nos livros didáticos e não considera a possibilidade de contemplar no currículo escolar jogos de linguagem Matemática relacionados à forma de vida do campo.

Diante do fato de exercer múltiplas funções no espaço escolar, organizando e atendendo turmas multisseriadas os docentes acreditavam que essa prática em sala de aula possibilitaria garantir a aprendizagem e foi se perpetuando entre um ano e outro, entre um professor e outro, pois como as escolas rurais dificilmente recebiam novos livros os materiais disponíveis eram reutilizados. Assim, as escolas com turmas multisseriadas sempre estariam em desvantagem em relação às escolas urbanas, como aponta Wanderer (2016) sem uma preocupação do poder público em investir na educação rural. Martins (2003) destaca que isso, por outro lado, gerava certa autonomia dos estudantes em relação aos estudos.

As escolas rurais foram implantadas conforme o modelo de escola urbana que conhecemos, desconsiderando todas as peculiaridades do modo de vida campesino desconsiderando toda sua produção social, cultural, econômica e política. “Dessa forma, a organização do currículo das escolas do campo se dá de forma vertical e fragmentada, sem a preocupação com o aprofundamento do saber escolar e sem articulação com os saberes sociais produzidos pelos alunos”. (LIMA, 2013, p. 610).

De acordo com as narrativas apresentadas, a formação acadêmica dos nossos depoentes não possibilitou conhecer ou discutir as especificidades do ensino rural, talvez de forma superficial. Porém, essa formação ocorreu da necessidade de atuação docente em um contexto desconhecido, o que podemos concluir que os conhecimentos adquiridos com a prática pedagógica são fundamentais para a formação profissional. Uma formação em trajetória.

A formação docente para atuar na educação rural é algo recente. Nossos professores, que atuaram em um outro tempo e cenário – a região de Borebi-SP nas cercanias dos anos 1990 – e, que, portanto, não vivenciaram uma formação inicial específica. Em suas narrativas, inclusive, não tematizam suas formações nos cursos de Magistério e Pedagogia. Eles narram suas experiências em escolas rurais como professores, trazendo para a narrativa muitos mais elementos da escola como um espaço em movimento, vivo, do que das atividades específicas relativas aos conteúdos e temas que deveriam ensinar. E como reconhece a professora Maria Célia, os alunos a ensinavam sobre a vida rural, eles detinham muitos conhecimentos sobre a dinâmica do mundo e da vida rural.

### **Considerações finais: A- cor- dando à Claudinéa...**

Nessa nossa pesquisa de mestrado tematizamos as escolas rurais como espaços formativos para pensar e contribuir com outros elementos para a problematização da formação e atuação de professores que ensinaram Matemática no Brasil.

A-cor- damos quando aprendemos a conhecer as narrativas, compreendendo e valorizando a história oral como metodologia de pesquisa, principalmente na produção de fontes historiográficas. Isso se fez significativo conforme agregávamos novas informações e contribuições do Grupo de pesquisa- GHOEM e desenvolvíamos a pesquisa. Nesse processo de pesquisa, fomos nos sensibilizando em relação à escola como espaço formativo, fomos, aos poucos, estranhando esse espaço, e foi assim que nos atentamos a um grande mapa do município de Borebi que está afixado em uma parede da escola na qual a pesquisadora atua – a pesquisadora via o mapa, mas nunca foi sensível a ele. Devido a enfrentamentos na indicação da posição geográfica de fazendas na região de Borebi e de escolas rurais, esse mapa - usado para orientar as trajetórias relativas ao transporte escolar – nos revelou vários detalhes da região rural que tematizamos.

Os professores que entrevistamos narraram suas experiências como professores em escolas rurais da região de Borebi, nas proximidades dos anos 1980 – período que envolve conflitos agrários na região, fechamento de escolas rurais e municipalização do ensino. O processo de municipalização acabou extinguindo as escolas rurais da região de Borebi- SP no final dos anos 1990, o que impôs o deslocamento dos estudantes desses espaços para escolas urbanas. Percebemos as dificuldades encontradas pelos docentes durante a trajetória profissional e que o trabalho em escolas rurais possibilitou compreendermos a formação docente que é construída ao longo de sua trajetória.

Suas atuações como docentes envolveram mobilizar elementos que não constituem apenas saberes que devem ser ensinados (conteúdos), mas, em trajetória, mobilizaram toda uma gama de saberes. Esses saberes envolvem a organização de uma sala multisseriada, o planejamento e escolha de atividades adequadas à série e à necessidade de condução das atividades autonomamente. Nas condições que tinha, decidiram pela ênfase na alfabetização dos alunos das primeiras séries. Organizaram aulas que possibilitavam a concomitância com o preparo da merenda e manutenção da escola. No cenário que estavam, foram sensíveis às necessidades básicas dos alunos, as quais nem sempre envolviam aprender algum conteúdo

curricular. Em seus enfrentamentos, acabavam por constituir uma interessante rede de apoio paralelo, que envolvia os perueiros, pais, funcionários das fazendas, familiares e os próprios alunos.

Dessa forma, todos os elementos que problematizamos permitiram também sentir, perceber e construir nossos saberes visto que nos mobilizamos no aprofundamento de leituras e na compreensão de que a educação rural na região de Borebi-SP teve seus protagonistas envolvidos neste processo de construção e luta pela igualdade de oportunidades.

Percebemos que diante das circunstâncias as quais lecionavam, os docentes buscavam conciliar tempo, conteúdo, organização e espaço, visto que atuavam em meio às condições que lhes eram impostas e mesmo assim, buscavam alternativas e formas diversificadas de exercer funções no intervalo de tempo que dispunham, lecionando, zelando, cuidando e sendo merendeiros junto ao desempenho da função de professor, em turmas multisseriadas, nas quais utilizavam estratégias que viabilizavam e garantiam o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Nos sensibilizamos quanto aos espaços de atuação docente, onde um simples cômodo se transformava em sala de aula e dois tijolos no chão viravam o fogão onde a refeição, talvez a única do dia, seria feita. Os docentes utilizavam livros velhos, já desgastados pelo tempo ou quando novos, porque sobravam nas escolas urbanas, sendo esse um dos únicos recursos didáticos disponíveis e um material impresso considerado essencial tanto na organização das turmas multisseriadas – quando os alunos das séries mais adiantadas seguiam as instruções dos livros para que o professor pudesse atuar mais de perto com aqueles que estavam sendo alfabetizado – quanto para a organização do conteúdo.

Mesmo diante de tantos impasses e adversidades os nossos depoentes puderam se perceber não apenas como formadores, mas aprendizes em formação, sendo que as escolas se constituíram como espaços formativos vivos, dinâmicos, e, tomara, continuem a serem percebidos assim. Os professores que entrevistamos e que atuaram em escolas rurais na região de Borebi iniciaram suas carreiras como professores durante ou assim que concluíram o curso Magistério, sendo que alguns cursaram, posteriormente, cursos de Graduação, o que é apenas citado nas entrevistas com esses professores. Suas narrativas nos remetem a pensar a formação desses professores para além dos conteúdos prescritos nos cursos de formação institucionalizados, sejam de graduação sejam os de formação em serviço: a formação desses professores dá-se em trajetória e é afetada por diversos e diferentes elementos - o modo como as aulas eram atribuídas, o fechamento de escolas, o que as crianças sabiam sobre o mundo

rural, a estrutura física da escola com as classes multisseriadas, falta de materiais, produção de materiais, uso de materiais do espaço rural, isolamento profissional, as distâncias, papel de outras pessoas como o perueiro, o supervisor, o administrador, papel dos livros didáticos, o exercício das várias funções... É preciso ressaltar que não se trata de desvalorizar a formação acadêmica, mas problematizar que a formação docente não é apenas teórica, comportando situações nas quais o professor deve agir e enfrentar de forma competente, investigativa e reflexiva se constituindo num processo permanente. Em trajetória, constituindo-se professores.

Compreendemos que a pesquisa acadêmica não é engessada e moldada, mas que expressa as dificuldades, os anseios e os caminhos percorridos, pois nem sempre eles são esperados e nos levam a lugares, tempos, espaços e descobertas imagináveis. Caminhos estes, que nos possibilitaram refletir e analisar nossa prática docente, bem como futuramente compreender a relação discente com estes espaços formativos, mas isso em outra ocasião, com novas lentes...

## Referências

ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro-RJ. Editora FGV, 2004.

ALBERTI, V.; FERNANDES, T.M.; FERREIRA, M.M.; (Org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

ARROYO, M.G. FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Coleção: Por uma educação básica no campo, n.2, Brasília/DF, 1999.

BRASIL, **Lei de 15 de Outubro de 1827**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm). Acesso em 10/Jan/2018.

\_\_\_\_\_, **LEI nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em 27/Fev/2017.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20/ Maio/ 2017.

\_\_\_\_\_, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo. **Parecer nº 36 de 04 de Dezembro de 2001**. Relatora: Edla de Araújo Lira Soares. Conselho Nacional de Educação. CEB- MEC, 2001.

\_\_\_\_\_, **LEI nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as leis de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 27/Fev/2017.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. **Cadernos SECAD 2**. MEC/ SECAD, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, diversidade e Inclusão. **Decreto nº 7.352 de 04 de Novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de Educação do campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária- PRONERA. In: Educação do campo: marcos normativos. MEC/ SECADI, Brasília/DF, 2012.

\_\_\_\_\_, **Censo Escolar da Educação Básica 2016, Notas estatísticas**. Brasília/ DF. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em 11/ Mar/ 2017.

\_\_\_\_\_, **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA**. Criado pelo Decreto- Lei nº 1.110 de 09 de Julho de 1970. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/institucional\\_abertura](http://www.incra.gov.br/institucional_abertura). Acesso em 27/Maio/ 2017.

\_\_\_\_\_, **Lei 16. 279 de 08 de Julho de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo. Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/359651717/lei-16279-16-sao-paulo-sp#art-8>. Acesso em 27/ Maio/ 2017.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=350750>. Acesso em 08/ Maio/ 2017.

\_\_\_\_\_. **Programas do governo**. Disponível em: <http://www.programadogoverno.org/bolsa-escola-do-governo>. Acesso em 11/maio/ 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.110 de 9 de Julho de 1970**. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De11110.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11110.htm). Acesso em 11/ maio/ 2017.

\_\_\_\_\_. Guia do livro didático 2007- Matemática: séries iniciais do Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Básica. MEC: Brasília/DF, 2006.

\_\_\_\_\_, Pacto Nacional na Idade Certa: **Educação Matemática do Campo**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2014.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária MANUAL DE OPERAÇÕES**. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 19, de 15 de Janeiro de 2016. Brasília-DF.

LARROSA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução: João Wanderley Geraldi. I Seminário Internacional de Educação de Campinas. **Revista Brasileira de Educação**. Nº. 19, Jan/Fev/Mar/Abr/ 2002.

BERNARDI, L.T.M.S.; PELINSON, N. C. P.; SANTIN, R. O desafio de ser professor na escola do campo: o contexto da casa familiar rural de Santo Agostinho. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n.2, p. 120-142, Jul/Dez 2014.

CALDART, R. S. **Sobre educação do campo**. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia/GO, de 2 a 5 de outubro de 2007. Disponível em: [http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii\\_03.html](http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_03.html). Acesso em 27/05/17.

CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARAFFA, M. Projeto de Assentamento Rural: o parcelamento e as dinâmicas ambientais no Zumbi dos Palmares – Iaras/SP. Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, 2016, n.17. s/p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.06> <acesso em: 10 jan. 2016>.

CARDOSO, M.A.; JACOMELI, M.R.M. Considerações sobre escolas multisseriadas: Estado da Arte. Educare, **Revista de Educação**. Vol. 05, n. 9, p. 267-290. Jan/Jun 2010.

CURY, F. G. De narrativas a análises de narrativas: reflexões sobre a análise de depoimentos em pesquisas de história da educação (matemática). **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.6, n. 1, p. 143-164, Abril/ 2013.

FERNANDES, I. L. C. Educação do Campo: trajetória de um projeto de mudanças para os povos do campo. **Revista Educação Popular**, Uberlândia- MG, v. 11, n. 2, p. 58-69, Jul./Dez. 2012.

FREITAS, H. C. A. Rumos da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, Abr/ 2011.

GARCIA, J.C. Legitimidade da luta pela terra. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GARNICA, A. V. M. **História oral em Educação Matemática**. In: História da Matemática para professores. SBHMat, Rio Claro-SP, 2007.

\_\_\_\_\_. **História Oral e História da Educação Matemática: considerações sobre um método**. Universidade da Beira Interior - UBI. 2011.

\_\_\_\_\_. Cartografias Contemporâneas: mapa e mapeamento como metáforas para a pesquisa sobre a formação de professores de matemática. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 6, n.1, p. 35-60, Abr/2013.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L.A.; **Elementos de história da educação Matemática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.384.

GARNICA, A. V. M.. História Oral em Educação Matemática: um panorama sobre pressupostos e exercícios de pesquisa. **História Oral**, Rio de Janeiro/RJ, v. 18, p. 35 - 53, 2015.

GARNICA, A.V.M.; MARTINS, M.E. Educação e Educação Matemática em escolas rurais do Oeste Paulista: um olhar histórico. **Zetetike**, Campinas, v. 14, n. 25 – jan./jun. – 2007. p. 29-64.

HAGE, S.M. **Escolas multisseriadas**. In: DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

JANATA N. E.; ANHAIA, E. M. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente, **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, 2015.

LEITE, S.P. **Assentamento rural**. In: Dicionário da Educação no Campo. (Org.) Rio de Janeiro-RJ: Expressão popular, 2012.

LIMA, E. S. Educação do campo, currículo e diversidade culturais. **Espaço Currículo**, v.6, n. 3, p. 608-619, Dez/ 2013.

LOCKS, G. A., GRAUPE, M. E., PEREIRA, J. A. Educação do campo e direitos humanos: uma conquista, muitos desafios. **Revista Filosofia e Educação**. Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 131-154, 2015.



MARRAFON, A.M. de A.. **O processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista (SP)**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2016.

MARTINS-SALANDIM, M. E. **A interiorização dos cursos de Matemática no Estado de São Paulo: um exame da década de 1960**. 387. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

MARTINS-SALANDIM, M. E. **Escolas Técnicas Agrícolas e Educação Matemática: história, práticas e Marginalidade**. 2007. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

MEDEIROS, L.S. Latifúndio. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M.C. Legislação Educacional do Campo. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C.; MONTENEGRO, J. L. A.; OLIVEIRA, L. L. N. A. Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 2009. In: **Em aberto**: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2012.

MORAIS, M. B.; **Se um viajante... percursos e histórias sobre a formação de professores de Matemática no Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado). UNESP- Rio Claro- SP. 1006 p., 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149971>. Acesso em: 02/04/2018.

NETO, L. B.; A educação rural no contexto das lutas do MST. In: ALVES, L.G (Org.). **Educação no campo: recortes no tempo e no espaço**. Campinas-SP: Autores Associados, 2009.

NOGUEIRA, M. A; NOGUEIRA C. M. M.; A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Ano XXIII, nº 78, Abril/ 2002.

OLIVEIRA, C. M. A Municipalização da Educação no Estado de São Paulo. **IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE**, PUC-PR, 26 A 29/Out/2009.

OLIVEIRA, A. V.; SALES, T.B.; DINIZ, A. S.; PRONERA/UVA: Narrativas sobre a formação de professores. **Revista GEOABERES**, Fortaleza- CE, v.8, n. 16, p. 106- 120, Set/Dez 2017.

PAULINO, A.F.B., PEREIRA, W. A educação no Estado Militar (1964- 1985). **Anais do VI Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação Matemática**. Uberlândia- MG. 17 a 20 Abr/2006.

ROSA, M.C. Ocupações de terra. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SALES, S. S. **A educação rural brasileira: limites e possibilidades do processo de nucleação em Patos de Minas** (1990-2002). Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Uberlândia- MG, 2007.

SANTOS, J.D.A. MELO, A. K. D., LUCIMI, M. Uma reflexão retrospectiva brasileira (1960-2000): implicações contemporâneas. **IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil”**. Universidade Federal da Paraíba- João Pessoa. Anais Eletrônicos. 31/07 a 03/08/2012.

SANTOS, L. G., PINTO, N. B. O ensino da Matemática Moderna segundo ex-professores das séries iniciais do Ensino de Primeiro Grau de Curitiba. **X Congresso Nacional de Educação- EDUCERE**, PUC- Curitiba/PR, Nov/ 2011.

SILVA, H.; SOUZA, L. A.; História Oral na Pesquisa em Educação Matemática. **Boletim de Educação Matemática**, vol. 20, núm. 28, 2007, pp. 139-162. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2912/291221871008.pdf>. Acesso em 07/07/2016.

SOUSA, E. C., SOUSA, R. C. Condições de trabalho docente, classes multisseriadas e narrativas de professoras no território do Baixo Sul baiano: significados e sentidos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 380-408, Maio/Ago. 2015.

SOUZA, L.A. **História Oral e Educação Matemática**: um estudo, um grupo, uma compreensão a partir de várias versões. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro (SP), 2006.

SOUZA, A.L.; CARMO, M.S. Produção Agroecológica e Políticas Públicas no Assentamento Loiva Lourdes- Borebi-SP. **Revista Alamedas**, vol. 4, n. 1, 2016. p. 1-26.

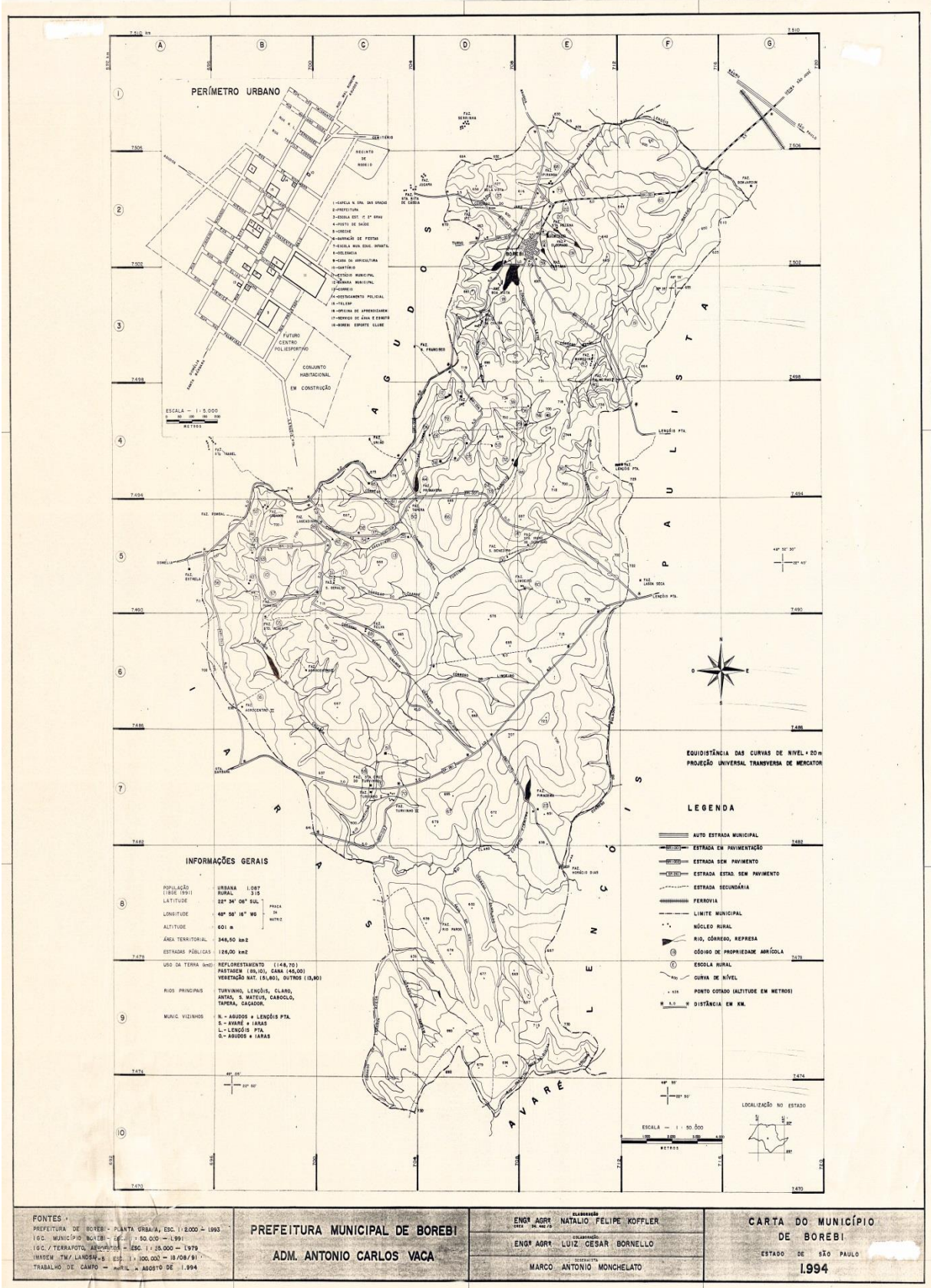
THOMPSON, P. **A voz do passado**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELLOS, E. A. Agrupamento de escolas rurais: alternativa para o impasse da educação rural. **Caderno de Pesquisa**: São Paulo, n.86, p. 65-73, agosto de 1993.

WANDERER, F. Educação Matemática em escolas multisseriadas do campo. **Acta Scientiae**, Canoas, v.18, n.2, p. 335-351. Maio/Ago, 2016.

## ANEXOS

**ANEXO 1**  
**MAPA 3: Extensão territorial de Borebi-SP (1994).**

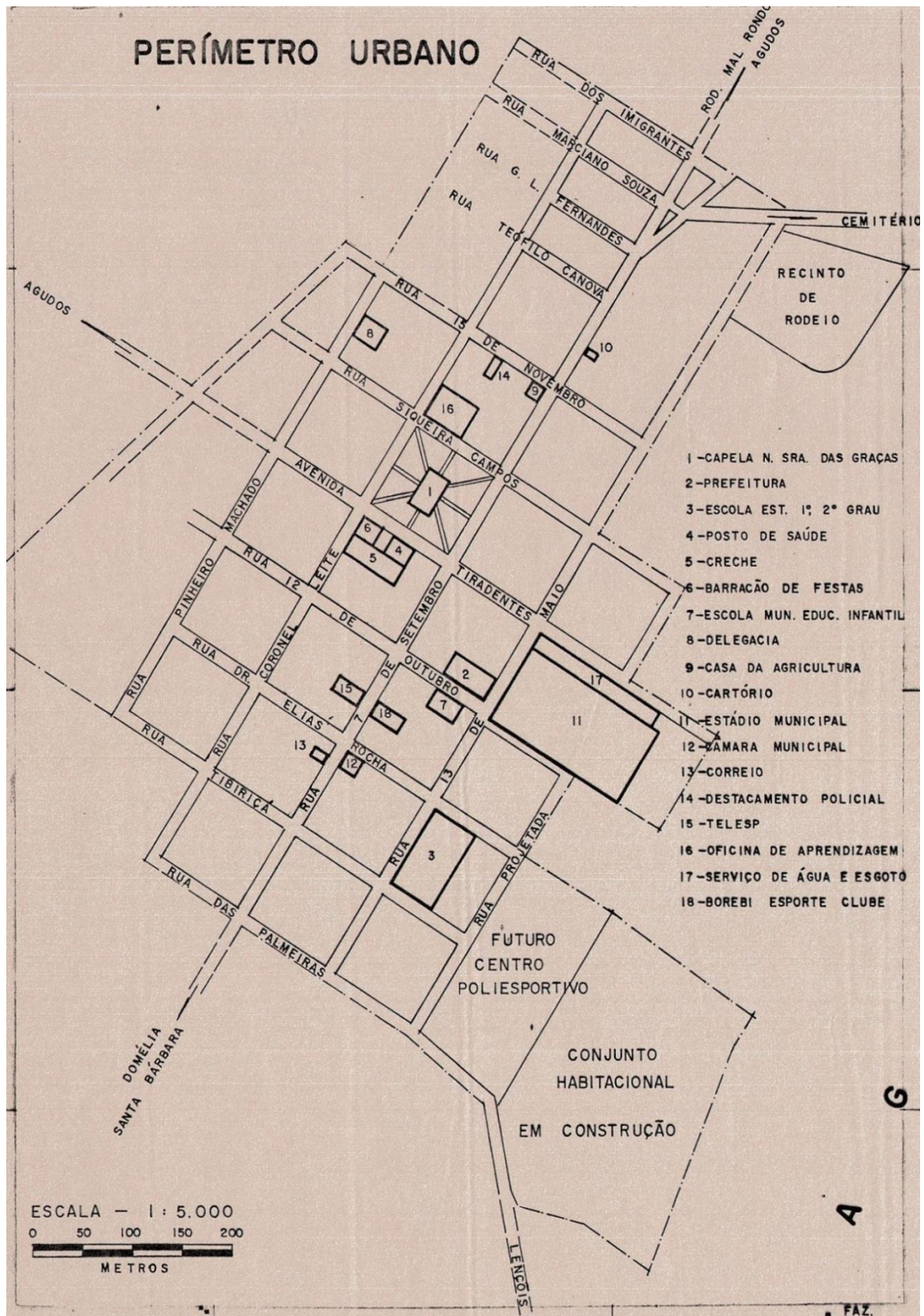


Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Borebi-SP.



## ANEXO 2

Recorte do Mapa 3. Perímetro urbano de Borebi-SP (1994).



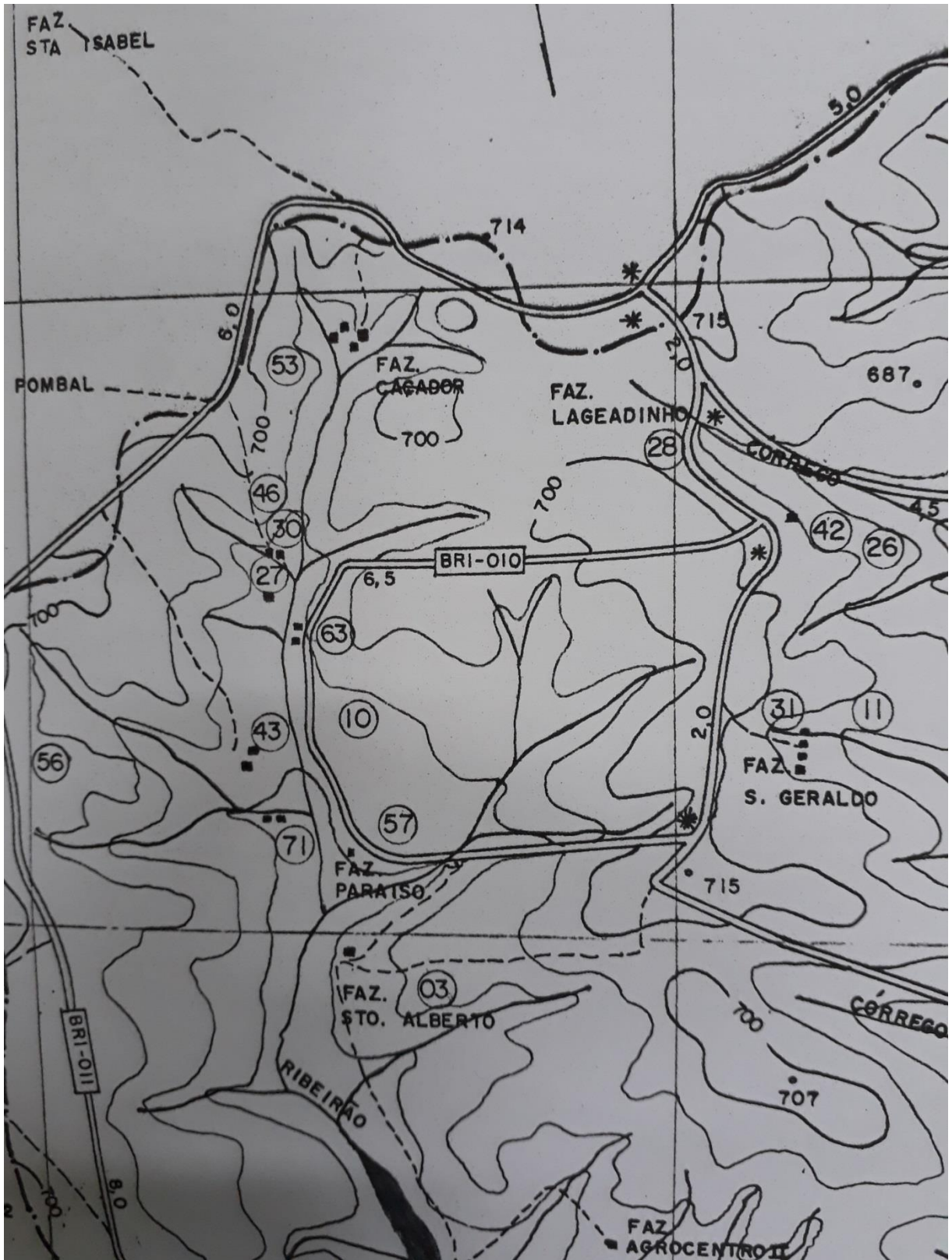
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Borebi-SP.





ANEXO 4

Recorte do Mapa 3: Localização da Fazenda Caçador (1994).



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Borebi-SP.



ANEXO 5

Recorte do Mapa 3: Localização da Fazenda Santa Rita de Cássia.



Acervo: Prefeitura Municipal de Borebi-SP.



**ANEXO 6**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE JAU**  
**EMEF. PROF.<sup>a</sup> IRACEMA LEITE E SILVA**  
Rua 13 de maio, 697 – Centro – CEP. 18675-000 – Tel. (14) 3267-1133 – Fax: (14) 3267-1161  
BOREBI – SÃO PAULO

Borebi, 01 de Agosto de 2005.

**OFÍCIO Nº: 063/2005**

**ASSUNTO:** Extinção de Escola


**Prezado(a) Senhor(a):**

Venho através deste comunicar a Vossa Senhoria, que a EMEF(R) FAZENDA TURVINHO II, Cod. CIE 659859, fica extinta a partir de 01/02/2005, por não ter demanda local suficiente. Os demais alunos estão sendo transportados e atendidos pela EMEF PROF.<sup>a</sup> IRACEMA LEITE E SILVA, Cod. CIE 240679.

Segue anexa a Lei Municipal Nº 225/2005, que aprova a extinção da EMEF(R) FAZENDA TURVINHO II, Cod. CIE 659859.

Aguardando as providências por parte de Vossa Senhoria, reiteramos nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,

  
Lucia A. A. Del Rio Daniel  
RG.: 14.670.523  
Secretária de Educação

Ilma. Sra.  
Prof.<sup>a</sup> Maria Tereza C. Piráquine Fiorelli  
D.D. Dirigente Regional da DERJA

JAÚ/São Paulo  
LAADR/mar

ANEXO 7

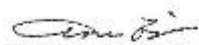


**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR**

**PROTOCOLO:** 500020/0054/2005  
**INTERESSADO:** Jaú/DER  
**ASSUNTO:** Comunicado de desativação da EMEF @ Fazenda Turvinho II, em Borebi

Ao CIE com trâmite direto à FDE/DOS/GPR/DPL, para atualização do cadastro de escolas e prédios (SGI) referente à desativação da EMEF @ Fazenda Turvinho CIE 659859 – FDE 07.10.603, em Borebi – DE Região Jaú, de acordo com informações em fls. retro.

São Paulo, 16 de agosto de 2005.

  
Elcio Antonio Selmi  
RG 6.759.428  
Coordenador de Ensino do Interior

## APÊNDICES

## CARTA CESSÃO DE DIREITOS

EU, Aparecida de F. Pinto RG: 15.244.915 declaro ceder a Claudinéa Soto da Silva, RG: 33. 474. 543-3, sem quaisquer restrições, os direitos autorais da gravação do depoimento em caráter documental e histórico; como também a textualização apresentada por escrito para esta pesquisa.



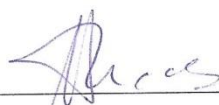
RG: 15.244.915

Boqui, 24 de Agosto de 2017

Local e data

## CARTA CESSÃO DE DIREITOS

EU, MARILENE MARQUES PRADO RG: 18035410-3 declaro ceder a Claudinéa Soto da Silva, RG: 33. 474. 543-3, sem quaisquer restrições, os direitos autorais da gravação do depoimento em caráter documental e histórico; como também a textualização apresentada por escrito para esta pesquisa.



RG: 18035410-3

Bombi 26 DE Setembro de 2017.

Local e data

## CARTA CESSÃO DE DIREITOS

EU, CLEONICE FÁTIMA FERREIRA CARLOS RG: 7-710.822-X declaro ceder a Claudinéa Soto da Silva, RG: 33. 474. 543-3, sem quaisquer restrições, os direitos autorais da gravação do depoimento em caráter documental e histórico; como também a textualização apresentada por escrito para esta pesquisa.



RG: 7.710.822-X

Agudos, 29 de agosto de 2017

Local e data

## CARTA CESSÃO DE DIREITOS

EU, Marisa Bueno RG: 14864.506-9 declaro ceder a Claudinéa Soto da Silva, RG: 33. 474. 543-3, sem quaisquer restrições, os direitos autorais da gravação do depoimento em caráter documental e histórico; como também a textualização apresentada por escrito para esta pesquisa.

MBueno  
RG: 14.864.506-9  
Borebi, 01-09-2017

Local e data

## CARTA CESSÃO DE DIREITOS

EU, ANTONIO CARLOS VACA RG: 5-352.421-4 declaro ceder a Claudinéa Soto da Silva, RG: 33. 474. 543-3, sem quaisquer restrições, os direitos autorais da gravação do depoimento em caráter documental e histórico; como também a textualização apresentada por escrito para esta pesquisa.

  
\_\_\_\_\_  
RG: 5-352.421-4

Bomém 30/8/12  
\_\_\_\_\_

Local e data



## CARTA CESSÃO DE DIREITOS

EU, maria elia gallo RG: 139092250 declaro  
ceder a Claudinéa Soto da Silva, RG: 33. 474. 543-3, sem quaisquer restrições, os  
direitos autorais da gravação do depoimento em caráter documental e histórico; como  
também a textualização apresentada por escrito para esta pesquisa.

mg Gallo  
RG: 13909225.0  
Agudos. 31/08/2017

Local e data